

**Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Mestrado em Ciências Sociais**

**William Rezende Alves Ponte**

**POLÍTICA E ESPORTE: A COPA DO MUNDO 2014 NO BRASIL**

**Juiz de Fora  
2013**

**William Rezende Alves Ponte**

**POLÍTICA E ESPORTE: A COPA DO MUNDO 2014 NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Eduardo Antonio Salomão Condé

Juiz de Fora

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ponte, William Rezende Alves.  
Política e Esporte: A Copa do Mundo 2014 no Brasil. /  
William Rezende Alves Ponte. -- 2013.  
102 f. : il.

Orientador: Eduardo Antonio Salomão Condé  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de  
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais, 2013.

1. Copa do Mundo de Futebol 2014. 2. Política Pública. 3.  
Institucionalismo. 4. FIFA . 5. CBF. I. Condé, Eduardo  
Antonio Salomão , orient. II. Título.

William Rezende Alves Ponte

## **POLÍTICA E ESPORTE: A COPA DO MUNDO 2014 NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Política Pública e Desigualdade da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 21 de março de 2013.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor Eduardo Antonio Salomão Condé - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Professora Doutora Marta Mendes Rocha - convidada  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Professor Doutor Francisco César Pinto da Fonseca - convidado  
Fundação Getúlio Vargas – São Paulo

Dedico este trabalho aos meus avós maternos e paternos que sempre proporcionaram o sentimento de vida em família. Também dedico a minha esposa Juliane Lara, companheira essencial, nos momentos mais difíceis dos últimos 3 anos e 4 meses.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado Brasileiro cujos instrumentos que me atendem são a Universidade Federal de Juiz de Fora e a CAPES, portanto, também, a sociedade que sustenta o ensino superior público no Brasil. Aos professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais da UFJF, bem como todos aqueles que compõem o Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.

Agradeço aos amigos de longa data, que compartilharam comigo a infância, a adolescência e a vida adulta, contribuindo de maneira relevante para trajetória até aqui. Também agradeço aos amigos recentes, os da turma 2008-2012 da graduação em Ciências Sociais, e os mais recentes ainda, os da turma de mestrado 2011-2013.

Agradecimento especial é necessário fazer à Tenda Espírita São Jerônimo, Núcleo Bandeirante - DF, ao Centro Espírita Padre Venâncio Café e ao Centro Espírita Amigos da Verdade, ambos da cidade de Juiz de Fora. Os três, em momentos distintos forneceram o suporte necessário para a recuperação da vitalidade e da energia, essenciais para passar pela vida, um dia após o outro, ajudando a fazer do presente algo melhor que o passado e construindo um amanhã melhor que o hoje.

Outro importante agradecimento, que não é especial devido à discrição normalmente requerida por ele, porém, que não impede seu destaque, se faz muito digna de registro. Agradeço a generosidade, sabedoria e paciência com que o professor Eduardo Condé, orientador e amigo, conduziu a orientação, desde os tempos da graduação.

## RESUMO

Este trabalho se abastece do arcabouço teórico referente à política pública e sua interface com os institucionalismos, para interpretar a realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil em 2014. O trabalho é composto de revisão acerca de alguns aspectos históricos e sociais do futebol no País e o contexto que envolve o esporte na atualidade. Elege as principais instituições e atores que interferem na elaboração do projeto público Copa do Mundo no Brasil e os documentos mais relevantes de modo a possibilitar uma interpretação e análise no plano social político e econômico que envolve a realização do evento.

**Palavras-chave:** Copa do Mundo de Futebol 2014, Política Pública, Institucionalismo, FIFA e CBF.

## ABSTRACT

This research is based in the theoretical framework related to public policy and its interface with institutionalisms to interpret the realization of the FIFA World Cup in Brazil in 2014. The paper consists in a review of a number of historical and social aspects of football in the country and the context that surrounds the sport today. It elects key institutions and actors that influence the development of the public project of World Cup in Brazil and the most relevant documents to enable interpretation and analysis in the social, political, and economic ground that surrounds the event.

**Key-words:** World Cup Football 2014, Public Policy, Institutionalism, FIFA and CBF.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O Futebol no Brasil: Aspectos Históricos e Sociais.....</b>	<b>18</b>
1.1 O Futebol Brasileiro Hoje.....	32
<b>CAPÍTULO 2 – Políticas Públicas e os Institucionalismos.....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 3 – O Cenário para a CMF2014 por dentro: Instituições e Atores.....</b>	<b>51</b>
3.1 Instituições e Atores.....	51
3.1.1 Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA.....	54
3.1.2 Confederação Brasileira de Futebol - CBF.....	60
3.1.3 Imprensa.....	70
3.1.4 Governo Brasileiro.....	76
3.1.5 Empresas.....	82
<b>CAPÍTULO 4 – A Copa do Mundo 2014: seus Documentos e sua Dimensão Pública...84</b>	<b>84</b>
4.1 O cenário a partir dos Documentos.....	84
4.2 A Dimensão Pública.....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

Ao assumir a relevância social do futebol no país, percebê-lo como produtor de relações sociais dos mais variados tipos, seu impacto na economia brasileira e a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 - CMF2014 como intensificador momentâneo de sua importância e o papel do Estado Brasileiro no evento, não fica dúvida quanto à necessidade de aprofundamento do tema. Trata-se do esporte mais popular no Brasil e no mundo, além de ser uma entidade com mais de 200 países filiados.

Em primeiro lugar, os jogos da seleção brasileira em Copas do Mundo representam um momento extremamente raro de audiência aos veículos de comunicação de massa no Brasil. Em tempos de segmentação de público, uma audiência de mais de 100 milhões de pessoas (94% dos televisores ligados) a um mesmo evento é um fato cujas dimensões sociais não podem ser menosprezadas. (GASTALDO, 2003, p.1).

O esporte em geral, e particularmente o futebol, possuem uma ampla penetração social em vários países do mundo inclusive no Brasil, os estudos que o tomam como objeto são cada vez mais frequentes, no Brasil e na Europa. É importante perceber as múltiplas possibilidades de pesquisa que o tema permite. É possível ampliar as perspectivas de compreensão sobre o futebol e a dimensão esportiva como um todo.

A inspiração deste trabalho pode ser compreendida a partir de 11 constatações sobre o futebol: (1) pode ser compreendido como fato social durkheimiano; (2) analisado como subdivisão relevante da dimensão esportiva; (3) pesquisado como reprodutor de desigualdades existentes na sociedade; (4) no Brasil sua história está intimamente ligada à história política; (5) sua análise em alguma medida pode replicar teses de autores brasileiros quanto a nossa sociedade e seus processos de transformação; (6) é uma atividade amplamente difundida na sociedade brasileira em diversas formas - o expectador, o praticante amador e o atleta de alto rendimento, além dos trabalhadores que permitem sua realização; (7) o evento Copa do Mundo 2014 tende a intensificar as discussões ligadas ao tema, atrai os olhares para o esporte nacional e principalmente para o futebol brasileiro, podendo estimular a pressão social pela transparência nos gastos públicos e por consequência *responsabilização* das decisões políticas; (8) a Copa pode ser compreendida e analisada com Projeto Público que contém em si todas as etapas consagradas de uma política pública convencional; (9) a realização da Copa exige a implementação e ou intensificação de políticas públicas preexistentes; (10) a realização do evento abre uma janela de oportunidades na agenda para outras demandas, por último; mas não menos

importante, (11) a tomada de decisão acerca do evento é objeto de pesquisa para Ciência Política e envolve setores públicos, privados.

A exacerbação da presença do tema no debate público com a aproximação de megaeventos como a CMF2014 e as Olimpíadas de 2016 é inquestionável. A discussão sobre os resultados previstos e não previstos também é forte, bem como as ações governamentais e a aprovação popular, possibilitam um cenário compatível a uma análise proposta sob a ótica do *processo decisório, do conflito de interesses, das tomadas de decisão entre os atores envolvidos no tema*, além da relação do evento com o tema das políticas públicas. Desta forma, a tentativa pretende ser apenas mais uma possibilidade de interpretação dos fatos.

Espera-se que uma noção razoavelmente sintética da complexidade do evento seja demonstrada, além do desafio de aplicar conceitos teóricos à realidade factual, extrair seu potencial explicativo, num esforço de alocar o cenário dado, sob determinado conjunto de critérios de sistematização.

Outra reflexão se faz necessária, quanto ao caso brasileiro, especificamente, em relação à CMF2014. A realização do evento no Brasil **poderia** ter sido motivada por forte clamor popular, por intensa pressão social, inspirada por uma necessidade vital que a população teria em ver a seleção brasileira de futebol ser campeã do mundo “jogando em casa”, algo realmente muito importante para o imaginário do brasileiro; o motivo? Enterrar de vez a frustração nacional causada pela derrota na CMF1950 também disputada em solo brasileiro. Sendo assim, a sociedade poderia apoiar o gasto de uma boa parte de recursos públicos, destinando-os a este projeto, criando um imposto adicional que vigoraria até o ano do evento (2014) para financiar sua realização. Porém, o Governo Brasileiro poderia entender que deveria gastar os recursos públicos com outras ações e, além disso, resolvera reduzir os impostos como medida paliativa, a fim de minimizar os efeitos de uma crise na economia mundial, incentivar o consumo interno. A sociedade expôs sua demanda e o Estado através do Governo decidiu não fazer a Copa.

Tal exemplo, hipotético, poderia ser analisado também sob a ótica de uma política pública, pois segundo Thomas Dye (1984), “... política pública é tudo aquilo que o estado decide ou não fazer...”. Obviamente, se o exemplo enunciado á cima fosse verdadeiro, a problematização tomaria outros rumos, talvez tratasse de identificar quais foram às ações que impediram e bloquearam a realização do evento, a não entrada do tema na agenda pública, de compreender o que ocasionara a decisão de não fazer, até mesmo de não discutir a possibilidade.

Entretanto, o fato concreto é que, no mandato do ex-presidente Lula, o Estado decidiu fazer a CMF2014. Portanto a análise se volta para o desenrolar das ações a partir da decisão. De alguma forma o tema passou a pertencer à *agenda* estatal, o que permitiu a

candidatura do país bem como seu êxito, a FIFA por meio de seus instrumentos concedeu ao País a tarefa de realizar o evento. A iniciativa e a decisão de realizar o evento partiram do Governo e de pequenos grupos de interesse, por exemplo, alguns poucos “cartolas” do mundo do futebol e alguns empresários de setores interessados, além do próprio Planalto. Como afirmou Lula no discurso de posse dos ministérios em seu segundo mandato (2006-2010), em discurso anterior a oficialização da candidatura brasileira na fase final do processo de escolha, e, anterior à assinatura das garantias que o governo assinara no ano seguinte.

E não é possível que um país pentacampeão do mundo, durante décadas a melhor seleção do mundo, porque perdemos uma copa em 50, não tenhamos trazido outra pra cá. E essa nós vamos trazer enquanto somos vivos, pra a gente poder ganhar essa copa aqui, não sei se no Maracanã ou num estádio novo que nós vamos fazer. O Corinthians deve fazer um estádio novo e quem sabe seja lá a final. (LULA, 2006 apud Mariângela Santos, 2011, p.166)<sup>1</sup>.

A pertinência deste exercício de imaginação que flerta com um cenário fictício e ressalta o que ocorreu de fato, se dá, não somente para citação de mais um dos fundadores da pesquisa em políticas públicas (DYE, 1984), mas, de antemão, destacar que a realização da CMF2014 não foi uma iniciativa popular, portanto, iniciativa de pequenos grupos, com alguma penetração e/ou influência em setores públicos, principalmente no Poder Executivo na época da candidatura, 2007, ou até mesmo de grupos de dentro do governo. A primeira vez que Lula tocou no assunto publicamente fora no último ano de seu primeiro mandato, como supracitado.

Apesar da dificuldade em cravar de quem foi a decisão de realizar a CMF2014 em princípio, é possível dizer que a decisão de fazê-la, no caso brasileiro, é uma ação pelo alto, algo que reforça a tese do Estado Brasileiro motor do capitalismo, por consequência, principal responsável pelo desenvolvimento econômico da nação. Um dos principais argumentos para sustentar a candidatura brasileira perante sua população foi o potencial que o evento possui, tanto para impulsionar o desenvolvimento econômico nacional, “... Se estamos investindo no Rio de Janeiro, imagina numa Copa do Mundo que mobiliza oito, dez, doze estados. Imagina quantas obras de infraestrutura, imagina quantos palcos para evento, imagina quanto vai dinamizar a economia brasileira e o desenvolvimento dos estados...”

---

<sup>1</sup> Discurso de posse dos novos ministros em Brasília-DF 03 de abril de 2006.

(LULA 2007, apud SANTOS, Mariângela, 2011). Quanto para repercutir a boa imagem no País perante o cenário internacional:

Porque nós estamos pleiteando a Copa do Mundo de 2014. Vocês sabem que, pra gente ter a Copa do Mundo de 2014 aqui – o presidente da FIFA está vindo ao Brasil agora, no dia 28 de setembro – para que a gente tenha realização da Copa do Mundo hoje, no Brasil, pelos critérios da FIFA, nós não temos nenhum estádio em condições de sediar jogos da Copa. Significa que, se nós estamos pleiteando – e eu já fiz questão de tornar pública a vontade do governo brasileiro de ter a Copa do Mundo aqui, em 2014 – significa que, nós vamos ter que pensar, no mínimo em construir 12 novos estádios neste País. E não é responsabilidade dos clubes ou apenas da Confederação, é responsabilidade do nosso banco de desenvolvimento, é responsabilidade dos nossos bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil, porque uma Copa do Mundo vai dar ao Brasil uma visibilidade que, possivelmente, a gente não tenha dimensão. (LULA, 2006 apud Mariângela Santos, 2011, p.166) <sup>2</sup>.

Em momento algum se justificou a ação como algo enquadrado dentro de uma política nacional de esporte, de turismo, ou qualquer outra. Sempre a justificativa nas declarações foi carregada de explicações quanto aos benefícios econômicos e, por consequência destes, alguma melhoria das condições de vida cotidiana da população, além da boa repercussão mundial da imagem do país. Deste modo é possível dizer que o projeto público CMF2014 está associado à imagem da nação perante o mundo e ao conjunto de ações governamentais a fim de promover desenvolvimento econômico, que podem ser sintetizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC:

---

<sup>2</sup> Discurso de sanção da Lei da Timemania em Brasília-DF 14 de setembro de 2006.

O desafio da política econômica do governo federal é aproveitar o momento histórico favorável do país e estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda. Para tanto, o governo federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como um dos pilares, a desoneração de tributos para incentivar mais investimentos no Brasil. O PAC prevê a redução de tributos para os setores de semicondutores, de equipamentos aplicados à TV digital, de microcomputadores, de insumos e serviços usados em obras de infraestrutura, e de perfis de aço. O plano contempla também medidas fiscais de longo prazo, como é caso do controle das despesas com a folha de pagamento e a modernização do processo de licitação, fundamentais para garantir o equilíbrio dos gastos públicos. As medidas de desoneração tributária representaram, a princípio, uma renúncia fiscal de R\$ 6,6 bilhões em 2007. Porém, com o estímulo ao investimento, provocado pela redução de impostos e contribuições, a arrecadação futura não será comprometida em consequência do crescimento econômico, permitindo novas desonerações ou aplicação de mais recursos em infraestrutura, sem prejuízo da sustentabilidade fiscal do país. As medidas econômicas para o crescimento econômico do país abrangem: Estímulo ao Crédito e ao Financiamento, Melhoria do Ambiente de Investimento, Desoneração e Administração Tributária, Medidas Fiscais de Longo Prazo e Consistência Fiscal (PAC, 2006)<sup>3</sup>.

Em função da CMF2014, o orçamento previsto até o 3º balanço divulgado em dezembro de 2012 pelo Governo Federal é de 27 bilhões de reais, sendo 7,1 bilhões recursos estaduais e municipais, 11,1 bilhões financiamento federal (BNDES), 4,7 bilhões recursos federais e 4,2 recursos privados. Deste montante total de recursos 6,8 bilhões são para os estádios, 12 bilhões mobilidade urbana, 7,4 bilhões aeroportos e 0,9 bilhões para os portos, são estes os 4 grandes setores de investimento gerenciados pela GECOPA – Grupo Executivo da Copa do Mundo, órgão criado para execução do Projeto CMF2014 subordinado a Presidência e ao Ministério dos Esportes. Das 101 obras relacionadas na Matriz de Responsabilidades<sup>4</sup>, 5 estão concluídas e 55 estão em andamento, 26 em processo ou fim de processo licitatório e 15 em elaboração de projeto. Obviamente o projeto CMF2014 carrega consigo uma variada gama de “outros” projetos, em muitos casos convergentes entre si e que atendem a diversos setores como mobilidade urbana, segurança e infraestrutura.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/medidas> último acesso em: 07/03/2013.

<sup>4</sup> A Matriz de Responsabilidades trata das áreas prioritárias de infraestrutura das 12 cidades que irão receber os jogos da Copa do Mundo de 2014, como aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança e turismo. O instrumento tem o objetivo de definir as responsabilidades de cada um dos signatários (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a execução das medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização do Mundial, por meio das ações constantes nos documentos anexos e termos aditivos. O documento original, assinado em 13 de janeiro de 2010 pelo então ministro do Esporte, Orlando Silva, e por 11 prefeitos e 12 governadores (Brasília, uma das cidades-sede, não tem prefeito), define as responsabilidades de cada ente federativo na preparação do evento. Ao longo do tempo, resoluções do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 trouxeram revisões e atualizações nas ações constantes na Matriz de Responsabilidades. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades> Acesso em: 19 de julho de 2012.

Na verdade, decisões tomadas no passado agiriam sobre o presente, muitas vezes até limitando ações e caminhos atuais. As forças sociais tendem a se organizar com base em determinados parâmetros e hesitam em mudar trajetórias temendo os custos agregados a mudar. (CONDÉ, 2012, p. 5)

Desistir de sediar a CMF2014 neste momento seria muito duro, mas uma pergunta aflora: As políticas determinam a política ou o inverso? Difícil saber. Ademais, desde o sorteio referente às eliminatórias da CMF2014, não se cogita mais uma mudança de sede. Ingressos para CCF2013<sup>5</sup> – Copa das Confederações FIFA 2013 foram vendidos entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, trata-se do “evento teste” em relação a CMF2014, como diversas políticas públicas, um projeto piloto, uma espécie de teste de realidade, ocorre anterior a implantação da política.

Chegou o momento que não há como voltar atrás, a CMF2014 será realizada em solo brasileiro independente de qualquer atraso de obra, seja dos estádios, infraestrutura, segurança ou telecomunicações.

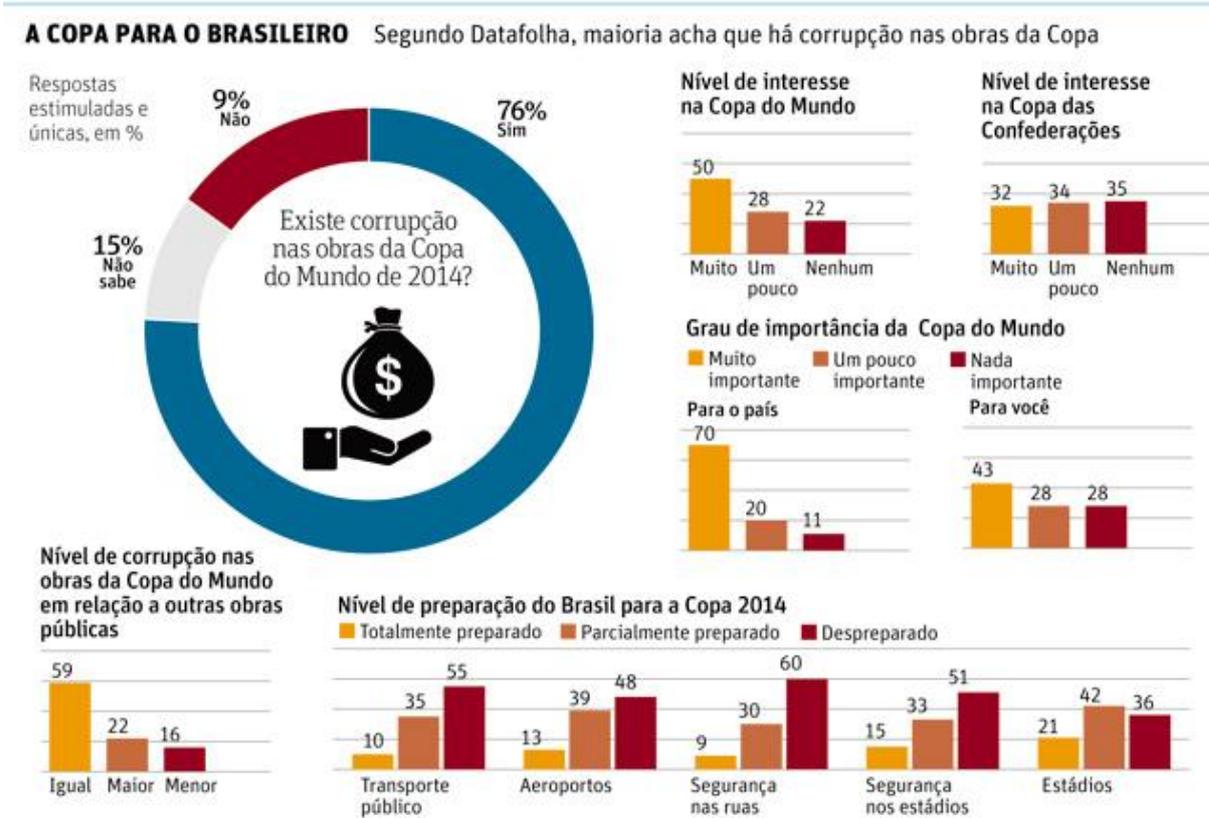
Outro ponto interessante é que apesar da provável aceitação da sociedade em níveis bastante satisfatórios, isso não significa que esta demandou o evento. Sequer houve plebiscito, nem mesmo houve alguma mobilização social em torno disso. É plausível imaginar que, caso houvesse consulta popular, a realização da CMF2014 fosse rejeitada, o que não significa necessariamente que a população é terminantemente contra a promoção do evento, mas simplesmente poderia julgar ter outras prioridades. Esta mesma população poderia mudar seu comportamento e suas demandas em função do novo arranjo político devido à CMF2014, independente de serem contra ou a favor do evento, poderiam intensificar a mobilização e participação a fim de maximizar vantagens, como os operários que constroem os estádios.

Em pesquisa divulgada em 25/12/12 pela Folha de São Paulo e realizada pelo Instituto DataFolha, apurou-se que 76% da população acredita haver corrupção nas obras relativas a CMF 2014.

Infográfico 1 – Pesquisa Data Folha

---

<sup>5</sup> Torneio que ocorre um ano antes da CMF2014. É disputado por 8 seleções, os campeões continentais, o país sede da CMF e o último campeão do mundo.



Porém é possível inferir pela própria pesquisa que há um índice estimativo elevado da aceitação popular e do reconhecimento da importância da CMF2014 para o país, simultâneo a certeza de haver corrupção nas questões relacionadas a CMF2014.

A candidatura brasileira para sediar mais uma CMF sempre foi demanda de alguns amantes do esporte, alguns cronistas e dirigentes esportivos, nada muito além. Nem mesmo entre eles (cronistas e dirigentes), o desejo de sediar o evento era consenso, inclusive, muito se questionava sobre a pertinência e os possíveis benefícios para o futebol nacional.

No Brasil não se constatou sequer uma campanha entre os envolvidos com o futebol a fim de promover o evento. Estes começaram a entrar no “jogo” após a escolha do País pela FIFA para sediar seu maior produto comercial. A realização da CMF2014 é extremamente benéfica ao caixa da CBF – Confederação Brasileira de Futebol, já acostumada a multiplicar seus ganhos às vésperas de toda Copa do Mundo. Na CMF2014 as projeções indicam novos recordes de receita. Meses após a sinalização de Lula, a CBF formaliza a candidatura. Ainda no primeiro ano do segundo mandato o presidente assina as garantias e o Brasil é escolhido sede para 2014. O Estado através de seu Presidente decidiu fazer.

E pode-se dizer que a aceitação popular foi boa de fato, além da pesquisa do Data Folha, houve recordes nas inscrições de trabalho voluntário:

A FIFA divulgou, nesta segunda-feira (24.09.12), os números finais do processo de cadastramento de interessados em participar como voluntários da Copa do Mundo da FIFA 2014, da Copa das Confederações da FIFA 2013 e dos sorteios das chaves dessas duas competições. O total de candidatos chegou a 130.919. (...) representam um recorde significativo. Na Copa do Mundo da FIFA Alemanha 2006 foram 48 mil inscritos; na África do Sul 2010, 70 mil. Do total de interessados, 97% querem trabalhar na Copa do Mundo da FIFA e 76% na Copa das Confederações da FIFA. (...) Além de brasileiros dos 26 estados e do DF, há 7.450 candidatos de outros países. Países de língua espanhola lideram o ranking dos quatro primeiros: Colômbia (908), Argentina (509), Espanha (504) e México (500). (Portal da Copa, 2012).

O número de voluntários em relação à população dos países significa no Brasil, 1 candidato para cada 1523 habitantes, voluntariado melhor que na Alemanha, 1 candidato para cada 1694 habitantes. O Brasil fica atrás da África do Sul, onde houve 1 candidato para cada 698 habitantes. Os dados divulgados quanto ao trabalho voluntário na Alemanha e na África do Sul não informam a quantidade de estrangeiros. No caso brasileiro, reduzindo os estrangeiros (que podem ou não residir no país, pois não se sabe), o voluntariado para CMF2014 fica em 1 candidato para cada 1615 habitantes, proporção que ainda supera a alemã <sup>6</sup>.

Inicialmente é possível perceber a reunião de alguns elementos como a ação estatal através da vontade do governo na figura de seu presidente, financiamento público das obras por intermédio de bancos públicos, a intensidade do tema na mídia devido à popularidade do esporte no país, a importância de instituições do futebol como a CBF, os clubes nacionais, e a FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado e, com efeito, empresas privadas vinculadas ao futebol e as obras necessárias à realização do evento CMF2014.

Portanto, estabelece-se neste trabalho uma tentativa de compreensão da CMF2014 pelo seu viés de política pública, contendo todas as “etapas” de uma *policy* convencional, com ênfase em seu *processo decisório* a partir dos documentos pertinentes e do resumo das principais instituições envolvidas, sem ignorar os principais atores que nelas atuam. Analisar o reflexo do evento no plano político, em especial, o *conflito de interesses* expresso nos documentos, decisões, discursos e ações acerca do evento, destacando os principais atores do cenário conflitivo. Permitir uma visão panorâmica e sintética, porém com algum grau de profundidade à luz de conceitos teóricos.

Para isso, utiliza-se aporte teórico referente ao tema da política pública e institucionalismos, a fim de compreender alguns efeitos e constatações acerca da realização da CMF2014 no Brasil.

---

<sup>6</sup> Fonte: CIA World Factbook - 2012. Brasil 199.321.413, Alemanha 81.305.856, África do Sul 48.810.427 habitantes.

Desta forma, o primeiro capítulo contempla um breve histórico acerca do futebol no país, com destaque para sua histórica relação com a política, precisamente com os governos, abastecido principalmente de algumas obras que tentaram de alguma maneira historicizar o futebol brasileiro. No segundo capítulo é mencionada literatura pertinente à política pública e sua relação com os institucionalismos.

No capítulo seguinte é discorrido um resumo das principais instituições envolvidas na CMF2014 e seus principais atores, bem como, de que modo se relacionam.

Já no capítulo 4 é expressa uma breve análise dos documentos referentes ao evento. Constatações à luz da teoria e um parecer sobre a CMF2014 propriamente dita, seguido de considerações finais.

## CAPÍTULO 1 – O FUTEBOL NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

A vinda de imigrantes traz consigo o caldo cultural, os hábitos e costumes daquele povo. O futebol é introduzido no Brasil devido ao contato com a cultura inglesa. Seja em registros da atividade, em meados do século XIX, em capinzais, na Paria da Glória no Rio de Janeiro, ou ainda em Jundiaí, São Paulo, não há dúvida que a prática se origina no Brasil por influência dos ingleses. Segundo Franco Júnior (2007) e Guterman (2009), o principal deles foi Charles Miller, nascido em São Paulo aos 1874. Filho de pai escocês que viera trabalhar na *San Paulo (Brazilian) Railway Company Limited* e mãe brasileira de pais ingleses. Estudou na Inglaterra e retornou ao Brasil assim como Oscar Alfredo Cox, carioca filho de diplomata que trabalhava para os ingleses e se radicou no Brasil. O primeiro jogo disputado no Brasil com “regras oficiais” foi entre 14 e 15 de abril de 1895, promovido por Charles Miller. Cox futuramente seria um dos primeiros dirigentes do futebol nacional. Há historiador que contesta a versão oficial e afirma que o primeiro jogo oficial tenha sido realizado em Bangu no Rio de Janeiro.

Na Inglaterra o futebol nasce na classe trabalhadora operária, considerado como atividade que expressava a rebeldia das classes pobres, atividade mal vista, também devido à violência e baderna que sua prática inicialmente causava nas ruas, porém, logo foi aceito socialmente e sua prática bastante difundida.

Ao contrário, no Brasil o futebol tem seu primeiro campo oficial não em escolas públicas como na Inglaterra, mas na Chácara Dulley, no Bom Retiro em São Paulo, bairro nobre que abrigava as atividades de críquete e golfe. A chácara era propriedade do Engenheiro estadunidense chefe da construção de ferrovias. No Brasil a atividade era exercida pela aristocracia, lazer e diversão ausente de competitividade e sem remuneração, o último, hábito comum na Inglaterra, principalmente por pobres e estudantes, a fim de ganhar algum dinheiro.

Há registros em jornais da época, um deles, *O Estado de São Paulo* de 1902 de que o futebol no Brasil inicialmente promovia “festas ao ar livre”, tudo ocorria em um clima de cordialidade, camaradagem e solidariedade. É possível dizer que a atividade produzia “relações sociais positivas” (GUTERMAN, 2009). Muitos delegavam o ambiente afável em torno do futebol devido ao “desenvolvimento físico da raça”, argumento inclusive publicado em jornais, denunciando o receio da época com relação aos escravos alforriados que circulavam no meio urbano, indícios de uma teoria racialista que viera a se firmar no início do século XX, em suma, o ambiente solidário da atividade na visão dos intelectuais e da imprensa da época, se devia a presença exclusiva de “brancos” oriundos de uma “elite distinta”.

Cabe lembrar que a questão racial permeava o pensamento dos intérpretes do Brasil à época, embebecidos de um evolucionismo biológico que pode ser facilmente associado ao darwinismo social. É importante mencionar, as contribuições no Brasil de Oliveira Vianna e Silvio Romero. É perceptível neste primeiro momento, que teorias de raça não somente compunham o imaginário nacional, mas são replicadas em torno da atividade do futebol. O tema da raça se confunde com classe, renda e distinção social, e é deste modo que o tema da raça perpassa o pensamento de intérpretes do Brasil. Ao observar o futebol, é possível perceber a replicação destas relações fortemente marcadas por questões raciais no Brasil e que ilustram uma sociedade fortemente hierarquizada, social, política e economicamente.

O início da atividade futebolística no país denuncia claramente uma distinção racial e quanto à renda. O caráter amador da prática do futebol, restrito as elites da época, permite identificar os critérios financeiro e racial como credenciadores ao exercício da atividade. Não era permitido jogar por remuneração, mas somente “por amor ao esporte”, daí seu principal caráter amador. Tratava-se de uma atividade de lazer em que somente o “cidadão de posses” poderia exercer, adversários de final de semana costumavam treinar juntos. Vale recordar que na Inglaterra a atividade apesar de estigmatizada, rapidamente se tornou acessível a todos. Era praticada nas escolas públicas por pobres, operários e por estudantes das classes mais “nobres”, basta citar o *Corinthian*, clube amador formado por estudantes ingleses que excursionava pelo mundo a fim de divulgar e exibir o futebol, que se recusavam a participar de competições que oferecessem qualquer tipo de prêmio. No Brasil a prática do futebol inicialmente era restrita, aristocrática, sinônimo de *status* social. O futebol neste período era uma atividade protegida da massificação e da popularização. Mas não resistiria por muito tempo. (GUTERMAN, 2009)

Um bom exemplo dos contrastes e dos “pesos” sociais, políticos e econômicos que o futebol replica da sociedade brasileira no início do século XX é o caso de Arthur Friedenreich. Primeiro ídolo com alguma notoriedade no futebol brasileiro, filho de pai judeu alemão e mãe negra, ex-escrava e lavadeira “... Fried é justamente o resultado da relação íntima entre o ousado branco alemão Oscar, aquele que entre tantos veio ao Brasil para “fazer a América”, e a anônima negra, cuja única habilidade reconhecível era lavar roupas...” (GUTERMAN, 2000, p.41) O “mulato de olhos verdes” (apelido dado por Mário Filho) era o craque da época, ainda segundo Guterman, o sobrenome alemão era o passaporte para o mundo dos brancos. Friedenreich não era negro, era branco.

Fried, contudo, perdeu rapidamente a condição de negro por causa de sua ascendência europeia e em virtude de sua transformação em herói nacional. Como assinala Caio Prado Júnior, “uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco”, porque “a classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela posição social”. Ou seja, se o negro estivesse bem posicionado socialmente, deixaria de ser negro. (GUTERMAN, 2000, p.43)

Outro exemplo da época retoma o contexto fabril tanto na Inglaterra quanto no Brasil. Tanto lá quanto aqui, o futebol foi importante instrumento para “aliviar tensões” presentes principalmente nas fábricas, essencialmente quanto àquelas entre *capital* e o *trabalho*. Talvez, de certa forma, pode-se dizer que é um dos primeiros registros do “uso político” do futebol, neste caso, vinculado a uma questão econômica, que explora seu caráter de “circo”. Porém, com o passar dos tempos, se tornou mais que “circo”, se demonstrou um eficiente mecanismo com relação à propaganda política e menos no sentido puro de alienação circense. Tornou-se um divulgador de ideologia e valores, em certa medida, contribuiu sensivelmente para a constituição de uma identidade nacional genuinamente brasileira.

Quero demonstrar como gradualmente o futebol se tornou um dos instrumentos brasileiros de pensar e de, sobretudo, classificar o mundo. Nesse sentido, a nação brasileira não é apenas metaforizada no futebol, ela passa a “existir” como algo concreto e palpável através das imagens constituídas a partir desse esporte. Vale dizer: a *nação* brasileira como uma coletividade moderna, cívica, baseada em um território soberano, com bandeira, hino, ordem social e política fundada no indivíduo, nasce para o povo ao lado do nosso futebol-arte no século XX. Entender o futebol é entender uma dimensão importante da nação brasileira; (MACHADO, 2000, p.1).

A crescente massa trabalhadora disforme e desorganizada já apresentara indícios de que deixaria de ser um “problema de polícia” para se tornar um “problema de política”. Rui Barbosa, liberal sem dúvida, opositor de Oliveira Vianna em extensos debates acerca das leis e do sistema político brasileiro, já ao início da década de 1920 percebera o potencial do movimento dos trabalhadores. Desde 1905 a entrada de operários no futebol, assim como ocorrera anteriormente na Inglaterra, intensifica a transformação do esporte, anuncia uma quebra da hierarquia social além da profissionalização e popularização do esporte até então elitista. Seu caráter competitivo começa a aflorar, algum dinheiro começa a circular e um mecanismo de quebra parcial da rígida hierarquia social da época se anuncia, seus efeitos eram imprevisíveis e apontavam para temas que extrapolavam a dimensão esportiva.

O *The Bangu Athletic Club* é o primeiro exemplo marcante de um profissionalismo incipiente. Em 1904, no Rio de Janeiro, operários da Companhia Progresso Industrial,

fábrica de tecidos, patrocinava o time composto por seus operários e tal prática rapidamente se difundiu. Os jogadores tinham jornada especial de trabalho e recebiam compensações pelas vitórias. “... esse time ganhou importância por ser o primeiro a ter traços de profissionalismo fora do universo da elite do futebol...” (GUTERMAN, 2000, p. 52), além de propaganda benéfica a empresa, incluía operários ingleses e brasileiros da fábrica. Com a expansão da prática, o Brasil adentra os anos 1920 com ideias profissionalizantes sobre o esporte e redução dos ideais elitistas. A crescente competitividade a partir daí possibilitou a irrelevância de elementos de distinção de classe raça e renda, o importante passa a ser a conquista de vitórias e para isso, era necessário ter bons jogadores. O mérito de certa forma começa a ser um importante critério para o exercício da atividade.

[...] Desaparecera a vantagem de ser de boa família, de ser estudante, de ser branco. O rapaz de boa família, o estudante o branco, tinha de competir, em igualdade de condições, com o pé rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto para ver que jogava melhor. Era uma verdadeira revolução que se operava no futebol brasileiro [...] (FILHO, Mário apud GUTERMAN, 2000, p.55).

A primeira coligação da Liga Metropolitana do Rio com a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) em 1914, que originou a criação da Federação Brasileira de Sport. Após 2 anos, a Federação passou a ser chamada Confederação Brasileira de Desporto – CBD, e a Seleção Brasileira conquistou o primeiro campeonato sul-americano, em 1919 (CARRAVETTA, 2006), ainda resistindo a popularização, atuou apenas com jogadores “brancos”. “... Em 1923 o Vasco da Gama vence o campeonato carioca com um time composto por negros, mulatos e brancos pobres, contrariando a tradição elitista...” (CARRAVETTA, 2006, p.26), é um bom exemplo da “revolução” que o futebol já causava, um marco histórico importante de quebra da rígida hierarquia social da época, por meio do futebol.

Em fase anterior a sua institucionalização o futebol também denuncia as características de uma sociedade em transição. O início do século XX é composto por tensões sociais acerca da ideia de raça, envolto em dilemas como amadorismo ou profissionalismo, entre sua prática elitista e sua eminente popularização, entre a riqueza e a pobreza.

Nos anos 1930, o futebol inicia de fato um caminho de popularização e massificação a despeito dos valores elitistas cada vez mais irrelevantes, mas que se perpetuaram na CBD, representante do futebol amador elitista até as vésperas da CMF1938, quando a primeira Seleção Brasileira de fato entrou em campo na Itália, conquistou um honroso

terceiro lugar. Não houve critério racial ou econômico para convocação dos jogadores, nem mesmo político, principal problema na CMF1930 (1º da história) e CMF1934, quando a rivalidade política entre paulistas e cariocas impediu que ambos representassem o Brasil naquelas Copas. Devido à rápida popularização do futebol no país, muito em função da radiodifusão da época, a CBD resolveu unir-se a FBF, Federação Brasileira de Futebol, responsável pelos clubes e pelos jogadores já profissionais, instituição que fazia oposição à CBD e sua insistência aristocrática elitista. Era uma tendência inevitável, o futebol, se tornara cultura popular, fazendo parte do cotidiano do povo em grande parte do território nacional.

Após a Copa de 1938 o “... poder público queria associar os resultados positivos da seleção ao fortalecimento da unidade nacional e à promoção da nação brasileira no Cenário internacional...” (CARRAVETTA, 2006, p.31).

Com as derrotas nas duas primeiras Copas da História, um grande movimento entre os jogadores de futebol se sedimentou. O amadorismo tinha seus dias contados. Jogadores saíram do país e foram atuar em países onde a remuneração já era estabelecida, os que ficaram formaram uma associação para defender seus interesses, solicitavam o fim do “regime de inscrição perpétua” junto aos clubes, não desejavam mais ser tratado como *mercadorias*. Segundo registros, um grupo de jogadores fez jornais publicarem “seus direitos”, um novo regime de exploração surgia na economia do futebol. Em 1941 Getúlio Vargas profissionaliza o jogador de futebol por meio da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Um forte mecanismo de relação com o povo, dentre uma série de ações governamentais de elevada aceitação popular, costumeiramente anunciadas no estádio de São Januário-RJ e no Pacaembu-SP.

[...] O projeto getulista abrangia o esporte como central para a transformação do brasileiro e também para a superação das diferenças políticas, duas circunstâncias fundamentais para a consolidação do regime. “Compreendo que os desportos, sobretudo o futebol, exercem uma função social importante”, declarou Getúlio [...] (GUTERMAN, 2009, p.71).

Atividades populares desempenharam um papel importante no âmbito da ação política do Estado Novo. O futebol e a música merecem destaque nesta questão, representantes simbólicos de “brasilidade”. Começa a forte relação entre o futebol e o mundo da política nos anos 1930.

O Estado Novo, como não poderia deixar de ser, estendeu seu raio de ação até o esporte e não mais permitirá que seja uma atividade bastarda... uma fonte de brigas. Dar-lhe-á uma regulamentação, dar-lhe-á outras diretrizes, sã disciplina e é preciso que os esportistas do país compreendam esse novo estado de coisas. (MAZZONI, 1939 apud SILVA, 2012).

Ainda em 1932 jogadores da seleção brasileira foram recebidos no Palácio do Catete como heróis após vitória contra o Uruguai. Na CMF1934, apesar dos conflitos acerca dos jogadores que formariam o time no mundial e das brigas entre federações da época, o chefe da delegação brasileira era Lourival Fontes, nome importante no varguismo <sup>7</sup>.

Em 1938, Vargas escolheu a própria filha, Alzira Vargas, para o cargo de “madrinha da seleção”, além de financiar a Seleção Nacional. O resultado foi positivo, 3º lugar na CMF1938. O próprio Getúlio ouvia os jogos pelo rádio junto com a família, em demonstração de solidariedade com a causa nacional.

[...] “Nunca o Rio assistiu a uma exaltada demonstração de simpatia, e nunca os brasileiros em geral tiveram ensejo de aquilatar da enorme vantagem do futebol, como elemento de propaganda no estrangeiro...” (A Gazeta apud GUTERMAN, 2000, p.83). Contudo faltava o Brasil organizar sua Copa do Mundo, ainda em 1938, candidatura do Brasil a Copa de 1942 foi lançada em congresso da FIFA. A Alemanha já havia se candidatado e era a favorita, porém houve a II Guerra Mundial retardando a realização da Copa para 1950. Com o continente europeu destruído e ainda com elevado revanchismo entre as nações, a Copa veio para o Brasil. (PONTE, 2011, p. 16).

A repercussão da derrota para o Uruguai em pleno Maracanã na final da CMF1950, ainda ecoava duas Copas depois. As vésperas da Copa de 1958, na edição da *Manchete Esportiva* em 31 de maio, na coluna “Personagem da Semana” de Nelson Rodrigues, fica demonstrada uma síntese de um sentimento nacional e consagração de um termo - o “complexo de vira-latas”:

---

<sup>7</sup> O “Homem do DIP”, como ficou conhecido por ter sido responsável pela implantação do órgão, foi fundamental para manutenção ideológica do Estado Novo. Período marcado por um ideologia dominante que opunha-se ao liberalismo. Fontes que teve contato com a propaganda fascista italiana durante sua passagem pela Bahia, aos poucos foi assumindo uma nova condição teórica, se inclinando para uma política antiliberal de extrema direita. Após o golpe de 1937, resultante da ação continuísta de Getúlio Vargas, Lourival absorve a ideologia estadonovista, dirigindo o DIP e tornando-se intimamente ligado a ditadura Varguista, sendo um dos principais ideólogos do Estado Novo como nos diz Lucia Lippi, Santos e Santana.

“Hoje vou fazer do escrete o meu numeroso personagem da semana. Os jogadores já partiram e o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: “O Brasil não vai nem se classificar”! E, aqui, eu pergunto: não será esta atitude negativa o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado? Eis a verdade, amigos: desde 50 que o nosso futebol tem pudor de acreditar em si mesmo. A derrota frente aos uruguaios, na última batalha, ainda faz sofrer, na cara e na alma, qualquer brasileiro. Foi uma humilhação nacional que nada, absolutamente nada, pode curar. Dizem que tudo passa, mas eu vos digo: menos a dor de cotovelo que nos ficou dos 2X1. E custa crer que um escore tão pequeno possa causar uma dor tão grande. O tempo passou em vão sobre a derrota. Dir-se-ia que foi ontem, e não há oito anos, que aos berros, Obdulio arrancou, de nós, o título. Eu disse “arrancou” como poderia dizer: “extraíu” de nós o título como se fosse um dente”. (RODRIGUES, Nelson apud GUTERMAN, 2000, p.119).

Neste trecho nota-se claramente o tamanho da repercussão do futebol no país, a dimensão da popularidade e da importância no cotidiano, das relações sociais e da ideia de nação em torno da Seleção Brasileira. Adiante, se tem uma melhor noção do impacto da derrota na CMF1950 e o reflexo na autoestima do brasileiro, mas também da crença no talento brasileiro.

“E, hoje, se negamos o escrete de 58, não tenhamos dúvidas: é ainda a frustração de 50 que funciona. Gostaríamos talvez de acreditar na seleção. Mas o que nos trava é o seguinte: o pânico de uma nova e irremediável desilusão. E guardamos, para nós mesmos, qualquer esperança. Só imagino uma coisa: se o Brasil vence na Suécia e volta campeão do mundo! Ah, a fé que escondemos, a fé que negamos, rebentaria todas as comportas e 60 milhões de brasileiros iam acabar no hospício. Mas vejamos: o escrete brasileiro tem, realmente, possibilidades concretas? Eu poderia responder, simplesmente, “não”. Mas eis a verdade: eu acredito no brasileiro, e pior do que isso: sou de um patriotismo inatual e agressivo digno de um granadeiro bigodudo. Tenho visto jogadores de outros países, inclusive os ex-fabulosos húngaros, que apanharam, aqui, do aspirante-enxertado Flamengo. Pois bem: não vi ninguém que não se comparasse aos nossos. Fala-se num Puskas. Eu contra-argumento com um Ademir, um Didi, um Jair, um Zizinho. A pura, a santa verdade é a seguinte: qualquer jogador brasileiro quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: temos dons em excesso”. (RODRIGUES, Nelson apud GUTERMAN, 2000, p.119).

Em seguida a explicação sobre o consagrado termo, a expressão que resume o sentimento brasileiro perante o mundo durante décadas e que talvez num rápido paralelo esteja hoje, em vias de sepultamento.

“E só uma coisa que nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de “complexo de vira-latas”. Estou a imaginar o espanto do leitor: “o que vem a ser isso?” Eu explico. Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer eu nós nos julgamos os maiores é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos. Eu vos digo: o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol pra dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão”. (RODRIGUES, Nelson apud GUTERMAN, 2009, p.119).

Na CMF 1958, a Seleção Brasileira conquista sua primeira Copa do Mundo, além da redenção quanto ao “complexo de vira-latas”, e do início da afirmação da nação no cenário internacional, um importante processo de mudança se iniciava nas estruturas administrativas e políticas do futebol brasileiro.

É bom frisar que práticas iniciadas por Getúlio Vargas se mantiveram nos anos 50 com Juscelino Kubitschek. Pela primeira vez um presidente brasileiro teve a chance de explorar os efeitos de um título mundial. Era comum o então presidente convidar parentes dos jogadores brasileiros para ouvir as transmissões dos jogos. “... O presidente bebeu *champagne* na Taça Jules Rimet e prometeu emprego público e financiamento habitacional aos craques da seleção – promessas que não saíram do papel...” (GUTERMAN, 2009). A vitória viera a coroar o “anos dourados” do governo JK.

Posteriormente em 1962, João Goulart devido ao período conturbado de seu governo também não hesitou em receber os bicampeões do mundo, organizando uma grande festa em Brasília, ainda por finalizar as construções iniciais, o Eixo Monumental foi tomado pela multidão vinda de cidades goianas vizinhas, seguindo o carro de bombeiros até o Palácio da Alvorada na Esplanada dos Ministérios. Populares se confundiam com políticos e funcionários de alto escalão do governo. Posteriormente Jango foi deposto, o Golpe Militar em 31 de março de 1964 impõe uma nova ordem política, mas sem deixar de utilizar o futebol como eficiente instrumento de propaganda, e até mesmo, aperfeiçoá-lo.

Durante a ditadura, assim como nos tempos de Getúlio Vargas, a então CBD possuía em seus quadros, funcionários ligados ao Governo, segundo documentário produzido e exibido pela ESPN intitulado “*Memórias do chumbo: O Futebol nos Tempos do Condor*” de autoria do hoje jornalista Lúcio de Castro.

Com depoimentos de civis e militares da época, o documentário ainda exhibe documentos que confirmam a estratégia do governo da época em relação ao esporte, em particular o futebol. O Brasil precisava se livrar do “perigo vermelho” vindo da então URSS comunista e ter autonomia, ser uma nação forte em tempos de Guerra Fria. A sociedade precisava ser controlada sob a ordem, uma “ordem unida” termo bem comum na caserna. É preciso colocar o País nos trilhos do desenvolvimento econômico rumo ao primeiro mundo, a brasilidade era fundamental neste processo e o futebol e mais especificamente a Seleção Brasileira já bicampeã do mundo, se demonstrava mais uma vez, um mecanismo potente de atuação política e construção da identidade nacional. A essa altura o ainda presidente da CBD já alçava voos maiores, desejava se tornar presidente da FIFA. O tricampeonato e a conquista definitiva da taça Jules Rimet era fundamental, resolveria o problema de muita gente.

Após o fiasco na CMF1966 e o arrocho do sistema político através do AI-5 em 1968. Começa o “milagre econômico” e ano de 1970 se aproxima. A situação de pleno emprego no Brasil dava muita popularidade ao General Garastazu Médici, era muito bem aceito pelos trabalhadores, além disso, possuía elevada identificação com o futebol, havia sido jogador no Rio Grande do Sul, era um “torcedor de verdade”, como nenhum outro presidente antes dele. Para muitos, foi o governo que melhor soube utilizar o futebol como mecanismo político.

O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em depoimento dado em 1999 ao historiador Ronaldo Costa Couto, atestou: Hoje a gente pode dizer que foi por conta da dívida externa, milagre econômico, brasileiro e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. E foi no auge da repressão política mesmo, o que a gente chama de período mais duro do regime militar. A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era grande. (GUTERMAN, 2009, p.161)

Tamanha identificação do Presidente com o futebol gerou repudia em parte da esquerda intelectualizada, talvez uma passagem importante que justifica até hoje, parte da Academia e dos intelectuais compreenderem o futebol de forma estigmatizada. Uma atividade alienante cujos alienados se envolvem de forma imbecil e primitiva, uma atividade sem valor algum. Para muitos torcer pela seleção significava apoiar o regime militar. E de certa forma era. Mas sempre há ponderações a se fazer. E até mesmo exilados políticos ao final do jogo e o quarto gol do Brasil contra Itália, na final da CMF1970 no México, não resistiriam.

Um país inteiro para por causa do futebol, mas não para resolver o problema da fome... Este sim é o verdadeiro ópio do povo! Faz esquecer-lo de que são explorados, subdesenvolvidos... Estou torcendo para o Brasil perder! Assim o povo voltará á realidade e verá que a vida não é feita de gols, mas de injustiças... Nossa realidade não é tão infantil como uma jogada como esta de Pelé invadindo a grande área inglesa e... Pênalti! Juiz filho da mãe! Pênalti, seu safado! (HENFIL apud GUTERMAN, 2000, P.162).

Neste trecho do cartunista de *O Pasquim* demonstra bem o dilema ideológico que muitos viviam em 1970. Era difícil resistir ao mais belo futebol do mundo mesmo ciente de seu potencial alienante. Uma nação inteira estática por 90 minutos em frente à televisão que pela primeira vez transmitia uma CMF ao vivo para o Brasil e definitivamente aflorava todo o potencial do futebol até então veiculado apenas por jornais impressos e pelo rádio. Em depoimento, exilados políticos da época afirmaram não se conter após o quarto gol do Brasil na final contra a Itália. (Memórias do Chumbo, 2012).

Importante recordar que o técnico brasileiro nas eliminatórias daquela CMF foi João Saldanha, cronista esportivo ligado ao Partido Comunista Brasileiro - PCB e a militância comunista da época, que afirmara ter se desvinculado das atividades ao assumir o cargo. O período de Saldanha foi muito conturbado, há imprecisões quanto aos tipos de intervenção do poder executivo na CBD, mas há comprovações de reuniões entre ministros, a presidência e até depoimento de João Havelange junto ao Sistema Nacional de informação - SNI. O governo pressionava para saída de Saldanha e, João Havelange sabiamente esperava o desgaste do treinador junto à opinião pública, ocasião oportuna para sua demissão. A principal preocupação do governo era com o abalo da imagem de disciplina comprometida devido aos vários episódios de atritos entre comissão técnica e jogadores, além da imagem internacional do País e do fracasso de 1966. Era preciso ganhar CMF1970. (Memórias do Chumbo, 2012).

João Saldanha não foi à Copa e Zagalo assumiu o time, invés de Oto Glória, que era o treinador da preferência dos milicos. No ato do convite a Oto, ele não foi encontrado, a decisão precisava ser rápida e a solução foi encontrada dentro do próprio Exército Brasileiro, na ESEFEX, Escola Superior de Educação Física do Exército, onde o Botafogo de Futebol e Regatas realizava seus treinamentos sob o comando de Zagalo. O ministro da educação Jarbas Passarinho acompanhava o desempenho da seleção bem de perto, chegava a discutir a escalação e dizia que o desempenho da seleção na CMF1970 era algo “de importância nacional” naquele momento. O regime militar apostava na seleção brasileira para reafirmar seus projetos nacionais. A imprensa da época dizia que o triunfo da seleção poderia facilitar os problemas enfrentados por Médici com relação à sucessão dos governadores de estado da época. (Memórias do Chumbo, 2012).

Médici era flagrado por acaso e não por estratégia da propaganda do governo ouvindo jogos no rádio de pilha (GUTERMAN, 2009). Deu-se desta forma, uma combinação peculiar entre a situação de pleno emprego e o presidente popular amante do futebol.

Ainda segundo “*Memórias do Chumbo*”, em nota oficial do governo brasileiro, o prestígio social da seleção é utilizado para direcionar a população contra o sequestro do ministro alemão. Grande colaboração da Folha de São Paulo ajudou o regime militar a fazer sua propaganda contra os sequestradores. Para Médici a vitória brasileira diante da Itália e a consagração de uma geração tricampeã do mundo era um “momento mágico” para o País. O regime dos militares afirmava seus projetos desenvolvimentistas para a nação, aquela seleção de 1970 simbolizava isso de alguma maneira à custa de muita ordem, disciplina e competência. Um jogo coletivo planejado estrategicamente.

A idéia era mostrar que os terroristas eram os desagregadores do Brasil, no momento em que os brasileiros se uniam em torno do ideal de fazer deste um país grande, com vitórias nas áreas social, econômica e esportiva. Em telegrama a Médici, o chefe da delegação brasileira, brigadeiro Bastos, deu o tom da manipulação do episódio, procurando mostrar que os perpetradores do “ato desumano” eram diferentes do “grande povo brasileiro”: Na hora em que, no campo esportivo, nos confraternizamos com outros povos e vimos alcançando vitórias baseadas nos princípios da disciplina e do respeito, manifestamos, em nome da delegação brasileira de futebol, nossa repulsa ao ato desumano contra o ilustre embaixador da nação alemã (...), ferindo os laços de fraternidade dos nossos povos e dando ao mundo uma imagem distorcida quanto à generosidade, à fidalguia e à humanidade do grande povo brasileiro. O território entre o Brasil bom e o ruim estava perfeitamente demarcado. Na mesma primeira página em que registrava a chegada à Argélia dos militantes esquerdistas soltos e banidos do país em troca da vida do embaixador alemão, a *Folha de S. Paulo* de 16 de junho dizia que o goleiro Félix, titular da Seleção, estava “com saudades do Brasil”. (GUTERMAN, 2004, p.273)

Com o apoio de historiadores, nota-se a recorrência com que futebol e política são abordados e podem ser relacionados, o trabalho de Daniel Araújo Santos (2011) tenta demonstrar “... a relação entre o futebol e as eleições de 1974, com a participação efetiva de dirigentes – políticos no processo eleitoral...”. Já segundo (FICO, 1997) ainda no trabalho de Santos, “... Se nos anos Médici a conquista da Copa do Mundo fez o “otimismo se transformar em ufanismo”, um indicador do sucesso brasileiro...”, com Ernesto Geisel o Campeonato Brasileiro seria usado como palanque para interesses políticos na conquista das urnas para políticos aliados ao governo.

Se um clube poderia aumentar o capital político de um dirigente, o controle da entidade máxima do esporte nacional seria algo de muita valia para o partido do governo naqueles tempos de mudanças anunciados pelas eleições de 1974. O projeto Geisel – Golbery busca o controle da CBD, usando até mesmo agentes do sistema de informações para pressionar João Havelange, agora presidente da FIFA, a se retirar da chefia da entidade (SARMENTO, 2006: 176). As pressões deram resultado: no dia 10 de janeiro de 1975 é aclamado por unanimidade o almirante Heleno de Barros Nunes, militar que tinha expressão nacional por liderar a Arena. Com ele, há uma clara militarização da entidade, uma vez que os diretores de finanças (major Carlos Alberto Cavalheiro), de coordenação de esportes (coronel Heleno Louzadas), esportes terrestres (coronel Glênio Ferreira) e administração (general Amarildo Malaquias) eram oriundos das forças armadas. No discurso de sua posse, Heleno Nunes ressalta dois objetivos de sua gestão: comandar a CBD “de acordo com os interesses das autoridades maiores da administração direta da União” e a fragmentação das atividades esportivas em confederações autônomas (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11/01/1975). (SANTOS, 2011)

Em 1979, a CBD é extinta (a entidade era responsável por todos os desportos no Brasil) e em seu lugar é criada a CBF com a tarefa exclusiva de gerir o futebol nacional (Carravetta, 2006). Outras federações e confederações vão sendo criadas de acordo com as demandas de cada modalidade esportiva. A profissionalização e a modernidade administrativa que aflora parecem encerrar um processo iniciado na primeira década do século. Mas somente a decisão de especializar as atribuições de federações e confederações aos seus respectivos esportes não é suficiente, trata-se apenas do primeiro passo em direção a uma gestão racional-burocrática moderna. Ademais tal medida não garante que a prática cotidiana seja pautada pelo profissionalismo nas gestões. O organograma da estrutura hierárquica esportiva muda, mas os hábitos e práticas cotidianas nem tanto. Eram (e ainda são) necessárias alterações que promovam de fato mudanças nos critérios de gestão, na forma como tais instituições operam internamente, conselhos fiscais, setores jurídicos, marketing, infraestruturas e conselhos deliberativos, a fim de dar seguimento ao longo processo de modernização, da lenta e gradual profissionalização da gestão das entidades esportivas no País.

A CBF aos poucos vai se firmando como entidade relativamente autônoma. Torna-se uma associação mais alocada na esfera esportiva e com menor vínculo a esfera política, pelo menos em tese, explicitando uma concepção recorrentemente reconhecida como moderna, no sentido da especialização das funções e atribuições. Pois a partir daí funcionários ligados ao Governo deixaram de compor a Comissão técnica da CBF.

Com o regime militar gradativamente se enfraquecendo, Giulite Coutinho se torna o primeiro presidente da CBF em 1979 e já reduz o número de clubes do campeonato de 94 para 44 indicando uma redução da influência do Governo, posto que até então, o lema era “para cada lugar onde a Arena vai mal, mais um time no campeonato nacional”.

O historiador do futebol ou mesmo o amante do esporte que tem algum apreço pela história do velho esporte bretão já deve ter ouvido a frase “Onde a Arena vai mal, um time no Nacional”. Este dito popular, forte na segunda metade da década de 1970, tenta relacionar o crescimento em número de participantes do Campeonato Nacional de Futebol com o desgaste político da Ditadura Civil – Militar instaurada no Brasil em 1964. Por que tal frase ganhou tanta força e resiste até hoje na memória daqueles que acompanharam futebol naqueles tempos? Sabemos que até mesmo quando estas memórias são falsificadas ou inventadas podem nos dar pistas do que realmente ocorreu (REIS, 2004: 15-28). No caso, a longa trajetória de ações envolvendo políticos com futebol ajudam a tal visão. Enquanto presidente, Eurico Gaspar Dutra deu propriedades ao Flamengo no Centro do Rio de Janeiro e seu sucessor, Vargas, concedeu empréstimos facilitados para o clube construir sua sede no Morro da Viúva. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, conseguiu votos e fama de corrupto ao construir o Mineirão (que leva seu nome), com capacidade para cem mil pessoas em Belo Horizonte. Nos tempos da Ditadura civil – militar, o Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro após conceder um aumento insuficiente ao salário – mínimo (eram tempos de arrocho salarial), distribuiu ingressos para o clássico Flamengo e Fluminense no feriado do primeiro de maio (LEVER,1983:61-63). Quando Geisel é anunciado candidato à presidência pela ARENA, o Jornal do Brasil traz como legenda de sua foto a seguinte descrição: “Gaúcho de Bento Gonçalves, 64 anos, torcedor do Internacional de Porto Alegre e do Botafogo no Rio” [...]. Estas e outras ações posteriores estão presentes e contribuem na reconstrução de uma memória ligada ao futebol. (SANTOS, 2011, p.1,2 e 3)

Em 1980, primeiro campeonato organizado sob o mandato de Giulite Coutinho, o número de clubes participantes é reduzido para 44. O Corinthians, um dos mais populares clubes do país, daria importantes contribuições ao futebol e a política brasileira naquela década com a autodenominada “democracia corinthiana”. A pressão pelas “Diretas Já” se espalhava pelo País. Um dos grandes entusiastas dos comícios das “Diretas Já”, ao lado do jogador corinthiano Sócrates, era o narrador e repórter esportivo Osmar Santos, além de várias personalidades ligadas ao esporte nacional que colaboravam com o movimento <sup>8</sup>.

A lenta democratização já estava em curso e o cenário apontava para abertura econômica. A década de 1980 simboliza uma nova fase de tensão e transição política e econômica, o futebol brasileiro não ficou de fora. Apesar da situação financeira caótica dos clubes da metade da década, alguns ídolos foram repatriados devido a alguma melhora da economia brasileira. Telê Santana técnico derrotado na Copa de 1982 fora aclamado pelo povo a voltar para a seleção brasileira e dirigi-la em mais uma CMF, a de 1986 no México. Tal fato é uma pequena expressão da efervescência popular que passava o Brasil na época, pois, foi à única vez em que um técnico foi escolhido pelo povo e não por um dirigente ou um político. Telê Santana apesar da derrota na CMF1982 era considerado o melhor técnico

---

<sup>8</sup> Publicado pela Boitempo e de autoria de Ricardo Gozzi e do ex-jogador Sócrates, “*Democracia Corinthiana*” é boa referência sobre o tema.

em atividade no Brasil. Não pretendia reassumir a seleção brasileira, porém, o time em campo ia mal e a participação na CMF1986 estava em risco. Aclamado pelo povo, em 1984 Telê aceita o cargo novamente, após 3 convites formais da CBF, que almejava aproximar a seleção do povo, colocando no cargo o treinador de maior popularidade e confiança da população. Único caso de permanência no cargo mesmo com a derrota na CMF1982. (Baú do Esporte, 2011).

Ao final da década dois fatos importantes ocorrem no mesmo ano, Em 1989, Fernando Collor de Melo é eleito Presidente da República e Ricardo Teixeira é empossado presidente da CBF. Assume a entidade praticamente falida. Porém demonstrou grande habilidade aproveitando as possibilidades comerciais da época.

Desde a Copa do Mundo de 1990, o futebol passou por um crescimento financeiro incomum. Ao final de 1994, o ainda presidente da FIFA, João Havelange, vangloriou-se ao dizer que o futebol se tornou a maior empresa multinacional do mundo, empregando direta e indiretamente um número aproximadamente de 450 milhões de pessoas em todo mundo. Além da movimentação financeira nas grandes capitais, “algo em torno de 180 bilhões de dólares em 1999, 200 bilhões em 2000, 259 bilhões em 2005.” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.179).

A CMF1990 na Itália possui a menor média de gols marcados da História do Torneio (FIFA, 2012), o que causou uma série de debates no meio futebolístico. Porém apesar desta aparente decadência no campo de jogo, o futebol começara a ser compreendido como mercadoria, como produto comercial, como objeto de entretenimento na TV.

A ascensão da CBF coincide também com a vitória da seleção na CMF1994 realizada nos EUA, com a participação em uma nova final na CMF1998 na França e com a nova vitória na CMF2002, única realizada em 2 países, Japão e Coreia do Sul. Uma década de ouro para a Seleção Brasileira. Sob o comando “gerencial” de Ricardo Teixeira, em pouco mais que uma década, a Seleção se torna o principal e mais valorizado produto comercial do futebol mundial, justamente na década em que o esporte se transforma em produto de alta rentabilidade. Naturalmente, os ganhos com patrocínios, coisa rara nos anos 1980 tanto no Brasil quanto na Europa, se tornam sua principal fonte de receita, muito em função da repercussão midiática do esporte e a exposição das marcas patrocinadoras na TV.

## 1.1 O Futebol Brasileiro Hoje

Para uma noção do patamar econômico que a CBF atingiu, basta o mínimo de acesso aos meios de comunicação. É de conhecimento público que a Seleção Brasileira atualmente possui 12 patrocinadores, basta verificar qualquer imagem de treinos da seleção, entrevistas coletivas, e claro, os jogos, além do próprio site da associação. Atualmente Nike, Itaú, Vivo, Ambev, Traffic, Procter & Gamble, Pão de Açúcar, Volkswagen, Seara e Nestlé, além do contrato com a TAM que se encerrou recentemente e não aponta indícios de renovação. Recentemente fechou acordo com Parmigiani e Master Card, segundo Portal 2014 da Sinaenco<sup>9</sup> em 22 de agosto de 2012.

Lembrando a abertura econômica brasileira a partir dos anos 1990, período que coincide com a posse de Teixeira e que presidiu a entidade até o início de 2012, o crescimento econômico é acelerado. Já nos anos 2000 chega a um patamar milionário.

Desde que o Brasil foi anunciado como sede da Copa 2014, em outubro de 2007, a CBF ampliou consideravelmente seus patrocínios. Em 2009, a soma de todos os patrocínios foi de R\$ 164,9 milhões, contra R\$104,7 milhões em 2008. A empresa com vínculo há mais tempo é a Ambev, que paga atualmente R\$ 30 milhões por ano. O maior contrato é da Nike: R\$ 80 milhões. A fornecedora de material esportivo patrocina a seleção brasileira desde 1995. O principal patrocinador da CBF pagou R\$ 60,5 milhões em 2008 e R\$ 59,1 milhões em 2009. O lucro líquido da entidade também foi turbinado com os amistosos da seleção brasileira. Mesmo entrando em campo com a frequência de sempre, os jogos rendem cerca de R\$ 30 milhões por ano. (Portal 2014, SINAENCO, 22/ago/2012).

Vale lembrar que à CBF se vinculam os interesses de diversos clubes profissionais no Brasil. A Seleção Brasileira serve de “vitrine” para os jovens craques demonstrarem suas habilidades técnicas aos clubes de todo mundo, principalmente europeus, principal objetivo da maioria. Há uma série de interesses do mundo do futebol que giram em torno da CBF, seu presidente “... É quem nomeia o técnico da equipe brasileira. Na próxima Copa, Teixeira influenciou (ou ainda influencia) na escolha dos estádios, dos lugares de concentração das equipes estrangeiras, e poderá (poderia) palpitar sobre qualquer obra pública ligada ao Mundial...”. (Revista Piauí, jul/2011)

Tendo em vista a multiplicação exponencial das cifras do futebol nos últimos 20 anos, torna-se possível perceber o “tamanho” do esporte no país e sua crescente relevância como objeto de estudo também para a Economia. As implicações e impactos que o futebol gera economicamente no Brasil atingem os mais variados setores, desde a reurbanização

<sup>9</sup> Sindicato da Arquitetura e da Engenharia que monitora as obras da CMF2014.

até a segurança. A partir dos anos 1990, a redemocratização política e a abertura do mercado nacional (marco recorrentemente reconhecido na Academia) possibilitaram um novo horizonte também ao futebol Brasileiro.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, não há dúvida também que o futebol hoje no Brasil toma dimensões que extrapolam as dimensões das relações sociais entre os envolvidos, interfere e é influenciado pelo mundo da política e sem dúvida, está altamente inserido na vida econômica. Como fato social, trata-se de uma atividade que ultrapassa sua simples prática cotidiana, mesmo para aqueles que não se envolvem com o tema. Moradores das vizinhanças de estádios tem que lidar com sua prática, pessoas (ao se deslocarem pelas cidades) desviam suas rotas devido à realização da atividade, recursos da união, dos estados e municípios são gastos em função dele.

O futebol no Brasil é hoje (e tem sido nos últimos cinquenta anos) uma *atividade* de enorme importância social, cujas consequências transcendem as linhas do campo de jogo, tornando-se mesmo questões de Estado. Os valores e número de pessoas envolvidas com este esporte chegam ambos à casa dos milhões. Milionárias também são as cifras ostentadas pelo mercado midiático. (GASTALDO, 2009, p.2)

Em um estudo recente, amplamente divulgado pela mídia esportiva, em 06 de dezembro de 2012, no globoesporte.com, dentre outros veículos, e realizado pela Pluri Consultoria <sup>10</sup> mostra que em 2010, o mercado brasileiro de clubes de futebol atingiu uma receita recorde de 2,18 bilhões de reais, evolução de 13,4% em relação a 2009 e 171% nos últimos 8 anos, em 1990, tal estudo sequer era realizado, tais cifras eram inimagináveis. Porém, tanto a dimensão esportiva quanto o futebol especificamente carecem de produção acadêmica, por pelo menos, o mesmo período em que começa a ganhar relevância no cotidiano nacional.

O futebol no “País do Futebol” levou certo tempo para chamar a atenção da academia. O antropólogo e professor de Comunicação Social, José Carlos Rodrigues, afirmou, por exemplo, logo no início de artigo publicado em 1978, o seguinte: “É tão sensível a importância atribuída a esse esporte em nossos cotidianos, que um forte contraste se estabelece de imediato entre essa relevância e o descaso a que ainda o têm relegado os nossos cientistas sociais. (HELAL, 2011, p.13)

---

<sup>10</sup> “... Pluri Consultoria PESQUISA, ANÁLISE, CENÁRIOS E TENDÊNCIAS, estes são os pilares do nosso trabalho. Somos uma empresa situada em Curitiba que busca resultados CONCRETOS para seus clientes a partir da união das áreas de ECONOMIA, GESTÃO e MARKETING. Nosso foco está voltado para um melhor entendimento dos mercados que propicie a maximização de RESULTADOS, por isso podemos ajudar DECISIVAMENTE nossos clientes através das seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO: Pluri Economia e Inteligência de mercado e a Pluri Sport Business...”.

Em obra bem mais recente, a carência de trabalhos sobre o futebol persiste:

A maioria das obras que tratam do futebol no Brasil tem focalizado sua história e vem sendo produzida principalmente por cronistas esportivos. Poucos o analisam como uma dimensão importante da realidade nacional e, quando o fazem, as explicações variam entre dois pólos: do ópio à democracia do povo. A abordagem que podemos chamar de "democrática" é "essencialista" e se funda na miscigenação racial e na riqueza do jeito "mulato" de ser do brasileiro. Influenciada, entre outros, por Gilberto Freyre (1964), explica o sucesso do futebol no Brasil em função do caráter mestiço do povo, revestindo o esporte de uma "alma brasileira" ligada à idéia de um encontro idealizado entre brancos, negros e índios, base da noção de democracia racial como ideologia. Essas explicações "racistas" exacerbam o lado positivo do nacionalismo e associam o futebol à constituição étnica da população e da nação que, para elas, antecede a própria história nacional. (MACHADO apud PONTE, 2011, p.3).

É importante reconhecer que atualmente a academia brasileira não ficou alheia ao debate em torno do esporte, pois, apesar da incipiência das produções, já há como se verificar a existência de núcleos de estudo acerca do esporte. Há um GT na ANPOCS, na SBS e na ABA. Existe um Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte-CBCE, um Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física em São Caetano do Sul (CELAFISCS) e um Diretório de Sociologia do Esporte no CNPq. Há um núcleo de Sociologia do Esporte na UERJ e na UFPE. Porém ainda é pouco em comparação aos países europeus, principalmente do ocidente. (levantamento próprio).

O debate acerca do futebol tem girado em torno de desvincular o olhar daqueles estudos mais conhecidos que compreendem como "ópio do povo", ou ainda, como espaço "promotor de democracia". Atualmente nota-se que o futebol possibilita novas abordagens e não mais a costumeira associação com a ideia de nacionalidade e singularidade brasileiras. É bastante provável que o futebol tenha se tornado uma atividade mais autônoma, com regras próprias, para além do campo de jogo, dotando de sentido as ações daqueles que com o esporte se envolvem. Aos poucos ele se desvincula da política e aflora uma lógica própria, obviamente conciliando sua autonomia e a influência de outros aspectos da realidade, como a própria política, a economia e a sociedade. Com a realização da CMF2014, estas influências tendem a se estreitar, de certa forma interrompendo temporariamente seu processo de modernização e especialização, lenta e gradual, das funções e, principalmente das gestões esportivas no País.

Por ocasião do lançamento do livro *A Invenção do País do Futebol*, citado anteriormente, os autores deram entrevista ao jornal *O Globo* (01/10/2000), e em determinado momento Lovisoló, ao ser perguntado pelo repórter sobre os impactos da derrota do futebol brasileiro nas Olimpíadas de então, respondeu direta e enfaticamente: “Nenhum”. O orgulho nacional não sofre mais com as derrotas. Há uma diversificação de interesses em outras modalidades de esporte e lazer, o futebol já não tem tanto peso”. E concluiu: “A pátria calça chuteiras cada vez menores”, em alusão a uma famosa imagem brasileira, a *pátria de chuteiras*, cunhada pelo dramaturgo e escritor brasileiro Nelson Rodrigues para expressar a relação que sempre percebemos entre a identidade nacional brasileira e Seleção Nacional de futebol. O “país do futebol” não é realidade natural, mas uma construção realizada por agentes – da imprensa, do meio acadêmico e da política – em determinado momento histórico (HELAL, 2011, p.27).

Se por um lado o país “calça chuteiras menores”, por outro, as cifras que envolvem o esporte, sua repercussão cotidiana, além de outras possibilidades de análise a respeito, bem como a participação do Estado em ações que envolvem este esporte, principalmente com relação a CMF2014, indica a necessidade de realinhamento dos paradigmas característicos das produções científica que abordaram o tema até então. A relação da população com o futebol se alterou, talvez atualmente a abordagem pertinente não seja mais a costumeira relação com o sentimento de nacionalidade, mas suas relações com a política e com a economia, obviamente sem desconsiderar que se mantém como atividade produtora de relações sociais. Atualmente é relevante observar o turismo esportivo, hotelaria, construção de estádios e centros de treinamento, venda de produtos licenciados, sua dimensão de entretenimento, representação de valores culturais, dentre uma infinidade de aspectos. Sem ignorar o crescimento de outras modalidades e que a princípio não comprometem o desenvolvimento do futebol.

O debate contemporâneo quanto ao reconhecimento do esporte e do futebol como objeto de estudo científico já se encontra bastante avançado. Importante destacar que, mesmo com a recente afirmação do campo, ele já passa pelo que pode ser chamado de “terceira alteração de paradigma”, no que se refere a abordagens realizadas pela Academia Brasileira.

O primeiro paradigma é fortemente pautado na compreensão do esporte como “ópio do povo e a noção de identidade nacional”, muitas vezes analisado como instrumento ideológico da dominação das elites, principalmente ao tratar o futebol durante o período de governo militar (1964 -1984). (Machado 2000; Gastaldo, 2003; Guterman, 2009 e Helal, 2011) Em um segundo momento foi objeto de estudos antropológicos sob a perspectiva de “drama social” e seu caráter democrático bebendo as interpretações que o compreenderam sob a ótica de expressão da “democracia racial” freyreana, principalmente como sinônimo de brasilidade e modernização, posto que seus praticantes estivessem “republicanamente”

sob a égide das mesmas regras, sem distinção de classe, etnia ou status sócio econômico, portanto, um elemento modernizador que impunha a igualdade perante as regras e normas, alocando a atividade na disputa calcada nos méritos. (Machado, 2000)

O terceiro paradigma se encontra em formação, aponta uma predominância de estudos ligados às questões econômicas e administrativas, com ênfase na gestão, sustentabilidade e rentabilidade das entidades esportivas. Porém é precipitado afirmar que o paradigma seja administrativo econômico, a crescente ascensão das produções acerca do tema é caracterizada pela pluralidade de Ciências que o investigam, assim como o Turismo, a Educação Física, Psicologia, Comunicação, Publicidade, além da História. Hoje os limites do primeiro e segundo paradigmas já são constatados, o que não retira suas contribuições. Porém o campo parece possibilitar novos questionamentos, não somente em função do contexto histórico atual, mas acerca das transformações que nossa sociedade passou nas últimas décadas e a mudança da relação do público com o esporte, bem como de seus gestores e praticantes.

Considerando a relevância social do esporte no país, suas relações com o mundo da política e a promoção da CMF2014, somando-se estes a questão do legado material e imaterial e ao impacto econômico, não há dúvida da pertinência do objeto de investigação. Tal contexto leva a análise a considerar nossa população como um fator relevante. Em que medida ela é beneficiada com o evento? Talvez, não tanto com relação à capacidade de influenciar as tomadas de decisão no processo, mas por seu potencial de consumo, na hospitalidade com turistas, na ocupação de postos de trabalho, e principalmente na exigência de um legado positivo, seu acesso ao evento, e os efeitos das alterações legislativas, além da utilização de verba pública que ocorre em consequência das ações governamentais.

Cabe destacar ainda, a argumentação que paira no discurso dos setores públicos ligados a CMF2014. Desde o presidente à época da candidatura do País a realização do evento, Luís Inácio Lula da Silva, passando pelos órgãos ligados ao evento, até os setores privados. Os benefícios à população do País é o principal objeto de justificação pública da realização do evento. Em paralelo, a importância do sucesso na realização do Torneio e seus variados impactos no cenário internacional, apoiado numa clara exaltação da nação por parte do governo e com relevante penetração no senso comum.

A publicização do futebol no debate público em função da próxima Copa poderá atingir índices jamais registrados, tanto de exposição do esporte quanto da repercussão das decisões e ações públicas que envolvem o tema. A presença do tema dos gastos públicos acerca da CMF2014 é recorrente nos veículos de comunicação, bem como seu “monitoramento” por parte considerável da imprensa. O que se percebe no cotidiano das discussões, sem exceção às mesas redondas (esportivas e não esportivas) dos canais de

TV abertos e fechados, oscila entre o sensacionalismo das denúncias dos gastos/desvios e o “politicamente correto” recorrente nos órgãos de imprensa, julgando a pertinência do investimento público no evento, além da suposta ineficiência do nosso Governo em coordenar as obras relativas a CMF2014.

O discurso predominante nos meios de comunicação apresenta conteúdo fortemente crítico às ações estatais, destacando supostos desvios, custo das obras e sem deixar de mencionar quantas escolas ou hospitais poderiam ser construídos com os recursos a serem investidos. Cabe ressaltar que esta mídia, uma vez que são empresas de comunicação, são também beneficiários da venda do produto comercial, dos anúncios dos patrocinadores e simultaneamente concedem um generoso espaço em suas grades de programação, nos cadernos de esportes e sites, repercutindo desde o andamento das obras dos estádios, até as convocações da Seleção Brasileira e obviamente os jogos.

Quanto à mídia brasileira em sentido amplo cabe salientar:

Em outras palavras, são agentes privados que procuram representar o “todo”, o “público”, ocultando seus verdadeiros interesses. Logo, transitam num ambiente nebuloso, porque, além do mais, procuram se legitimar de modo permanente em nome da ideologia da “opinião pública”, conceito fugidio, maleável e marcado fundamentalmente pela opinião de determinados grupos capazes de expressar opiniões específicas, por meio da própria mídia, adquirindo dessa forma o *status* de “verdade”, pois potencialmente capaz de se tornar dominante. Essa imanente confusão entre as esferas privada e pública define a atuação da mídia, sobretudo no Brasil. (FONSECA apud DIPLOMATIQUE, out/2012).

Cabe ressaltar que um dos objetivos deste trabalho não é somente constatar a relevância do evento CMF2014 em alguns de seus aspectos, mas reconhecer a importância que o futebol possui em sua interface com as dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas da vida cotidiana, de modo a ratificar a relevância de estudos que o tomam como objeto.

Pretende-se aqui organizar o debate sob a luz de critérios teóricos científicos de modo a interpretar a CMF2014 quanto a alguns de seus aspectos expondo a tentativa de compreensão minimamente ponderada acerca das questões relativas ao evento. Percebendo seu aspecto de política pública, contendo todas as “etapas” de uma política convencional, objeto de intervenção estatal e que afeta direta e indiretamente a população. Conferindo ênfase ao processo decisório analisando as instituições e atores envolvidos, bem como o conflito de interesses expresso na tomada de decisões acerca do evento.

## CAPÍTULO 2 – POLÍTICA PÚBLICA E INSTITUCIONALISMOS

A CMF2014 pode ser amplamente discutida sobre seu caráter de política pública. Pode ser compreendida como uma política voltada ao esporte de alto rendimento, como desdobramento da política de desenvolvimento econômico devido ao impulso que proporciona na construção civil, melhorias na infraestrutura (portos, aeroportos, rede hoteleira e mobilidade urbana), ou, simplesmente pelo aquecimento que promove no consumo interno, por parte de cidadãos locais e turistas.

Porém, o que se pretende é analisar o evento quanto ao seu caráter de intervenção estatal via governo, portanto, seu caráter de política pública aqui é compreendido pelo prisma da intervenção governamental e por consequência, o gasto público que gera, desta forma, a decisão de realizar a CMF2014 no Brasil desencadeia um processo semelhante ao de qualquer política pública, independente do seu objetivo e da sua área de atuação.

Desta forma é necessário fundamentar e explicitar o embasamento teórico que conduz a análise da CMF2014. A literatura referente a políticas públicas, mais especificamente processo decisório auxilia na compreensão do evento e na configuração de seu formato de realização. Além disso, parte da bibliografia que discute os institucionalismos, pautado principalmente na compreensão de que suas diversas vertentes possuem contribuições umas as outras, portanto, utilizar a perspectiva neoinstitucionalista histórica, que em certa medida, reúne elementos das vertentes do institucionalismo histórico, sociológico e da escolha racional.

Muitas das análises em Sociologia e Ciência Política consideram não somente as dicotomias indivíduo/sociedade e/ou agência/estrutura, mas principalmente as *relações* entre ambas, destacando ora, como os indivíduos interferem e alteram as estruturas, ora, como as estruturas condicionam os indivíduos, dando mais ênfase ao dinamismo destas *relações* e o que é produzido socialmente a partir delas, um modo de analisar que em grande medida evidencia algo além dos processos de transformação, tenta compreender de que forma elas ocorrem. Um bom exemplo que demonstra como ocorrem estas *relações* é a literatura que discute política pública, mais especificamente aquela que investiga o *processo decisório* em torno das políticas. Se em um dado momento o desenrolar das decisões, a elaboração de tais políticas e sua implementação são influenciados por indivíduos, grupos e instituições que por ventura pretendem alterar uma dada realidade, os efeitos previstos e imprevistos da política implementada impõe um novo cenário que constrange setores da população à sua readequação diante do novo quadro. Com efeito, o suporte da literatura sobre as instituições também se faz pertinente neste tipo de estudo.

Deste modo, pode-se compreender política pública por seu aspecto intervencionista, onde na maioria dos casos o governo é um dos principais atores e, com efeito, a cada

política implementada desencadeia um processo de sucessivas intervenções, ou seja, de novas políticas, normalmente objetivando “consertar” o cenário anterior. O processo em seu aspecto mais amplo tende a ser lento, gradual, progressivo e sem grandes rupturas, com sucessivas intervenções incrementais ou “consertadas”.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição européia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p.2).

Portanto é importante destacar a distinção entre estado, estrutura da máquina estatal, instituição que se perpetua no tempo e governo, é a agência, trata-se do grupo político que detém momentaneamente o poder e se alterna com o passar do tempo. O estado é a estrutura, a instituição a qual o governo, ou seja, a agência representa; é a nação politicamente organizada. Assim, tanto ações (o fazer) quanto (não) ações (o não fazer) dos governos são passíveis de serem objetos de formulação científica e de serem analisados por pesquisadores.

Os precursores deste tipo de estudo buscaram um ponto de encontro entre a teoria acadêmica e a prática (Harold Laswell 1936); expuseram como problema a formulação de políticas públicas, as limitações das informações disponíveis e o autointeresse daqueles que fazem a política Herbert Simon (1957); inseriram na análise as eleições, os partidos políticos e os grupos de interesse Charles Lindholm (1959); e definiram políticas públicas como um sistema, que relaciona a formulação da política, seus resultados e o ambiente em que ela foi implantada David Easton (1965), considerando ainda a ideia de política pública como ação dos governos, tudo aquilo que o estado decide ou não fazer Thomas Dye (1984).

Dado que as políticas alteram os cenários, objeto de sua implementação, é oportuno perceber que, para cada cenário, um conjunto previamente determinado ou não de atores e setores da sociedade são beneficiados ou prejudicados. Sendo assim, é preciso sintetizar minimamente o conteúdo das obras destes precursores a fim de elucidar quanto a uma das perspectivas teóricas utilizadas na análise proposta.

Laswell (1936) alertava para a necessidade de compreender “quem ganha o quê, por que e como?”. A leitura de sua obra alerta para a necessidade de observação do

contexto sob os quais as *decisões* ocorrem, destaca o fato de que políticas públicas normalmente beneficiam alguns setores mais do que outros, e ainda podem prejudicar outros tantos. Tenta estabelecer uma análise das ações governamentais sob uma ótica acadêmica científica, onde *decisões* e *interesses* estão intimamente ligados, se preocupa em estabelecer parâmetros para exercer o que ele definiu como *policy analysis* (análise de política). Por sua vez, com o campo institucionalizado, Theodore Lowi (1972) acrescenta que as políticas envolvem 3 categorias - , distribuição, regulação e redistribuição - e que os estudos sobre formulação das políticas são de extrema importância, o que reforça a relevância da obra de Laswell.

Posto desta forma, as discussões sobre política pública, principalmente em torno dos *processos decisórios e do desenho proposto*, normalmente carregam consigo o tema da justiça social, da qualidade de vida. Se as decisões atendem aos interesses é fundamental perceber a comum impossibilidade de que todos os interessados sejam atendidos da mesma maneira e na mesma medida. A tendência de que indivíduos, grupos e instituições não se beneficiem igualmente com a implantação de determinada política é muito elevada. Também é elevada a chance de efeitos não previstos de uma política recair sobre atores e/ou instituições não envolvidos no processo decisório, atores até mesmo à margem dos objetivos estabelecidos no desenho da política. Para complexificar o quadro, também é possível que determinado setor, em princípio beneficiário da política, tenha perdas em médio e longo prazo, em razão da própria política, que durante sua implementação já pode apresentar indícios nesta direção.

Para Simon (1957), o foco da análise recai sobre as limitações da racionalidade mesmo em agentes estatais, pois estas são (em alguma medida) condicionadas pela limitação das informações necessárias às decisões, o tempo disponível para as decisões e o autointeresse dos decisores do processo, que conjuntamente colaboram para redução da racionalidade no processo decisório. Porém, o caminho da formulação, desenho e elaboração das políticas está submetido a regras e mecanismos, que por sua vez, procuram minimizar tais limitações, criando condições minimamente satisfatórias para as tomadas de decisão.

Lindblom (1959) advoga um “método confuso” para decisão e implementação, por oposição à defesa do total racionalismo das escolhas, alertando para a recorrência com que decisões no presente são inspiradas em soluções realizadas no passado e influenciadas por uma série de variáveis não controladas totalmente pelos decisores. Deste modo, concede mais ênfase ao caráter não racional das decisões, a dificuldade de estabelecer uma cronologia das decisões, com começo meio e fim. Questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e da Teoria da Escolha Racional, propondo a incorporação de outras variáveis à formulação das análises, variáveis que notoriamente comprometeriam o

racionalismo das escolhas. Para o autor é importante perceber como as eleições, a burocracia estatal, os grupos de interesse e as relações de poder indicam a impossibilidade para o “insulamento dos governos” nas tomadas de decisão, denunciando uma teia de influências que agem sobre os governos e decisores. Para Lindblom, as soluções dos governos são constrangidas por uma dependência de trajetória, posto que o contexto presente da decisão seja ocasionado por decisões anteriores, ou seja, a conjuntura e as contingências das decisões são de certa forma determinadas por decisões anteriores, pela trajetória percorrida até ali (*path dependence*). Quanto às soluções, as políticas propriamente ditas, ele identifica que há uma forte tendência nas burocracias em olhar para o passado, buscando alternativas já executadas, de modo a transpô-las ao presente, normalmente de forma incremental, lenta e gradual.

Easton (1965) traz a ideia de compreensão das políticas com foco em seu caráter sistêmico, reunindo formulação, resultados e ambiente (contingência/contexto). As políticas são o centro da análise, mas reconhecidamente sofrem influência dos atores envolvidos nas decisões, como a mídia, os grupos de interesse, partidos, setores da burocracia, dentre outros, interferindo no desenho, elaboração e implementação das políticas, bem como, sobre seus efeitos e resultados. Com efeito, é possível inferir que os atores interferem no julgamento público de determinada política, na aceitação e na rejeição a ela. A síntese de todos esses fatores construiria “resultado último da política”, os atores são diretamente responsáveis pelo cenário derivado da política pública.

A leitura destes autores estimula o interesse pelo melhor entendimento da conjuntura política, econômica, da história, da cultura, dos indivíduos e instituições envolvidos, permite alertar para a necessidade de observação do contexto sob os quais ocorrem as *decisões*, destaca o fato de que política pública normalmente beneficia alguns setores mais do que outros, e ainda, pode prejudicar outros tantos, sem ignorar a incapacidade de previsão de todos os seus efeitos.

Este conjunto temático procura sistematizar a dinâmica com que estas políticas ocorrem. As análises não se limitam mais ao caráter estanque, que considerava ou *agência* ou *estrutura*, como em outrora. Demonstra como *decisões e interesses* estão intimamente ligados e que é fundamental perceber como opera a dinâmica de relação entre indivíduos e suas instituições, ao observar a dinâmica de construção de uma política pública, nota-se uma perspectiva “processualista” na percepção dos acontecimentos. Cabe ressaltar que elevada ênfase da literatura é concedida a sistematização da dinâmica com que estas *decisões* ocorrem, o que aproxima o tema da Ciência Política em seu aspecto mais geral, permitindo que a percepção analítica também esteja voltada para a conjuntura.

Observar o evento sob a ótica de política pública requer alguns requisitos. Não se trata apenas de uma separação temática do tipo econômica, habitacional, de saúde... Faz-

se necessário também uma divisão devido à dimensão e a abrangência destas ações. A hierarquia estabelece que uma determinada política como a de educação, por exemplo, contém programas de relativo alcance, que por ventura pode conter projetos mais pontuais e normalmente convergentes. Sendo assim, do maior para o menor, se compreende: políticas, programas e projetos.

Além desta simples distinção, o campo da política pública é multidisciplinar, transcendendo fronteiras e dialogando com a sociologia, a economia, a ciência política, a história, a administração, não se esgotando em uma única área (CONDÉ, 2006, p. 75). Além deste fato:

Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. (...) podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p.45).

Uma possibilidade analítica a ser considerada é perceber este campo como um “ciclo”, permitindo uma análise temporal, de conteúdo, aplicação e resultados que pode assim ser exemplificado: *agenda; processo decisório/elaboração, implementação, avaliação, e revisão das etapas*. No trabalho proposto, trata-se de perceber os atores envolvidos no processo das decisões e seus interesses, inclusive daqueles atores alvo da política; o lugar onde estas decisões ocorrem, como operam internamente as instituições envolvidas e o que isso implica nas ações para fora delas, sem desprezar os indivíduos que as compõem. O processo de decisão propriamente dito, a característica de como ele ocorreu.

No levantamento prévio do evento CMF2014 constatou-se, primeiramente, que se reportar à agenda seria um trabalho muito mais extenso e que provavelmente não haveria tempo hábil para a reunião adequada dos dados a fim de reconstituí-la. Um trabalho focado na implementação seria incompleto, posto que o evento ainda não ocorresse; *avaliação e revisão das etapas*, inviável. Tentar avaliar o legado que a CMF2014 proporcionará é inoportuno no momento, porém importante, deve ser realizada logo que o decorrer do tempo permitir.

A etapa de **decisão e elaboração**, ainda que em curso, mas, em fase de finalização, é constantemente evidenciado pela mídia de grande circulação, o que facilita o levantamento, ou pelo menos o rastreamento dos dados e das fontes, além de ser um objeto mais pertinente à aplicação de teoria política num aspecto amplo, em comparação às outras etapas. Ademais, dentre outros temas recorrentes em estudos de Ciência Política, a análise do processo decisório aflora questões quanto ao sistema político brasileiro, seus arranjos institucionais, reflexos em relação à economia, o debate público, participação política, responsabilização e identificação dos principais atores envolvidos no *processo decisório*, além, é claro, do sempre delicado tema do gasto público.

Ciente da importância que os interessados no evento possuem nas *tomadas de decisão*, torna-se fundamental para a pesquisa acerca do *processo decisório*, conhecer quais são os interessados e envolvidos nas decisões. Identificá-los, descrevê-los e rastrear seus principais objetivos e interesses. Afinal, ao investigar *decisões* é preciso saber como se deram tais decisões, quem as influenciou, logo, quem são os agentes e quais mecanismos foram utilizados para alcançá-las. Desta forma, se faz fundamental identificar os atores estatais e não estatais sem deixar de atentar para as perspectivas que se esforçam em abordar as relações agência e estrutura, tanto para dentro destes atores e em alguns casos para fora deles. Com efeito, é preciso identificar e enumerar os atores públicos e privados que compõe o cenário de decisão e seus interesses.

Do lado das políticas públicas, inegavelmente a complexidade das questões da agenda pública e a interdependência das decisões tem aumentado a importância da disponibilidade de informação, da capacidade técnica de solucionar problemas, da capacidade de coordenação de diferentes instituições e atores concernidos e da participação social (TAPIA, 2006, p. 29).

É essencial que seja ofertado um arcabouço teórico que permita a análise destes atores do processo. Compreende-se aqui que a literatura sobre os institucionalismos colabora como instrumento de abordagem dos atores em organizações e instituições. Isto significa observar os órgãos de governo, os ministérios, secretarias, Congresso Nacional, instituições jurídicas, de regulação e fiscalização. São estas instituições e seu conjunto de normas e regras que constroem a ação dos indivíduos interna e externamente. Quanto aos atores privados, podem ser consideradas, principalmente as empresas envolvidas diretamente com a CMF2014, seja no patrocínio do evento, seja na execução das obras referentes a ele, a FIFA, a CBF e a mídia/imprensa, num aspecto geral. Cabe ainda relatar que ONGs, sindicatos, associações de moradores, associações em geral, público do evento,

profissionais envolvidos com as políticas, dentre outros, orbitam a tomada de decisão e por ventura podem ser mencionados, porém sem destaque na análise proposta. Entender como operam estes atores e de como manifestam seus interesses, ora de modo sutil, ora de forma bastante explícita.

O institucionalismo, que passa por uma fase de renovação em todas as ciências sociais, distingue-se de outros paradigmas intelectuais, especialmente as ortodoxias do individualismo metodológico, ao apontar para a necessidade de se levar em conta, a fim de se compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Essas mediações são precisamente as instituições. (THÉRET, 2001, p. 226)

Segundo esta perspectiva (PIERSON, 2000; SKOCPOL, 1993), há instituições com variados níveis de poder de decisão e este varia de acordo com suas trajetórias históricas. Esta definição permite agrupar em uma mesma análise atores como FIFA, CBF, Governo, setores da sociedade e Imprensa, e permite compreender a relação de poder em questão. Porque e como as instituições surgiram, há quanto tempo existem, quais os seus preceitos, quem são e quem foram os principais ocupantes dos cargos “chave”, de que forma elas e seus componentes na prática atuam e influenciam nas escolhas institucionais, e neste aspecto, tentando maximizar a realização daquilo que julgam importantes. Em suma, os atores públicos e privados condicionam o exercício das vontades individuais, mas também sofrem influência delas, em algumas instituições/organizações mais do que em outras. De outro modo, trata-se da constatação das *relações* entre *agência* e *estrutura* cuja lógica varia dependendo de cada instituição ou organização. Pierson (2003) também alerta para trabalhos que tentam mensurar os efeitos das políticas nos atores do cenário, da opinião pública e do comportamento político e suas alternâncias.

Na maioria dos processos decisórios verifica-se a presença de atores públicos, as burocracias, ministérios, secretarias, agências reguladoras, órgão jurídicos, além de atores políticos, como o congresso, o poder executivo e os partidos. Há a possibilidade que consultorias técnicas, centros de pesquisa, institutos de pesquisa e universidades prestem serviço em algum momento da elaboração, o que as tornam atores dentro do processo, mesmo quando não são diretamente envolvidos com a questão abordada.

No campo privado sempre existem as empresas do setor interessadas pelo tema e podem ter a estratégia de buscar participar do debate decisório, direta ou indiretamente. Empresas de auditoria podem ser contratadas e grupos de interesse podem se manifestar, sejam religiosos, trabalhadores, grupos ligados ao esporte, associações de moradores ou de

qualquer setor da sociedade, sem deixar de mencionar as variadas ONG's e os especialistas acerca do tema que podem ser convidados a opinar.

Uma boa referência de estudo sobre processo decisório no Brasil trata do caso da Lei de Responsabilidade Fiscal publicado em 2011, de autoria de Cristiane Kerches. O trabalho é estruturado pelo marco analítico do neoinstitucionalismo histórico dando ênfase a construção do consenso e o papel das ideias. Considera configurações institucionais e os pontos de veto, no desenrolar do processo decisório. Considera a possibilidade de mudança, o conceito de agenda de governo e as limitações de teorias racionalistas, considera a questão temporal, a contingência de episódios e da atuação dos atores que influem no processo de decisão.

Abastecido de perspectiva semelhante é que o olhar se debruça sob o tema da CMF2014, com ênfase nas decisões acerca do evento e na agenda do governo, considerando seus atores, aspectos da agenda e principalmente a contingência histórica, ressaltando o caráter de política pública da CMF2014 quanto ao seu processo de decisões, analisando seus atores e seus respectivos poderes de veto.

Com efeito, dada à variedade de atores que por ventura componham determinado processo decisório, análises que se propõem a compreendê-lo, depara-se com cenário, a fim de rastrear as teias de relações que surgem “para dentro” e “para fora” dos atores. Cabe considerar também que, em muitos casos, esta teia de relações se forma apenas em torno de um tema pontual. Passado o processo decisório ela se desfaz. Cada um destes atores possuem interesses e manipulam seus recursos de poder, a fim de atingir a elaboração da política que mais os satisfaz. Debater sobre a elaboração da política consiste fundamentalmente em discutir sobre as diversas alternativas apresentadas para a solução do problema público. Lembrando que tais alternativas são moldadas em função de fatores como financiamento da política, aceitação e adesão popular, público alvo, leis, os pareceres técnicos, a impossibilidade de satisfazer todos os interesses na mesma medida, o tempo para execução e decisão, além das diferentes perspectivas que se debruçam sobre o tema. Tudo isso em conjunto pauta a formulação e a elaboração do desenho da política.

A literatura sobre o tema das decisões em política pública recorrentemente denomina estes agentes como “atores” que atuam diante de determinado “cenário”. Com efeito, se a compreensão sobre o *processo decisório*, ou seja, sobre o cenário das decisões quanto à realização da CMF2014 é o que se propõe neste trabalho, conseqüentemente a identificação e descrição dos atores e instituições envolvidos se torna fundamental. Os atores influenciam nas decisões e provavelmente há forte relação entre tais decisões e os objetivos e interesses nem sempre explícitos por parte destes atores envolvidos. Quais são os cargos mais relevantes? Quais as trajetórias destes atores? Quais os interesses

conflitantes? Quem financia e quem lucra com o evento? De quais projetos ou políticas o projeto converge e diverge? Quais os atores com capacidade de veto?

Um exercício de descrição e análise do processo decisório certamente esbarra na questão dos agentes envolvidos, no conflito de interesse muitas vezes não estampado e não muito claro numa observação superficial. Analisar as instituições passa a ser fundamental, mas é preciso lembrar que são os indivíduos que operam em suas estruturas internas, e até mesmo diante de outras instituições. Portanto é imprescindível saber; Quem são estes indivíduos? Como atuam? Quais os grupos, organizações e instituições eles estão ligados? Quais os seus interesses? Que valores representam em nome de si e das instituições as quais pertencem?

Além dos atores, não se pode esquecer que a realização da CMF2014 é analisada neste trabalho, como projeto público constituído por todas as etapas de uma política pública, da *agenda à avaliação*. Este trabalho pretende ter foco no aspecto de **política pública** que o evento possui, dando ênfase no seu **processo decisório** e nos **atores** envolvidos.

A perspectiva institucionalista de modo geral é eficiente em análises que dialogam com conjuntura política, com o contexto das decisões, em suma, com as contingências históricas. A utilização do *neoinstitucionalismo em sua vertente histórica* permite agregar lastro temporal, considerar a capacidade coercitiva das instituições, assim como o papel individual dos agentes que as integram, equilibrando a análise que oscila entre as instituições e organizações sem desprezar alguns personagens de maior destaque no processo. Alerta para o caráter da multidecisão e a questão do interesse ilustrado por documentos, descrição dos atores envolvidos e algumas declarações e entrevistas, num exercício interpretativo que permite alguma compreensão mais sistematizada de um tema importante. Deste modo, cabe insistir que se pretende organizar a discussão e o olhar acerca do tema fundamentado em determinado arcabouço teórico, sendo assim, *processo decisório em política pública e institucionalismos*, sem ignorar a existência e importância das demais etapas da política. No caso da CMF2014 cumpre como centro da análise a conjuntura dada pelas instituições envolvidas, seus atores e o processo decisório, expresso nas decisões enunciadas nos documentos e em alguns conflitos de interesse entre estes atores.

O debate se aprofunda quando se percebe que na análise ainda pode ser acrescentada uma variável de grande peso: as ideias. Como alerta Ellen Immergut (1992), estas podem ser identificadas em grande medida na observação das trajetórias e dos valores e objetivos de cada ator envolvido em determinado processo decisório, em determinado cenário conflitivo. E que possibilitam em diferentes conjunturas, diferentes pontos de veto, acarretando decisões e formulações diferentes em cada realidade dada, além dos efeitos não intencionais que a política fatalmente gera.

Se levarmos em conta ainda o peso ideológico do partido que governa o país desde 2003, a análise fica mais desafiadora, porém extrapolaria as pretensões do momento. Contudo o que se deseja destacar nesta passagem é que o caso brasileiro parece reunir alguns elementos receptivos ao fato de que o gasto público com a CMF2014 é relevante não somente em função da trajetória histórica intervencionista do Estado Brasileiro, mas também devido às tendências ideológicas do partido governante. Além disso, o caso brasileiro quanto ao seu sistema político denuncia uma precedência do Poder Executivo sob os demais poderes da República, como constata Otávio Amorin Neto (2003). Portanto tais características não podem ser ignoradas em uma análise sobre *processos decisórios* principalmente os que envolvem políticas ou projetos públicos. Segundo Jorge Tapia (2003, pg.30) é necessário "... sublinhar a contribuição dos enfoques cognitivos para a compreensão da dinâmica das políticas públicas, seja na construção dos atores sociais como da própria institucionalidade das políticas...".

Em suma pode-se dizer que o institucionalismo histórico tenta perceber a organização institucional da política e da economia observando seus conflitos, identificando os interesses mais eminentes em detrimento de outros. Assim:

O debate contemporâneo nas ciências sociais tem buscado superar tradições clássicas, seja na ciência política, seja na economia, sobretudo por meio da "redescoberta das instituições" e da incorporação da dimensão cognitiva dos processos políticos e dos atores nas suas interações estratégicas. Da perspectiva do novo institucionalismo na ciência política, a relação entre instituições, interesses e idéias, ou paradigmas cognitivos, é vista do prisma do primado das instituições. São elas que conformam as preferências ou os interesses, estruturam o campo das escolhas e determinam a própria dinâmica. Certamente, as nuances e diferenças entre o institucionalismo da escolha racional, o aspecto sociológico e o histórico não são negligenciáveis. (TAPIA & GOMES, 2003, p. 258)

E, em conclusão:

O institucionalismo histórico visualiza a organização institucional da política e da economia estruturando os conflitos, privilegiando certos interesses e desmobilizando outros; são estes principais elementos estruturantes que ordenam o comportamento coletivo e conduzem aos diferentes resultados. (CONDÉ, 2006, p.84)

O que se propõe aqui privilegia o processo decisório envolvendo as várias partes interessadas. Sendo assim é preciso não perder o horizonte pautado em um viés de análise

mais contextualista e contingencial, em alguma medida, conjuntural. O número e a complexidade de atores como o Poder Executivo Brasileiro, a FIFA, a CBF, a Imprensa e Empresas Privadas, dentre outras, dificultam momentaneamente uma análise aprofundada acerca da dicotomia agência e estrutura referente a cada uma destas instituições, para posteriormente adentrar no processo decisório propriamente dito. O que se pretende é a apresentação de um resumo relevante e considerável destes atores e instituições de modo a estabelecer uma visão panorâmica do arranjo dado por ocasião do conflito de interesses no processo decisório relativo a CMF2014.

Se as instituições importam, identificar sua história, sua cultura interna e seus tomadores de decisão, ajuda a ter uma ideia do quanto e do como importam dentro do cenário de conflito. Como os atores fazem a política por si e através das instituições, a composição do desenho do projeto público CMF2014 passa por estes níveis analíticos.

Cabe ressaltar também que a relação entre os atores pode ser definida pelas relações de poder entre eles. Neste sentido é importante ter em mente duas questões que normalmente operaram de modo complementar, *Poder* e *Veto* que numa complementaridade possam ser compreendidas como *Poder de Veto*.

Peter Bachrach e Morton S. Baratz (1962) argumentam que os termos poder e influência são usados de modo intercambiável, negligenciando as expressões força e autoridade. Durante a tomada de decisões e desempenho do poder, vários fatores são considerados, tais como questões econômicas, culturais, sociais e políticas. Para ocorrer uma relação de poder, há a premissa de um conflito entre as partes; assim, só existirá relação de poder se um sujeito A se curvar a B; e, por fim, tal relação é exequível se uma das partes aplicar uma sanção. Poder é a capacidade de coagir o outro a fazer algo que ele não faria de outra forma.

Em caminho parecido, George Tsebellis (1995) formula o conceito de ator com poder de veto. Segundo ele, *veto player* é um ator individual ou coletivo cuja concordância é necessária para que se tome uma decisão política. Uma reflexão se faz importante: perceber que num processo decisório, a barganha, no sentido de negociação, implica em várias “rodadas” de negociações. De acordo com as *contingências das fases do processo acerca de decisões pontuais*, o ator com poder de veto, seja ele instituição, grupo ou indivíduo, pode ou não fazer uso de seu poder, há constrangimentos nas negociações que podem tendenciar o veto player a não utilizar seu poder, dependendo do momento da negociação pode até mesmo abrir mão do veto, na expectativa de obter vantagens em um estágio mais avançado do processo. Em negociações de médio e longo prazo a questão temporal também é relevante fator a se considerar, associado aos custos de transação, as possibilidades de ganhos e perdas e o custo político do veto. Sem ignorar que o poder de veto pode se alternar durante as tomadas de decisão, como alerta Immergut (1992).

Ciente de que o detalhamento de todas as perguntas expostas implicaria em um trabalho muito mais extenso, o trabalho se restringe predominantemente a uma questão: analisar o reflexo do evento no plano político, em especial ao considerarmos o processo decisório que envolve o Projeto Público CMF2012 e o conflito de interesses expresso nas discussões, documentos, decisões e ações acerca do evento, destacando os principais atores neste cenário conflitivo e o desenrolar do processo de tomada de decisão, em função do desenho/elaboração do Projeto Copa. Sem deixar de adotar como referência alguns episódios de maior repercussão e as declarações públicas dos principais ocupantes dos cargos importantes.

A estratégia adotada para a análise a ser realizada nos próximos capítulos é relativamente simples. Abastecido da literatura sobre política pública e institucionalismo, optou-se pela identificação e descrição dos principais *atores* envolvidos (FIFA, CBF, Imprensa, Empresas e Governo Brasileiro), a dinâmica pelas quais operam na tomada de decisão relativa à CMF2014, a fim de melhor compreender tais *decisões*, principalmente através de resumo das instituições envolvidas e dos principais documentos relacionados ao evento, bem como os principais episódios referentes às decisões, do financiamento das obras, a venda de bebidas alcoólicas até a inédita criação dos ingressos de categoria 4, atento a entrevistas e declarações dos principais tomadores de decisão. Serão consideradas referências sobre a cultura institucional, os principais personagens e grupos internos ou ligados a estas instituições, sem desconsiderar patrocinadores privados. O conflito em alguma medida pode ser ilustrado na comparação entre quatro documentos: Caderno de Encargos<sup>11</sup> da FIFA, Garantias Governamentais, Lei Geral da Copa<sup>12</sup> e Estatuto do Torcedor<sup>13</sup>. Entende-se que estas fontes expressam uma considerável percepção da relação entre estado e sociedade quanto ao evento e algumas questões que dela derivam. Estes documentos são mais detalhados no capítulo 3, porém, é possível adiantar que expressam contradições entre si, não somente entre aquilo que normatizam, mas também quanto aos efeitos daquilo que normatizam impossibilitando a vigência simultânea.

Considerando os documentos um aspecto relevante, é importante fazer a ressalva que conduz este trabalho em sua maior parte, tentando exercer uma “Narrativa analítica”.

---

<sup>11</sup> Amplo documento produzido pela FIFA que possui todo o tipo de detalhe com relação às especificações necessárias para um país sediar a Copa do Mundo.

<sup>12</sup> Lei elaborada pelo governo brasileiro a fim de atender demandas da FIFA.

<sup>13</sup> Portaria que garante os direitos do público de futebol no Brasil.

Como bem argumenta Palermo (2000), as certezas e incertezas do processo decisório legislativo não devem ser avaliadas somente com base na votação na Câmara. As regras de funcionamento do processo legislativo não dão certeza ao Executivo Federal quanto à aprovação de uma proposição legislativa de sua autoria. Da mesma forma, a produção legislativa dos últimos anos demonstra que a existência de atores com poder de veto não paralisou a capacidade de criação legislativa do Executivo Federal. Dessa forma, justificamos a opção pela realização das chamadas “narrativas” analíticas, ou historiografia do processo decisório, uma vez que o intenso processo de negociação que caracteriza a produção de políticas públicas no Brasil não é captado somente pela análise da legislação aprovada e pelas respectivas votações parlamentares. É interessante, e desafiador, a construção de um objeto que tem “camadas” analíticas de natureza política econômica, institucional, cognitiva e histórica, para além de visões excessivamente institucionalistas, estruturalistas ou atomistas (neste último caso, do individualismo metodológico da ciência econômica, por exemplo). (KERCHES, 2011, p.41)

Com efeito, a análise dos documentos e leis é importante para compreensão das decisões dos atores, do exercício do poder de veto e no limite, também é útil pra indicar quem pode ganhar o quê, por que e como. Porém não retrata exclusivamente através de seu texto o desenrolar das decisões. Na tentativa de estabelecer uma espécie de narrativa analítica em “camadas”, os documentos em conjunto com a descrição das instituições envolvidas e dos atores que nelas operam tornam-se essenciais para a abordagem no caso da CMF2014. O cenário é heterogêneo, plural, com conflitos abertos e encobertos, onde as instituições, a cultura, os atores e os interesses importam, todos sob as regras do jogo, regras formais e informais.

## **CAPÍTULO 3 – O CENÁRIO PARA A CMF2014 POR DENTRO: INSTITUIÇÕES E ATORES**

Neste capítulo pretende-se uma breve descrição dos atores, das instituições, seus posicionamentos e interesses, além dos principais documentos envolvidos no processo, identificando o que eles manifestam quanto aos interesses e as decisões. O objetivo é situar algumas das principais características institucionais/organizacionais, sem desprezar a história institucional, suas estruturas, ressaltando os principais tomadores de decisão, ou seja, os atores e grupos que nelas operam ou que a elas se ligam, além de menções de como influenciam ou se interessam pela CMF2014. É importante destacar que o estudo do papel das instituições envolvidas nas políticas no caso da CMF2014 possui forte relação com setores privados, além do gasto público do Estado Brasileiro através de suas ações governamentais. Apesar da complexidade e variedade de instituições e atores envolvidos, foi possível elencar informação relevante a fim de interpretar o processo.

### **3.1 As Instituições e Os Atores:**

Há alguns setores organizados e ou mobilizados, como o público envolvido com o esporte, frequentadores de estádios, os representantes dos clubes de futebol, moradores das áreas onde ocorrem desapropriações e até mesmo, tribos indígenas, além dos trabalhadores das obras (principalmente estádios e arenas) referentes à CMF2014, sindicatos e ONGs, sem desconsiderar alguns personagens públicos com maior destaque, como o Deputado Federal- PSB/RJ Romário Faria de Souza, ou o ex-dirigente do Corinthians e ex-diretor de Seleções da CBF Andrés Sanches, dentre outros. São componentes que orbitam o processo decisório, possuem alguma relevância, apesar de não serem decisivos nas tomadas de decisão.

Houve em 2011 e 2012 uma onda de denúncias de corrupção no setor privado em torno de Ricardo Teixeira, além de uma pressão publicamente expressa pela mídia e na mídia, trazendo à tona temas como o caixa e os balanços financeiros da CBF e dos clubes de futebol, algumas práticas como evasão de divisas, proposta de desarquivamento da CPI da Nike e do Futebol <sup>14</sup> pela Procuradoria Geral da União, dentre outros episódios, como a acusação contra Ricardo Teixeira, foi acusado recentemente de ter recebido dinheiro como

---

<sup>14</sup> A CPI para apurar a regularidade do contrato CBF-Nike foi requerida em 11 de março de 1999. E foi instalada em 17 de outubro de 2000, dezoito meses depois. Esse intervalo de quase dois anos é revelador das imensas resistências que se antepuseram à sua criação. Também durante sua vigência a CPI encontrou dificuldades e obstáculos de variados tipos às suas investigações. E atuou ameaçada de ter seus trabalhos encerrados a qualquer momento. Seu fim prematuro foi anunciado inúmeras vezes pela imprensa. Encerrou-se após oito meses. Fez as investigações que cabia fazer. E deixou para a sociedade novos elementos que podem contribuir para o aperfeiçoamento do esporte nacional.

dirigente da FIFA no paraíso fiscal de Liechtenstein, e, em consequência, será alvo de investigação a pedido Ministério Público.

Curiosamente ocorreu patrocínio de um torneio de membros da Ajufe - Associação Nacional dos Juizes Federais do Brasil realizado na Granja Comary, regado a muita comida e bebida, além de hospedagem durante o período e traslado aéreo pago pela CBF que seria realizado nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2011. Atividade não recomendada pelo então presidente da OAB-RJ. (Lance net, 29,09, 2011).

Há também forte possibilidade do contrato social referente à CMF2014 não sofrer alterações, nele o responsável pelo destino de todos os lucros do evento era Ricardo Teixeira que devido à renúncia, prontamente fez as devidas alterações contratuais, transferindo a tarefa para José Maria Marin, bem como a presidência do COL – Comitê Organizador Local que conta com as contribuições dos ex-jogadores “Bebeto” campeão da CMF1994 e atual Deputado Estadual pelo PDT - RJ e Ronaldo “Fenômeno” campeão da CMF2002. O terceiro e último integrante do comitê é o atual presidente da CBF, que ocupa a vaga que também era de Teixeira, José Maria Marin.

Diante de várias denúncias e escândalos, amplamente divulgados pela mídia, ou seja, TV Record, Diário Lance, Uol, Folha de São Paulo, ESPN, com exceção da TV Globo, Sportv e Goloboesporte.com. Os recorrentes mandos e desmandos em diversas instâncias do futebol brasileiro, característicos de toda sua história, a figura do presidente da CBF ganhou bastante visibilidade, desde a escolha do Brasil pela FIFA para sediar CMF2014, ou seja, de 2007 até os dias atuais.

Deste modo, é importante mencionar que em alguma medida, nota-se uma espécie de exigência por prestação de contas e das ações referente à CMF2014, não somente pela visibilidade do tema, mas também pela popularidade que o futebol possui no país. Para Lattman-Weltman, hoje o Brasil passa por um momento especial quanto á sua democracia, composta por visibilidade, accountability e denunciamento:

Para compreender melhor que variáveis sociológicas e institucionais podem estar favorecendo, hoje mais do que ontem, tanto uma maior visibilidade das pessoas públicas quanto os riscos e potenciais efeitos perversos deste mesmo aumento de transparência, acredito que é preciso ter em mente, como ponto de partida, uma série de transformações ocorridas nas últimas décadas que, embora perfeitamente conhecidas, nem sempre são estimadas em algumas de suas implicações históricas decisivas. (...) Em termos mais precisos, ao que tudo indica, o denunciamento, tal como se apresenta na nova democracia brasileira de final de século, parece estar relacionado a duas variáveis decisivas, uma de caráter institucional, outra sociológica: a 1º diz respeito à emancipação do Ministério Público, promovida pela Constituição de 1988 e a 2º à massificação e profissionalização da mídia no país. (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p.3 e 5).

Desta forma, o ponto importante a não ser ignorado é a presença da população no debate público, ou de outra maneira, a possibilidade de que a população acompanhe razoavelmente as ações referentes à CMF2014, se informem e por ventura se manifestem. A população passa a ser um freio importante e informal tamanha a visibilidade das ações e a popularidade do tema. Com efeito, alguns setores podem se organizar em prol de ações deste tipo.

O Sianenco monitora as construções relativas à Copa e divulga na internet. Alguns curtas foram produzidos por moradores de áreas afetadas por obras relativas à CMF2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.<sup>15</sup>

E na instância jurídica o MPU - Ministério Público da União e suas ações são noticiados com certa frequência, além da CGU – Controladoria Geral da União e dos ministérios públicos estaduais.

A propósito, um dos efeitos talvez não previstos em função da CMF2014 é a especulação imobiliária nas cidades onde o evento ocorrerá. O entorno dos estádios, as obras de mobilidade urbana e de infraestrutura estão afetando drasticamente o mercado imobiliário. Devido às obras no entorno dos estádios, algumas escolas, lojas, moradias, museus estão sofrendo processo de desapropriação e/ou mudanças de locação, interferindo na vida cotidiana dos cidadãos.

Apesar da abrangente conjuntura que envolve a CMF2014 é possível identificar, sintetizar e apontar os principais atores das instituições mais relevantes dentro do processo decisório, compreender alguns aspectos do modo como se relacionam e apontar conclusões.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://catarse.me/pt/dominiopublico> Acesso em: 18 de julho de 2012.

### 3.1.1 Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA)

Associação suíça de direito privado, a FIFA é a instituição internacional que regula as associações de futsal, futebol de areia e futebol associado, esporte coletivo mais popular do mundo. A FIFA foi fundada em Paris aos 21 de maio de 1904. Atualmente é sediada em Zurique na Suíça, país sob o qual está subordinada legislativamente. Possui atualmente 209 países e/ou territórios associados, é a instituição internacional que possui a segunda maior quantidade de membros filiados no mundo, mais que a ONU e que o próprio COI à qual é filiada e que possuem, respectivamente, 193 e 204 membros cada (a IAAF Associação Internacional de Federações de Atletismo, possui 212 membros). Em seu site, a FIFA se pronuncia:

A FIFA teve um período de grande sucesso no ciclo de quatro anos entre 2007 e 2010, com a receita passando de US\$ 2,634 bilhões no ciclo de quatro anos anterior para US\$ 4,189 bilhões. Os custos também cresceram, mas permaneceram firmemente sob controle, permitindo que a FIFA obtivesse um ótimo resultado de US\$ 631 milhões. (...) Noventa e três por cento da renda da FIFA durante o período vieram de receitas relacionadas a eventos. O maior evento de todos também foi o maior arrecadador: Um importante êxito do período 2007-2010, durante o qual o balanço da FIFA alcançou US\$ 2,145 bilhões, foi a elevação das reservas a um total de US\$ 1,28 bilhão no dia 31 de dezembro de 2010 (FIFA, 2012).

Ainda segundo o próprio site da entidade, são enunciados sua missão e o que entendem representar segundo seu presidente, Joseph Blatter:

Entendemos que a nossa missão é a de contribuir na direção da construção de um futuro melhor para o mundo, utilizando, para tanto, a força e a popularidade do futebol. É isso que dá sentido e direção a cada uma das atividades em que a FIFA está envolvida — o futebol como parte integrante de nossa sociedade [...] Os nossos valores mais profundos de autenticidade, unidade, desempenho e integridade simbolizam a essência de quem somos. Autenticidade. Acreditamos que o futebol deve continuar sendo um esporte praticado e apreciado de forma simples e bela, tocando as vidas de todas as pessoas, em todos os lugares. Unidade. Julgamos que é de responsabilidade da FIFA fomentar a unidade dentro do mundo futebolístico e utilizar o esporte para promover a solidariedade, indiferentemente de sexo, etnia, religião ou cultura. Desempenho. Acreditamos que a FIFA deve lutar para proporcionar um futebol da mais alta qualidade e a melhor experiência possível, seja como um jogador, um espetáculo ou um grande facilitador cultural e social em todo o mundo. Integridade. Temos a certeza de que, assim como o esporte em si, a FIFA deve ser um modelo de justiça, tolerância, desportividade e transparência. (FIFA, 2013).

Além de se demonstrar uma organização que aprendeu ao longo dos anos a operar diante do cenário político e econômico internacional desde o início do século XX, demonstra fortemente seus ideais iluministas ocidentais e um forte discurso de humanização e desenvolvimento social. Em grande medida trata-se de uma bem sucedida entidade ocidental, transnacional, sólida no tempo, cujo principal objetivo é expandir a prática do futebol em um mundo sem fronteiras e com resultados econômicos muito significativos:

Noventa e três por cento da renda da FIFA durante o período vieram de receitas relacionadas a eventos: a Copa do Mundo da FIFA África do Sul 2010, que angariou US\$ 2,408 bilhões dos US\$ 2,448 bilhões obtidos pela FIFA por meio da venda de direitos televisivos, e US\$ 1,072 bilhão do US\$ 1,097 bilhão de direitos de marketing. Como um todo, a África do Sul 2010 representou 87% da receita total da FIFA. A FIFA também se beneficiou do seu Programa de Licenciamento de Marca, pelo qual as empresas pagam pelo uso das marcas comerciais da FIFA na publicidade, marketing, promoção e venda dos seus produtos ou programas licenciados. Além de contribuir com a difusão da marca FIFA e com a globalização do futebol, o licenciamento gerou US\$ 37 milhões à FIFA entre 2007 e 2010. A FIFA também obteve US\$ 33 milhões por meio do seu conceito de qualidade: fabricantes pagaram à entidade pelo direito de utilizarem as marcas "aprovada pela FIFA" e "inspecionada pela FIFA" nas suas bolas de futebol, futsal e beach soccer. As outras receitas vieram da estratégia conservadora de investimento da entidade, principalmente de juros de US\$ 51 milhões e ganhos cambiais de US\$ 64 milhões. Um importante êxito do período 2007-2010, durante o qual o balanço da FIFA alcançou US\$ 2,145 bilhões, foi a elevação das reservas a um total de US\$ 1,28 bilhão no dia 31 de dezembro de 2010. A geração de reservas é um dos deveres estatutários da FIFA, pois permite que a organização garanta independência financeira e se prepare para acontecimentos inesperados que possam prejudicar seriamente os fluxos de receita. (FIFA, 2013).

A FIFA como entidade não pode ignorar as confederações continentais e as federações nacionais componentes de sua estrutura política, que fazem parte do Congresso Legislativo da entidade. Existe um comitê executivo, órgão de muita relevância nas decisões da Organização, formado pelas federações nacionais e que de certa forma horizontalizam as ações e decisões da entidade. Muitas decisões são submetidas à decisão colegiada.

Em seu organograma a associação é composta por um congresso legislativo, um comitê executivo, uma secretaria geral administrativa e por 25 comitês que auxiliam o comitê executivo. O principal órgão de operações é a Secretaria Geral que conta com aproximadamente 350 colaboradores, órgão operacional das decisões Comitê Executivo. O Secretário Geral é o encarregado das finanças, das relações internacionais, da organização da Copa do Mundo FIFA e das demais competições promovidas pela entidade<sup>16</sup>. Depois do

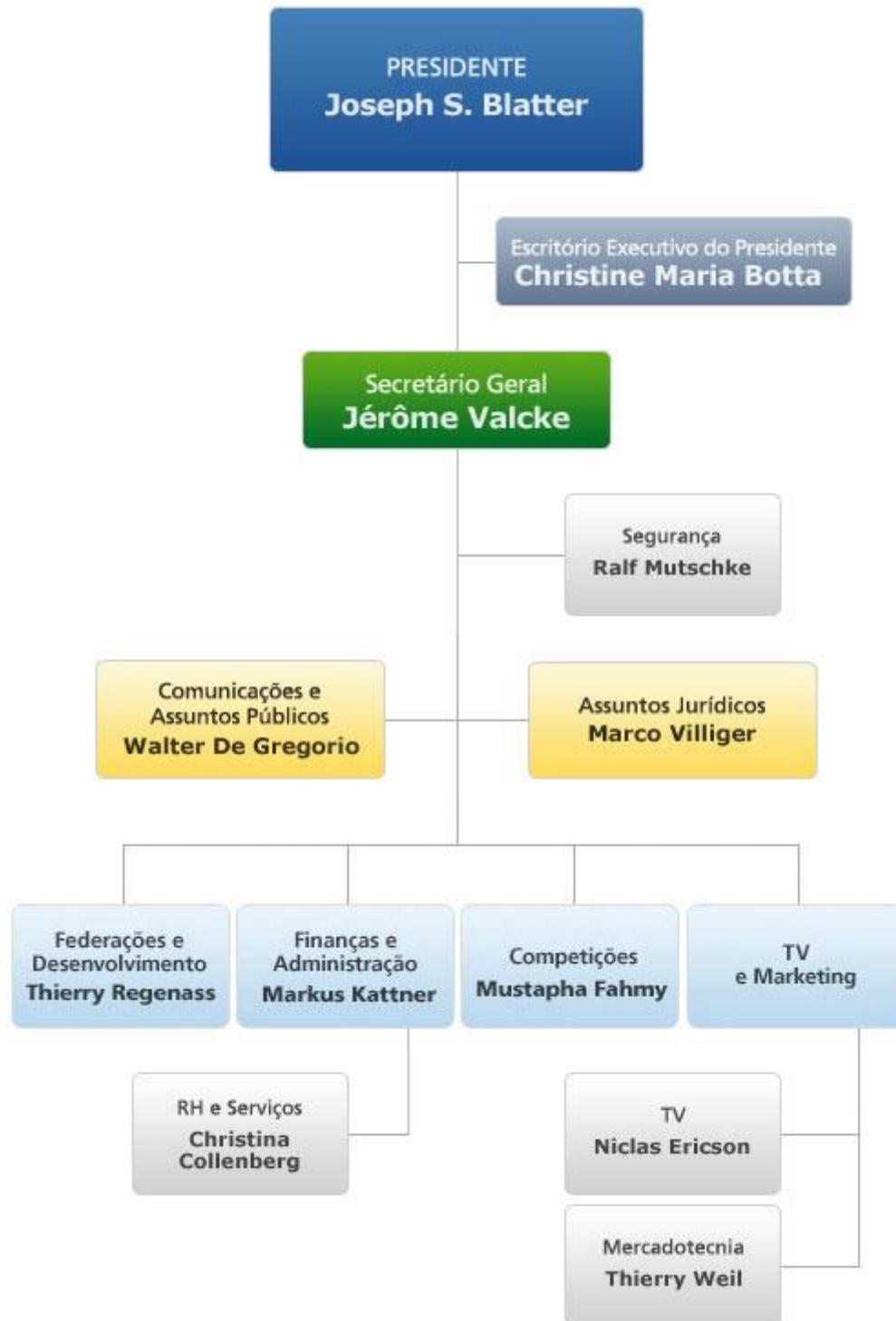
---

<sup>16</sup> Os mundiais sub-15, sub-17, sub-20, masculino e feminino, além do mundial masculino e feminino de futsal e do mundial de beach soccer.

Presidente é quem comanda as ações e operações da FIFA. A Secretaria é composta por oito departamentos: desenvolvimento, competições, administração do futebol, finanças, negócios, recursos humanos, serviços e comunicações.

O site da entidade apresenta uma brevíssima biografia de seu atual secretário nomeado em 27 de junho de 2007. Teve uma carreira de sucesso em diversas empresas: em 1984, começou a trabalhar como jornalista no Canal + e, em 1991, tornou-se diretor adjunto do Departamento de Esportes. Em 1997, a rede francesa criou o canal Sport + e lhe confiou à direção, cargo que ocupou até 2002. Após a fusão entre o Sport + e o Sportfive, ele chefiou a Diretoria de Operações da nova rede durante um ano, entre 2002 e 2003. Em junho de 2003, chegou à FIFA para assumir as funções de diretor de Marketing & TV. O organograma do principal setor segue abaixo. O “Poder Executivo/Administrativo da FIFA”, único disponível no site oficial:

## Organograma 1 – Diretoria FIFA



Nota-se no organograma e pela trajetória do atual secretário executivo a importância que a FIFA concede aos departamentos ligados a TV e ao marketing. Segundo João Havelange também em entrevista a Piauí, ele fora um dos primeiros a perceber, nos anos 70, que o futebol tinha vocação de se transformar, num espetáculo mundializado, atraindo patrocinadores multinacionais. No meio do futebol o reconhecimento à centralidade do papel de João Havelange é indiscutível.

Já o congresso FIFA é composto por todos os presidentes de federações filiadas e se reúne pelo menos uma vez a cada ano, sendo estatutariamente o órgão máximo da entidade. As reuniões podem ser ordinárias ou extraordinárias. Nelas decide-se sobre as alterações nos Estatutos, debatem-se as sugestões dos membros do Comitê Executivo e elege-se o presidente da FIFA. O Congresso da FIFA acontece normalmente a cada dois anos. Entretanto, desde 1998 o encontro vem ocorrendo anualmente de forma extraordinária, por decisão da própria entidade. O Congresso toma decisões sobre os estatutos regulatórios da FIFA e meios para implementação de decisões. Também aprova o relatório anual, decide a respeito da aceitação de novas federações nacionais e promove eleições, em especial a da presidência da FIFA. Cada federação nacional tem direito a um voto não havendo distinção de peso entre eles.

Após denúncias de corrupção nas eleições da FIFA em 2011, as relações entre seu Presidente e a Federação Inglesa estão estremecidas. A imprensa inglesa foi quem fez as denúncias através da BBC de Londres, por intermédio do documentário produzido por aquele canal de TV e do jornalista Andrew Jennings, intitulado “Jogo Sujo – O Mundo Secreto da FIFA”, também publicado em livro, já traduzido para o português. Dirigentes da CONCACAF foram afastados, alguns até mesmo banidos do futebol. Durante a última eleição da FIFA foi possível perceber certo abalo na credibilidade do presidente reeleito e da própria entidade perante o mundo. “... Devido às denúncias, o tradicional baile de gala que antecede a eleição do presidente da FIFA foi cancelado...”. (Piauí, jul/2011, p.49).

Ainda segundo o documentário, Confederações como a africana e a asiática já apresentam indícios de mobilização desfavorável ao atual presidente nas próximas eleições em 2015. Muito se especulava à época sobre o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, que possuía bom trânsito nas duas confederações, além do apoio da Confederação Sul americana a qual pertence a CBF. Teixeira parecia manter bom relacionamento com o atual Presidente Blatter, durante anos foi componente do Comitê Executivo, mais alto cargo que um presidente de confederação pode alcançar além da Presidência da entidade, e ambos são investigados pela justiça suíça quanto ao suborno envolvendo ISL e a compra de direitos de TV relativos às Copas de (JENNINGS, 2012).

A ISL decretou falência, o que ocasionou maior apuração de suas transações financeiras e acarretou na investigação dos dois cartolas. Foi feito um acordo com a justiça

Suíça, ambos devolveram o dinheiro do suborno em troca do sigilo das investigações, porém há uma ação em curso na justiça daquele país para a quebra do referido sigilo. A Suíça passa por mudanças legislativas a fim de recuperar sua boa imagem e implantar uma prática de maior rigor fiscal, segundo o depoimento da Primeira Ministra no documentário. (JENNINGS, 2012)

Algumas medidas foram tomadas supostamente em “retaliação” aos escândalos que envolvem inclusive seu próprio Presidente, criando:

- [...] quatro forças-tarefas com o objetivo de propor reformas: "Força-Tarefa de Revisão do Estatuto", presidida pelo Dr. Theo Zwanziger (Alemanha); "Força-Tarefa do Comitê de Ética da FIFA", presidida pelo presidente do Comitê de Ética, Claudio Sulser (Suíça); "Força-Tarefa de Transparência e Cumprimento de Leis", presidida por Juan Angel Napout (presidente da Federação Paraguaia de Futebol) e por Frank Van Hattum (presidente da Federação Neozelandesa de Futebol); e a "Task Force Football 2014" (em operação desde maio de 2011), presidida por Franz Beckenbauer (Alemanha).
- A criação de um "Comitê Independente de Governança" (a ser formado na próxima reunião do Comitê Executivo da FIFA em dezembro de 2011), que, entre outras tarefas, supervisionará reformas empreendidas pela FIFA. Ele será constituído de representantes não apenas da família do futebol internacional, mas também de outras esferas.
- O estabelecimento de um plano de ação para a "Boa Governança da FIFA" entre outubro de 2011 e o Congresso da FIFA 2013). (FIFA, 2013).

A dúvida persistente é com relação às acusações de pagamento de propina aos presidentes de federações em votações nos congressos FIFA. As denúncias abarcam questões como a escolha das sedes de CMFs, venda de direitos televisivos que recaem principalmente sobre dirigentes brasileiros, como o ex-presidente da entidade e da CBF, João Havelange, ex-sogro do também envolvido Ricardo Teixeira que presidiu a CBF entre 1989 até início de 2012.

Como coibir a suposta compra de votos? Em que medida tal prática, caso exista de fato, é legítima ou ilegítima, posto que se trate de uma associação privada? Quem serão os componentes deste Comitê Independente de Governança? Seria mais um grupo sujeito a suborno que apenas “inflacionaria o mercado” da venda de votos?

### 3.1.2 Confederação Brasileira de Futebol (CBF)

No que tange ao futebol nacional a referência organizacional é a Confederação Brasileira de Futebol – CBF, associação brasileira de direito privado, e de interesse público, derivada da antiga CBD fundada em 20 de agosto de 1919. A CBF tal como existe hoje é a entidade máxima do futebol brasileiro, responsável apenas pela gestão do futebol de campo e de areia (*beach soccer*).

Ela é composta por 26 Federações estaduais e 1 distrital, responsáveis por campeonatos de futebol de campo (apenas) entre os clubes, em cada uma das Unidades Federativas do País, além dos campeonatos nacionais. É a entidade que chancela todos os campeonatos oficiais no Brasil, masculinos e femininos. Sua sede localiza-se na Barra da Tijuca Rio de Janeiro, possui um centro de treinamento localizado em Teresópolis (Granja Comary) que se encontra em reforma e atualmente constrói uma nova sede e um centro de treinamento na própria Barra da Tijuca, área de reserva ambiental que ficará pronto até a Copa de 2014. E sua diretoria em 10 de fevereiro de 2013 atualmente é composta por:

#### Organograma 2 – Diretoria CBF

##### **Presidente**

José Maria Marin

##### **Vice-presidentes**

Fábio Marcel Nogueira (Sul)

Fernando José Macieira Sarney (Norte)

Marco Antonio de M. Ferreira (Nordeste)

Weber Magalhães (Centro Oeste)

Marco Polo Del Nero (Centro Sul)

##### **Secretaria Geral**

Julio Cesar Avelleda

##### **Diretoria de Competições**

Virgílio Elísio da Costa Neto

##### **Diretoria Jurídica**

Carlos Eugenio Lopes

##### **Diretoria de Marketing**

José Carlos Salim

##### **Diretoria Financeira**

Antônio Osório Ribeiro L. da Costa

##### **Diretoria de Registros e Transferência**

Luiz Gustavo Vieira de Castro

##### **Diretoria de Assessoria Legislativa**

Vandenbergue dos Santos S. Machado

Presidente da CBF de 1989 até 2012, Ricardo Teixeira, em entrevista a Revista Piauí, em julho de 2011, explica porque saiu do mercado financeiro para atuar na CBF: “Foi o rumo natural das coisas” (TEIXEIRA apud Piauí, 2011, p.44), segundo a entrevista, Teixeira havia conhecido Lúcia, filha de João Havelange presidente da então CBD, aos 19 anos, casou-se 5 anos depois e tiveram 3 filhos. Atualmente uma de suas filhas é a diretora executiva do COL – Comitê Organizador Local e permanece mesmo após sua renúncia.

Ricardo Teixeira teve papel decisivo em diversas decisões relativas tanto à CMF2014 quanto ao conjunto do futebol brasileiro nos últimos anos. A reportagem da revista o apresenta como “cartola-mor” e o grande decisor quanto à seleção, prêmios, relações com a imprensa, etc. Sobre a parte financeira, afirma esta publicação:

Ao assumir a presidência, Teixeira abriu mão de toda a receita pública, inclusive de dividendos da loteria esportiva, uma das principais fontes de renda da entidade. Também abdicou dos ganhos pelo uso da imagem dos times, e deixou que o lucro de bilheteria ficasse para os clubes. Ao contrário do Comitê Olímpico Brasileiro, cujas verbas são públicas, na CBF não há dinheiro do Estado. Ele conta que, ao assumir o cargo, encontrou a Confederação em petição de miséria. Até a Taça Jules Rimet estava penhorada. Houve ocasiões em que jogadores só entraram em campo depois de ver, literalmente, a cor do dinheiro de seus salários atrasados. Diz que saneou as contas graças a sua experiência no mercado financeiro. Hoje a entidade tem 120 milhões de reais em caixa, jatinho, helicóptero e um terreno na Barra, estimado em 25 milhões de reais, destinado à construção de uma nova sede. No seu mandato, a Seleção chegou à final da Copa três vezes, venceu duas e ganhou a Copa América em cinco ocasiões. (Revista Piauí, jul/2011, p.46)

Ao observar com certa atenção a história do futebol brasileiro, sua atual prosperidade econômica, sua estrutura política e a importância da presidência da CBF com relação à CMF2014, é possível afirmar que a CBF é ator fundamental em qualquer análise acerca do futebol brasileiro, por seu protagonismo como entidade e sobre o papel de seu presidente até o início de 2012. Sendo assim, impõe-se a necessidade de que o olhar investigativo se volte para Ricardo Teixeira (1989-2012) e a José Maria Marin, seu sucessor, pessoas claramente influente em todo o processo decisório que envolve a CMF2014. São eles os principais tomadores de decisão em nome da CBF, altamente influente na FIFA e no próprio Governo Federal, principalmente com relação a negociações que envolvem a Lei Geral da Copa e o Caderno de Encargos da FIFA, além das próprias obras ligadas à Copa.

A CBF é uma bem sucedida entidade do ponto de vista financeiro e seu principal objetivo são gerir a Seleção Brasileira e “regular” as federações estaduais, exercendo o vínculo entre os clubes nacionais de futebol e a FIFA. É a entidade nacional do futebol. É importante ressaltar que ao assumir a presidência da entidade, Teixeira abriu mão de toda a

verba pública que era destinada a CBF, liberou os clubes para negociarem seus direitos de imagem e abriu mão da participação que cabia à CBF sobre os direitos de transmissão dos campeonatos. Do ponto de vista prático, parece se restringir a organização dos campeonatos, da gestão das seleções brasileiras e de oficializar as transferências de jogadores entre os clubes nacionais e destes com os clubes estrangeiros. Na prática a entidade ganha em gestão autônoma e na busca de recursos e influência fora do alcance de suas relações anteriores, quando recebia recursos públicos e “controlava” recursos de clubes e federações.

Diferentemente da FIFA, há extrema dificuldade quanto ao levantamento de dados com relação a CBF. O site da confederação ([www.cbf.com.br](http://www.cbf.com.br)) não possui a fatura de informações que o site da FIFA proporciona; abstêm-se de falar sobre a missão da entidade e não contém os balanços financeiros.

Apesar dos percalços, a estratégia utilizada para elaboração de um perfil da entidade se debruçou em algumas declarações e entrevistas do próprio presidente da entidade. Ricardo Teixeira, que presidiu a entidade esportiva por 23 anos e 56 dias, assumiu seu primeiro mandato em 1989, renovando-o ininterruptamente até 12/03/2012, quando renunciou ao cargo, mediante carta lida por seu sucessor, José Maria Marin atual presidente. Segundo declarações do mesmo, pretendia se desvincular do cargo somente em 2015 e se candidatar a Presidência da FIFA, com a prerrogativa de ter realizado a maior Copa de todos os tempos. Outra estratégia de levantamento de dados acerca da CBF foi a imprensa de grande circulação, posto que os balanços financeiros não sejam disponíveis no site da entidade com frequência.

Uma das entrevistas centrais nesta análise foi publicada no ano passado. O próprio entrevistado aprovou a edição e reclamou apenas do trecho em que a repórter Daniela Pinheiro da Revista Piauí diz que ele aparentava mais idade do que realmente possui.

Uma noção do crescimento econômico da CBF se expressa através de seus atuais patrocinadores e parceiros comerciais. Na parte inferior da página inicial do site há um grande destaque para as logomarcas. Atualmente a Seleção Brasileira possui 10 patrocinadores - Nike, Itaú, Vivo, Guaraná Antarctica, Seara, Nestlé, Extra, Gillette, Volkswagen, e Master Card. Além de 2 marcas intituladas “parceiras”, a Parmigiani e a Tênis Pé Baruel. A TAM rescindiu contrato ao final de 2012. Guaraná Antarctica pertence à Ambev, Extra ao Grupo Pão de Açúcar e a Gillette a Procter & Gamble ([www.cbf.com.br](http://www.cbf.com.br), 2013). Lembrando a abertura econômica brasileira a partir dos anos 1990, período que coincide com a posse de Teixeira, o crescimento econômico é evidente, considerando que Teixeira declara ter assumido a entidade em “petição de miséria”.

[...] O lucro da CBF entre 2008 e 2009 mais do que dobrou: passou de 32 milhões de reais para 72,3 milhões de reais. O Citation Sovereign (avião jato) que a CBF comprou no ano passado custou 47,5 milhões de reais. O volume de patrocínios que a CBF recebeu em 2009 foi de 164,9 milhões de reais. No ano anterior havia sido 104,7 milhões – um aumento de 60%. Nada como ano de Copa... Da Nike a CBF recebeu 59 milhões de reais. O Itaú pagou 33 milhões de reais à entidade. A Vivo, 30,9 milhões de reais. A AmBev investiu 19 milhões de reais na seleção e a TAM 7,2 milhões de reais. Pão de Açúcar, Procter&Gamble e Volkswagen gastaram menos: 3,2 milhões, 3,7 milhões e 2,7 milhões de reais, respectivamente. A Traffic, de J. Hávila, segundo o balanço da CBF, pagou 3,9 milhões de reais, além do novo contrato com a Nestlé. A CBF arrecadou 29,5 milhões de reais como pagamento pelos amistosos que a seleção jogou. A Globo pagou 11,3 milhões pelos direitos de exclusividade dos jogos da seleção. As despesas da CBF subiram bastante entre 2008 e 2009: passaram de 66 milhões de reais para 84,8 milhões de reais. (PONTE, 2011, p.14)

No ano da CMF2010, na África do Sul, o aumento da receita e dos gastos é significativo, mas o crescimento dos lucros não cessa:

O presidente Ricardo Teixeira apresentou, nesta quarta-feira, durante a assembleia geral da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o balanço financeiro da entidade referente ao exercício de 2010 e se vangloriou do total das receitas brutas, que pularam de R\$ 226.263.000 para R\$ 263.334.000, um aumento de 16,4%. Mas a entidade também registrou uma elevação em suas despesas operacionais e custos, que saltaram de R\$ 126.494.000 para R\$ 142.377.000, uma variação de 12,5%. No balanço patrimonial apresentado pela CBF, chama atenção o montante destinado ao pagamento de serviços de terceiros: R\$ 23.405.000. Esse item registrou uma elevação de 36,4%, em relação a 2009, quando totalizou R\$ 17.166.000. A CBF ainda se viu vulnerável à quantidade de depósitos judiciais que foi obrigada a fazer. Os valores praticamente dobraram e pularam de R\$ 16.642.000 para R\$ 32.327.000. O crescimento das despesas operacionais e dos custos, além do aumento de depósitos judiciais, foi neutralizado pela arrecadação recorde em patrocínios. Se em 2009, a CBF havia recebido R\$ 164.923.000, no ano passado totalizou o montante de R\$ 193.525.000. Ao término do balanço financeiro, a CBF conseguiu obter um lucro líquido de R\$ 83.009.000 contra R\$ 72.360.000 obtidos em 2010. Valor que corresponde a um aumento percentual de 14,7. (LanceNet,06/abr/2011).

Considerando a importância da Presidência da CBF, o sucessor de Teixeira - José Maria Marin - não pode deixar de ser mencionado, particularmente pela relevância que desempenha no processo decisório que envolve a Copa. O presidente da CBF é o principal tomador de decisão dentro da entidade, altamente influente na FIFA e parte importante no diálogo com o governo brasileiro. À CBF se vinculam os interesses de diversos clubes profissionais no Brasil. Quem ficará com a concessão do Maracanã modernizado após a Copa? Clubes que não possuem estádios próprios, como o Corinthians Paulista utilizou-se

das necessidades geradas pela Copa, obteve do BNDES financiamento para construção de seu estádio, através da Odebrecht, construtora da Arena que fará abertura do evento. Clubes que já possuíam estádios, como o Atlético Paranaense, está reformando estádios; cidades onde o futebol é pouco expressivo, como Brasília, Cuiabá, Natal e Manaus, estão construindo modernas arenas. Além de times considerados pequenos, como o América Mineiro, que também reformou estádio em função da CMF2014. Cidades de médio porte sofrem reformas em diversos setores com o pretexto de se tornarem sedes do evento. Uma série de interesses girando em torno da CBF, mas que também extrapolam o “mundo do futebol”.

[...] E quem nomeia o técnico da equipe brasileira. Na próxima Copa, Teixeira influenciará na escolha dos estádios, dos lugares de concentração das equipes estrangeiras, e poderá palpar sobre qualquer obra pública ligada ao Mundial. (Revista Piauí, jul/2011, p.44).

A realização da CMF2014 funcionava como uma espécie de “cabo eleitoral” de Ricardo Teixeira, conseqüentemente, o aumento de sua influência no cenário do futebol mundial e o fortalecimento de seu nome para as eleições da FIFA em 2015.

Quando o casamento de sua filha acabou, Havelange rompeu com Teixeira. [...] “E aí apaguei tudo. Voltei a me relacionar como se ele ainda estivesse casado com minha filha. Porque neto é neto. Bisneto é bisneto”. [...] “O Ricardo queria se apresentar agora, mas eu disse a ele: ‘Faz uma Copa do Mundo de qualidade, trata todo mundo de maravilha, vão votar em você por agradecimento.’” (Revista Piauí, 2011, p.47).

Ao início de 2012, após licença médica, Ricardo Teixeira renunciou ao cargo de presidente da CBF. De acordo com o estatuto, assume o vice-presidente com mais idade. Quem atendeu os requisitos foi José Maria Marin vice-presidente responsável pela Região Sudeste. Entrevistado pelo UOL.

Marin é formado em direito pela USP. Durante o curso, foi também jogador do São Paulo Futebol Clube de 1950 a 1952. Mais adiante, na década de 60, iniciou sua carreira política como vereador em São Paulo. Era então filiado ao PRP, do integralista Plínio Salgado. Apoiador da ditadura militar, José Maria Marin foi deputado estadual pela ARENA, partido de sustentação do regime. Foi também vice-governador de São Paulo na gestão de Paulo Maluf. Assumiu o governo por 10 meses após Maluf deixar a vaga de maio de 1982 a março de 1983. Com o fim da ditadura, Marin perdeu todas as eleições livres que disputou depois. Foi senador pelo PFL, depois tentou ser prefeito de São Paulo pelo PSC. Em 2002, tentou o Senado e também perdeu, PSC. Hoje está no PTB. Marin foi vice-presidente da CBF até Ricardo Teixeira renunciar em 2012. Assumiu a presidência da entidade e, entre suas funções, está presidir o COL, o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil. (UOL, 12/nov/2012).

Obviamente todas as prerrogativas que antes eram de Teixeira agora são de Marin. Foi presidente da Federação Paulista de Futebol entre 1982 e 1987. ([www.futebolpaulista.com.br](http://www.futebolpaulista.com.br) e [www.campeoesdofutebol.com.br](http://www.campeoesdofutebol.com.br), 2013). Um breve resumo de sua carreira como dirigente de futebol encontra-se em reportagem veiculada pelo esporte [www.ig.com.br](http://www.ig.com.br):

Quando Marin ainda se preparava para deixar o governo do estado, assumiu a presidência da FPF (Federação Paulista de Futebol), cargo que ocupou por seis anos, entre 1982 e 1988. Foi um fiel aliado do poderoso Nabi Abi Chedid, morto em 2006. (Chedid foi presidente da FPF entre 1979 e 81 e homem forte da CBF a partir da segunda metade dos anos 80). A dupla, inclusive, chefiou a delegação brasileira na Copa do México, em 1986, quando a seleção dirigida por Telê Santana foi eliminada pela França nas quartas de final. (IG, 08/mar/2012).

O último balanço financeiro foi divulgado em 2012, já na gestão de José Maria Marin, porém referente ao último ano de Ricardo Teixeira como Presidente, 2011.

O valor arrecadado pela Confederação atingiu formidáveis R\$ 300 milhões, um aumento de 14% com relação a 2010. Os patrocínios acompanharam o crescimento, saindo de R\$ 193 milhões para R\$ 219 milhões (+ 13%).(...) Os R\$ 59 milhões pagos pela fornecedora de material esportivo em 2011 foram inferiores a 2010 em cerca de R\$ 6 mi. Mas a má fase da Seleção não é a única explicação: é natural que a conta se reduza – principalmente a título de *royalties* – após um ano de Copa do Mundo. Em seguida, percebe-se o escalonamento entre cotistas principais (Itaú, Vivo e AMBEV) e cotistas secundários, com pagamentos inferiores a R\$ 15 milhões. (...) Ainda que a lucratividade da CBF tenha caído – especialmente em razão da mal explicada conta “Outras despesas e receitas” (-8.199), fica claro que a saúde da entidade comandada por José Maria Marin vai bem. Além dos patrocínios, receitas como as financeiras e de televisionamento fizeram da CBF a entidade esportiva que mais arrecadou no país em 2011 – superando por alguns milhões o Corinthians. Percebe-se que a CBF possui dinheiro em caixa, investido e rendendo juros. Era de se esperar, portanto, maiores investimentos no nosso futebol, em tempos de precariedade técnica e estádios vazios. (Globoesporte.com, 19/04 2012).

Importante destacar que após a posse de Marin, houve mudanças no site da entidade cujo maior destaque por enquanto é o item Presidência, onde o próprio José Maria Marin escreve sobre resultados das partidas, presta homenagens e por ventura, comenta episódios relacionados ao futebol. (CBF, 2013). Também houve mudanças referentes à produção dos balanços financeiros:

Os balanços financeiros da CBF, que eram produzidos por uma firma terceirizada, serão feitos agora internamente. No início desta semana, a confederação rescindiu o contrato com a empresa de contabilidade MPCN sem alegar um motivo específico. A informação é da coluna Painei FC, assinada por Bernardo Itri e Eduardo Ohata, desta quinta-feira. A MPCN prestava serviços à entidade havia cerca de dez anos. Cartolas criticaram a mudança porque, segundo eles, a contabilidade da CBF ficará menos independente. Segundo dirigentes com trânsito na CBF, o novo responsável por fazer os balanços da entidade foi indicado pela nova diretoria e tem ligações com a FPF (Federação Paulista de Futebol). Marco Polo Del Nero, presidente da FPF e vice da CBF, afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não está tratando desse assunto e não tem interferência na mudança. (Folha de São Paulo, 13/09/2012).

É importante lembrar a trajetória histórica entre a política e o futebol no Brasil, abordada no capítulo 1. O tempo passou, a gestão se modernizou, os vínculos administrativos foram rompidos, a CBF abriu mão de verba pública, porém a obscura relação se perpetua no tempo e se exacerba com a realização da CMF2014 no Brasil.

Cabe ressaltar que Lula e Teixeira se relacionavam publicamente, o início da aproximação se deu em 2004, quando a seleção brasileira foi jogar no Haiti, numa ação de

propaganda, para valorizar as tropas nacionais enviadas a Porto Príncipe. (Piauí, jul 2007, p.50)

Posteriormente, por ocasião da cerimônia de assinatura das “Garantias Governamentais” para candidatura brasileira é outro bom exemplo público da relação entre ambos. Em vários discursos Lula mencionava com intimidade o ex-presidente da CBF, elogiava seu trabalho publicamente, principalmente após a conquista da realização da CMF2014 junto a FIFA. Um exemplo emblemático é o discurso em Zurique na Suíça, após a escolha do Brasil como sede da CMF2014 em 30 de outubro de 2007. (Lula, 2007 apud Mariângela Santos, 2011).

Em 2007, na cerimônia de revelação do Brasil como país sede da CMF2014:

Eu queria dizer ao Presidente da FIFA, presidente Blatter, da alegria de ver o nome do Brasil aparecer naquela papeleta. Quero agradecer aos governadores do Brasil e às governadoras que estão aqui, são 13, mas certamente tem 27 querendo levar a Copa do Mundo para seus estados. Quero agradecer a todo comitê Executivo da FIFA, aos presidentes de federações e agradecer ao Ricardo Teixeira pelo empenho, não agradecer, dar os parabéns pelo empenho. (LULA, 2007 apud SANTOS, Mariângela, 2011, p.167).<sup>17</sup>

Em 2010, na cerimônia de assinatura do acordo com governadores, de início da jornada dos trabalhos para CMF2014:

Quero cumprimentar o companheiro Ricardo Teixeira, Presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e Presidente da CBF. E dizer a você, Ricardo, que eu não serei mais Presidente depois do dia 1º de janeiro de 2011, mas continuarei brasileiro, continuarei amante do futebol e pode contar comigo no que for necessário para que a gente possa fazer a melhor Copa do Mundo que um país já conseguiu fazer. Eu tenho certeza que o Brasil será capaz disso. (LULA 2010 apud SANTOS, Mariângela, 2011, p.172).<sup>18</sup>

Com Dilma Rousseff a relação com a Presidência da República (2011, atual) se abalou. Desde o primeiro evento público ela sinalizara que não queria sua imagem vinculada a Teixeira. Na semana do sorteio dos grupos das eliminatórias para CMF2014, na Marina da Glória-RJ, no dia 30 de julho de 2011, algumas declarações no intuito de dizer que não possuía preocupações ou tarefas com relação ao futebol eram recorrentes, sempre

---

<sup>17</sup> Discurso na cerimônia de revelação do Brasil como país sede da CMF2014 Zurique, Suíça em 30 de outubro de 2007.

<sup>18</sup> Discurso na cerimônia de revelação do Brasil como país sede da CMF2014 Zurique, Suíça em 30 de outubro de 2007.

delegando aos responsáveis do Comitê Organizador Local (COL) as tarefas que lhes cabiam e que republicanamente não era de suas atribuições interferirem no processo, a não ser naquilo que cabia ao Governo em relação a CMF2014.

Na cerimônia que reuniu artistas, políticos e alguns dos principais nomes do futebol nacional, como Ronaldo e Zico, Teixeira foi recebido com frieza dentro da própria festa. E a recepção foi feita por ninguém menos que a presidenta da República. (...) Dilma dispensou a ele apenas um tratamento protocolar. No discurso mais importante da tarde, o homem mais poderoso do futebol foi lembrado apenas como “senhor Ricardo Teixeira” – num ato falho da presidenta, proposital ou não, que não o citou como presidente do comitê organizador do Mundial. Alvo de protestos do lado de fora da Marina da Glória, onde foi realizada a cerimônia, Teixeira não foi sequer chamado para o palco no início da apresentação. Ficou, com a cara de poucos amigos de sempre, sentado numa fileira ao lado do presidente da FIFA, Joseph Blatter. O gelo foi derretido quando ela se dirigiu a Pelé, recém-nomeado embaixador da Copa no Brasil, e a quem Dilma não poupou honrarias. Em sua fala, o Rei do Futebol foi lembrado como “meu querido”, e “inesquecível”. O craque, que mantém relações instáveis com Teixeira, foi aplaudido de pé. (...) “O Brasil continua a ser identificado como o país do futebol. E isso nos envaidece. Nós amamos o futebol. Ganhamos cinco Copas do Mundo e aqui nasceram muitos dos maiores craques de todos os tempos”, lembrou, antes de convidar “os povos do mundo inteiro a conhecer o Brasil e os brasileiros”. “Encontrarão um Brasil muito bem preparado para realizar a Copa. Com toda a infraestrutura necessária: transporte, tecnologia de comunicação e muita segurança”, prometeu. “Estamos fazendo a nossa parte para que a Copa seja a melhor de todos os tempos. Estejam certos de que esse novo Brasil estará pronto para encantar o mundo em 2014”, finalizou a presidenta. (DILMA, 2011 apud Agência Brasil e Carta Capital, julho/2011).<sup>19</sup>

A cerimônia foi transmitida ao vivo pela Rede Globo e Rede Bandeirantes, canais abertos e pelo Sportv e ESPN canais por assinatura e assistida pelo autor deste trabalho, nos quatro canais, bem como, as mesas redondas após o sorteio. Em todas as transmissões foram feitas menções ao distanciamento de Dilma e Teixeira, inclusive ao fato de Pelé, Embaixador da Copa, ter se sentado entre a Presidente Dilma e Teixeira. A repercussão sobre o distanciamento da presidente Dilma com relação ao então presidente da CBF foi grande nos mais variados veículos de imprensa.

No episódio mais emblemático durante o evento, a Presidente fez questão de não ir à sala reservada para que aguardasse o início da cerimônia ao lado de Teixeira, Pelé e algumas personalidades. Além disso, exigiu que Pelé, nomeado por ela Embaixador da CMF2014, ficasse entre ela e Teixeira durante o sorteio. O mal estar foi evidente e diversos

---

<sup>19</sup> (Agência Brasil e Carta Capital, 2012) Disponível em: <http://folha13.blogspot.com.br/2011/07/dilma-se-afasta-de-ricardo-teixeira-em.html>. Acesso em 08 de fev 2013.

veículos enfatizaram o desejo da Presidente em não ter nenhum contato próximo a Teixeira. A sinalização foi bastante clara. As coisas haviam mudado. (Sorteio Marina da Glória, 2011).

Uma ação efetiva da Presidente Dilma que sustenta a tese de sua rejeição a Ricardo Teixeira é a escolha de Aldo Rebelo para o Ministério do Esporte, foi ele, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os contratos celebrados entre a Nike e a CBF. (Ministério do Esporte, 2012). Escreveu o livro “CBF-Nike” com Silvio Torres (deputado relator da comissão), relatando as investigações sobre os negócios de Teixeira. Em janeiro de 2002, no entanto, o presidente da CBF obteve liminar na Justiça proibindo a venda do livro. (lance net, 2012).<sup>20</sup>

Segundo Silvio Torres relator da CPI em entrevista para reportagem do lance:

Aquela CPI comprovou irregularidades. Houve esperança de mudança, os órgãos competentes foram avisados, munidos de documentos. Poucos tiveram alguma consequência. Um deles envolve o Ricardo Teixeira e empréstimos suspeitos feitos pela CBF em bancos do exterior. Pelo que sei, está dormitando em uma das gavetas da Justiça Federal do Rio de Janeiro. Teixeira tem circulado pelo Brasil como se fosse um governante de muito poder. O futebol brasileiro tem uma rede de proteção no Congresso. E o poder do Ricardo Teixeira advém da Copa de 2014. Há interesses financeiros no meio. (LanceNet, 12/03/2012).

A exposição das questões relativas ao futebol em certa medida contribui para uma intensificação da presença de suas mazelas em dimensão nacional. Houve uma série de manifestações através das principais redes sociais clamando pela saída de Teixeira do comando da entidade. Também houve passeatas e uma manifestação com participação civil e repercussão na imprensa, na data do sorteio das eliminatórias da Copa na Marina da Glória-RJ e na semana posterior. Além da clara sinalização de que com a Presidente Dilma Rousseff as coisas seriam um pouco diferentes do que com Lula. Nem antes, nem no decorrer, nem após o evento houve contato pessoal da Presidente com o ainda em mandato Teixeira. Uma clara demonstração de rejeição ao Cartola. (Sorteio Marina da Glória, 2011). O que posteriormente pode ter contribuído para renúncia de Ricardo Teixeira em março do ano seguinte. Com Marin a relação da presidente Dilma não é diferente, certamente distante. Os olhares da imprensa se voltam agora para Marin, este, mantém Ricardo Teixeira como consultor da CBF, paga salários a ele, e vem sendo alvo de denúncias acerca de suas ações durante o governo militar. Muito se especula sobre sua renúncia ainda este ano. O Deputado Federal Romário é um dos principais interlocutores neste contexto.

---

<sup>20</sup> Disponível em: [http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Ricardo-Teixeira-escapou-CPIs\\_0\\_647935363.html](http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Ricardo-Teixeira-escapou-CPIs_0_647935363.html). Acesso em 12 de mar de 2012.

### 3.1.3 Imprensa

Ao perceber a imprensa como elemento importante no contexto das decisões em democracias modernas, cabe ressaltar que ela contribui em alguns casos para formação da agenda, tanto de governo, como no debate popular. A imprensa seleciona o tema a ser abordado, seu grau de importância, pautando os discursos e as discussões durante certo período de tempo e desta forma influencia na formação de opinião da população, mas, os resultados de sua ação, são de difícil mensuração. A imprensa pode contribuir para formação da agenda pública, porém não é a única formadora de agenda, além dela, devem-se considerar os governos, instituições e organizações com alguma penetração social. Além disso, em última instância, são os governos e instituições públicas os principais produtores da agenda pública.

O grau de importância concedido pela imprensa ao tema da CMF2014 é bastante relevante. E neste aspecto, da evidência da CMF2014, contribui muito mais para divulgação das questões que o envolvem do que na agenda do governo ou das decisões a serem tomadas.

Quanto à relação entre a imprensa e seus “receptores” cabe lembrar, que um consenso predominante é a impossibilidade de mensurar os efeitos do discurso midiático, além de que, os indivíduos podem descartar as informações veiculadas, cada um ao seu próprio critério. Neste trabalho, a noção de imprensa ou mídia utilizada se opõe ao da *Indústria Cultural* muito difundido pela Escola de Frankfurt (ADORNO & HORKHEIMER, 1947). Onde a ideia central consiste justamente na capacidade das mídias em determinar e persuadir os indivíduos e a sociedade quanto ao seu modo de pensar e agir. Portanto neste trabalho as mídias, principalmente por meio da imprensa são compreendidas mais fortemente, como um elemento que contribui para a evidência e repercussão do tema de certa forma permitindo acesso popular a parte das informações.

No contexto em questão, a CMF2014, a influência midiática não pode ser ignorada. Não se pode deixar de considerar a relevância da mídia e seus atores dentro do cenário e, além dela, especialistas que por ventura são convidados pelos veículos de imprensa e oferecem suas interpretações sobre o tema. Tornando também pública, uma discussão de cunho mais técnico. (Condé, 2006). Cabe lembrar que o argumento de autoridade especializada possui forte impacto na legitimação dos discursos na vida contemporânea, principalmente em discussões públicas.

Em uma primeira via a mídia colabora para a divulgação da CMF2014, como enunciado no artigo "O país do futebol" mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil, onde o autor, (GASTALDO, 2003) faz referência à abordagem dos diferentes esportes pela

mídia, paradigmática noção de um acesso mediado à "realidade". Como ressalta Umberto Eco (1984, p. 220-226), citado por Gastaldo, existem vários níveis de apropriação da atividade esportiva: o esporte em si, "jogado em primeira pessoa", diferente de um esporte "elevado ao quadrado", que é o espetáculo esportivo. O esporte tornado espetáculo engendra um esporte "elevado ao cubo", que é o discurso sobre o esporte assistido, o discurso da imprensa esportiva. Eco ainda fala de um esporte elevado "à enésima potência", que é o discurso *sobre* a imprensa esportiva, como no caso dos "comentaristas" das páginas esportivas dos jornais. Mediações sucessivas, interpretações sobrepostas, metadiscursos: a mídia se apropria dos eventos e media o acesso ao acontecido. (GASTALDO, 2003, p.4)

Edileuza Soares (1994, p.56-57) conta uma história que caracteriza particularmente esta apropriação/construção do "fato" pela mídia. No início dos anos 1960, quando a seleção brasileira disputou uma partida na Argélia, um radialista destacado para narrar o evento não dispunha de fio suficiente para chegar com seu microfone até o campo, não podendo ver o jogo que teria de narrar. Inventou então um estratagema: o ex-jogador Leônidas, então comentarista de sua emissora, ficava à beira do gramado, e corria até o local onde ficava o locutor para avisar quando acontecia um gol, e quem fora o artilheiro. Enquanto isso, o locutor narrava para os brasileiros do outro lado do Atlântico uma partida imaginária, na qual inseria subitamente as jogadas que conduziam aos gols anunciados pelo colega. (GASTALDO, 2009, p.5)

Diante da impossibilidade de imparcialidade, a imprensa, em medidas variadas e pelos mais diversos motivos, conscientes ou não, manifesta determinados discursos acerca dos acontecimentos, produzindo informações que invariavelmente necessitam de verificação, ou ainda, que alocam a discussão na dimensão do senso comum. Este trabalho se abastece de veiculações na imprensa, porém utiliza tais informações com o objetivo de rastrear fontes com maior potencial de credibilidade, como documentos oficiais, sites do governo e das instituições envolvidas, bem como os discursos dos atores, sejam em cerimônias ou em entrevistas. Com efeito, a imprensa, além de fonte relevante, é um ator importante dentro de processos decisórios, principalmente aqueles com elevado grau de publicização como a CMF2014. Seguindo Pearson, mencionando ambientes de políticas, as:

Políticas públicas podem ser instrumentos poderosos para alterar a população de atores em um sistema social, com implicações políticas. Essas alterações podem ocorrer lentamente, durante um período considerável, mas pode ter marcado efeitos a longo prazo. Assim como instituições políticas formais, como o sistema eleitoral, constituem "ambientes" que pode deslocar a população de partidos políticos ao longo do tempo, os arranjos políticos podem moldar as perspectivas de sobrevivência para determinados tipos de atores. Por exemplo, certos tipos de empregadores (por exemplo, as pequenas empresas) empregando certos tipos de estratégias são mais propensos a florescer em ambientes de políticas específicas (Hacker e Pierson 2002; Huber e Stephens, 2001). Como observado anteriormente, a política de justiça criminal nos Estados Unidos é seletivamente (e em muitos casos, de forma permanente) a remoção de um segmento considerável e politicamente distintivo do eleitorado da população votante cada ano. À medida que acumular mais conhecimento sobre os efeitos da política, estamos em uma posição para começar a análise sistemática como certos tipos de políticas, que operam a longo prazo, podem alterar a populações de atores sociais de forma politicamente consequentes. (PIERSON, 2001, p.1)

A situação da mídia brasileira no âmbito esportivo pode ser sintetizada pela parceria entre Rede Globo e CBF. Novamente, cabe recordar trecho da entrevista de Ricardo Teixeira acerca da mudança de comportamento da emissora. Ele próprio descreve o cenário midiático com relação à própria CBF, ao futebol e a Copa no Brasil. No decorrer da entrevista, Teixeira deixa explícito que possui controle sobre os horários dos jogos, o que interfere na programação da TV Globo. Ele teria mudado o horário de um jogo em retaliação à reportagem de denúncia sobre irregularidades na CBF no Programa Globo Repórter, exibido em tempos de CPI da Nike. Como resultado, a Globo teria parado de denunciá-lo. O próprio Teixeira também acusa de opositores de quinta categoria, o Diário Lance, a ESPN, o UOL, a Folha de São Paulo e a Record. (Piauí, jul de 2011).

A popularidade de Ricardo Teixeira nunca foi elevada, mas, o crescimento de sua rejeição, muito se deve a repercussão dada pela imprensa quanto a CPI da Nike e do Futebol: Em conclusão da CPI cujo presidente era Aldo Rebelo - PCdoB:

A CBF foi convertida numa agência de negócios milionários que explora a imagem da seleção brasileira. O dinheiro jorra: em 2001 a CBF recebe US\$ 25 milhões só de patrocínio da Nike e da Ambev. O dinheiro desaparece: o passivo circulante da CBF chega a R\$ 55 milhões e o prejuízo acumulado vai a R\$ 25 milhões. De que forma a CBF tem gastado tanto dinheiro? A função da CBF é promover o futebol do país, desde a seleção principal até o futebol de base. Mas o futebol brasileiro vai de mal a pior: a seleção é uma sombra do passado de glórias; os melhores jogadores são vendidos para o exterior; o futebol de base, de formação de novos craques, está abandonado. Jovens jogadores, exportados em massa, com documentos adulterados, passaportes falsos. Atletas menores de idade são traficados e submetidos à exploração, à fome, doença e até à prostituição em países estrangeiros. O “sistema” CBF desorganiza o futebol, submete o calendário a pressões de patrocinadores como emissoras de TV, e de interesses políticos; para isso, corrompe dirigentes de clubes e de federações. E culmina com a falência do futebol. (AZEVEDO & REBELO, 2001, p.18)

Cabe ainda destacar que a TV Globo detém os direitos de transmissão dos campeonatos nacionais e regionais, além da CMF há aproximadamente 30 anos. A rede Record de televisão produziu uma série especial de reportagens, veiculados em seu telejornal do horário nobre, o Jornal da Record. O título da série “Cartolas: Jogo Sujo”.

A situação da mídia brasileira pode operar, com relação à organização da CMF2014, como opera em outras situações, conforme sinteticamente, aponta (FONSECA, 2012):

O conservadorismo político (pressão pela diminuição dos direitos sociais e da participação popular nas decisões públicas), econômico-financeiro (a adesão maciça à agenda neoliberal “orientada para o mercado”), simbólico-comportamental (ênfase na *meritocracia individual* em detrimento de direitos coletivos), entre outras formas de manifestação da agenda conservadora mundial e brasileira, teve e tem na mídia um ator político-ideológico que vem atuando de forma uníssona em favor do retrocesso político e social. O sistema midiático brasileiro, constituído por *órgãos privados, comerciais, partidários* (em sentido lato e/ou estrito), *sem freios e contrapesos, elitizado e oligopolizado*, tem contribuído fortemente para o retardo da democracia brasileira, que, quando comparada a outras sociedades, tem muito a se desenvolver.<sup>9</sup> A experiência histórica permite afirmar que tais órgãos atuam conservadoramente contra a democracia! (FONSECA apud Diplomatique, 2012).

O viés do conservadorismo político e da agenda neoliberal surge muitas vezes na condenação do dinheiro público utilizado na CMF2014, fundado numa argumentação de que há “outras coisas” mais importantes para se gastar, como saúde, educação, segurança, dentre outros. Porém, esta mesma mídia não destaca que boa parte da verba é para infraestrutura, segurança, portos e aeroportos, legado que fica para população após o evento, ou sequer que estão atreladas ao PAC, programa do governo. Ademais, não houve

alteração do orçamento federal quanto a “gastos importantes” por ocasião da Copa. De fato, a verba é disponibilizada, mas, através de financiamento.

Pode-se dizer que apesar dos valores políticos e ideológicos da mídia brasileira e da predisposição em ressaltar os pontos negativos de qualquer ação do governo vigente, principalmente em relação aos gastos com a CMF2014, a imprensa colabora para a publicização do tema da CMF2014. Porém, apesar do padrão conservador e neoliberal de atuação, o discurso midiático, normalmente sem muita lucidez e ponderação, culmina por levar o tema ao debate popular tornando pública toda e qualquer questão referente ao evento e neste sentido sua atuação é positiva.

Apesar do conservadorismo midiático brasileiro, o futebol é um dos poucos temas que apresenta alguma pluralidade dos discursos na imprensa brasileira, seja pelo embate entre as emissoras e jornais, seja pela certa variedade de análises dos comentaristas, seja pela voz que concede a atores importantes dentro do processo, até mesmo, alguns que se envolvem direta e indiretamente com a questão, como mencionado no início deste capítulo.

Na TV aberta, a Record, pelos indicadores de audiência, é potencialmente a maior concorrente da Rede Globo e costumeiramente concede bastante destaque a qualquer denúncia que envolva Teixeira e a qualquer irregularidade no futebol. A TV Bandeirantes depende da TV Globo para fazer suas transmissões esportivas, pois esta repassa a Bandeirantes os direitos de transmissão dos campeonatos e das Copas do Mundo.

Na TV fechada, a internacional ESPN concorre diretamente com a brasileira Sportv, que pertence às Organizações Globo. A ESPN procura abordar criticamente os assuntos da Copa, destaca as denúncias contra Ricardo Teixeira e dá emprego a um de seus principais desafetos, o jornalista Juca Kfourir, processado inúmeras vezes por Teixeira.

Na internet, há dois principais jornais esportivos, o Globoesporte.com (cujo nome é autoexplicativo) e o Lance net (versão eletrônica do Diário Lance). Uma observação nas edições eletrônicas e impressas do Lance mostra como denúncias ligadas a Ricardo Teixeira repercutem fortemente. Juca Kfourir também escreve para o Lance e é frequente a contestação sobre como a CBF ranqueia os clubes no Brasil, o formato dos campeonatos e o reconhecimento de títulos à época da extinta CBD.

Quanto ao novo presidente, Marin, já repercutem denúncias de episódios recentes e com relação ao seu passado político, sua estabilidade no cargo até o momento é fraca e sua manutenção incerta. O único destaque é a boa relação com Marco Polo Del Nero, atual Presidente da Federação Paulista, que acompanha Marin em todos os eventos relativos à CMF2014, além de ocupar o único cargo que Marin não herdou de Teixeira, o de representante brasileiro no Congresso da FIFA. Porém, já há rumores na imprensa de que a relação esteja estremecida.

A mídia brasileira pode ser compreendida como colaboradora importante com relação à publicização dos debates que envolvem a CMF2014. Quando os veículos tornam públicas questões relacionadas à CMF2014, permitem que a população formule suas opiniões e colabora para uma cobrança popular por transparência, ou ainda, para uma responsabilização das ações. Possibilita que a população porventura cobre, proteste e se manifeste. Na CMF2014 a mídia pode vir a contribuir para uma responsabilização, mesmo que de maneira informal e descolada das instâncias estatais, pressionando os atores do processo decisório. Repercutindo basicamente as ações sobre a Copa e os gastos que gera, possíveis desperdícios, superfaturamentos e mal uso de verbas públicas.

A mídia também colabora para o acompanhamento do processo de forma geral, e mesmo com conteúdo e análises superficiais, busca levar alguns dos fatos ao debate na esfera pública. Em suma, pode-se dizer que mesmo de maneira limitada, os órgãos de imprensa têm colaborado para uma relevante exposição de questões relativas à CMF2014 e para o maior acesso as informações referentes ao evento, com efeito, inclui segmentos da sociedade no debate, tornando-o verdadeiramente público, além de contribuir consideravelmente para levantamento de dados deste trabalho. É a mídia que exacerba a repercussão da CMF2014, tornando-a uma questão presente no debate público e no cotidiano da população.

### 3.1.4 Governo Brasileiro

A organização da CMF2014, em grande medida, replica e ratifica duas constatações bastante comuns entre os intérpretes do Brasil. A primeira, recorrente, que trata o Brasil como país de capitalismo tardio, a segunda, o papel central de seu estado na economia. Segundo grande parte da literatura, cujo principal expoente talvez ainda seja Werneck Vianna (1997) e sua leitura da “Revolução Passiva”, o Brasil é um país que se insere no mercado mundial praticando um capitalismo politicamente orientado, dependendo fortemente da ação estatal para alavancar o desenvolvimento econômico. Aqui, sem a ação estatal, não haveria CMF2014 realizada em nosso território. Fica difícil imaginar a realização do evento sem o papel do Estado e do governo brasileiros. Lula fez questão de enfatizar a manutenção do compromisso pela sua sucessora. Para o ex-presidente, trata-se de uma questão de Estado independente de quem o governasse de 2011 em diante.

Eu quero tranquilizar os dirigentes da FIFA. Essa não é uma responsabilidade do atual presidente – que já não serei mais em 2014 -, não é apenas responsabilidade do presidente da Confederação, não é apenas responsabilidade dos governadores que estão aqui. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade nação, enquanto Estado Brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia, estável, que nós somos um país que está com sua estabilidade conquistada. (LULA, 2007 apud SANTOS, Mariângela, 2011, p.167).<sup>21</sup>

Outra constatação é a precedência do poder executivo em relação aos demais poderes da República. Em certa medida, a CMF2014 também ratifica a centralidade do Poder Executivo em nosso sistema político, bastante recorrente nas análises.

---

<sup>21</sup> Discurso na cerimônia de revelação do Brasil como país sede da CMF2014 Zurique, Suíça em 30 de outubro de 2007.

Tendo o Brasil um sistema de governo sob o qual o presidente, além de contar com a ampla legitimidade e visibilidade que lhe confere a sua eleição pelo povo, detêm extensas prerrogativas constitucionais no que concerne à direção da administração pública e ao processo legislativo, é natural que o Poder Executivo seja o centro de gravidade do regime político. Convém notar, contudo, que a primazia do poder executivo não é decorrência necessária do presidencialismo... No caso brasileiro, a centralidade do Poder Executivo deriva não apenas da estrutura constitucional do país, mas também de fatores históricos e do padrão de carreiras políticas. Dentro os fatores históricos, destacam-se o enorme papel desempenhado pelo Estado no desenvolvimento econômico nacional ao longo do século XX e o legado dos regimes autoritários vigentes em 1930-1945 e 1964-1985. A intervenção do Estado na economia contribuiu sobremaneira para fortalecer o Executivo porque se fez por meio da expansão de agências burocráticas subordinadas a este. (Boschi e Lima, 2002). Já os regimes autoritários contribuíram para o engrandecimento do Executivo pela razão óbvia de haverem simplesmente aniquilado o Poder Legislativo, como se deu entre 1937-1945 e de o haverem deliberadamente amesquinhado entre 1964-1985. (AMORIN NETO, 2009, p. 131).

O Poder Executivo é ratificado como ator público preponderante na viabilização da CMF2014, certamente, como também observa Amorin Neto (2003), não exclusivamente pelo sistema presidencialista, ainda que este contribua para a exacerbação destas características.

Conforme Bachrach e Baratz (1962) existem duas faces de poder: o monopólio da violência, e a outra, mais sociológica, a estrutura de poder que se estabiliza ao longo do tempo. Por ambos, o ator dentro desta perspectiva que reúne com mais intensidade tais características no Brasil certamente é o Poder Executivo. No caso da CMF2014 fica bastante elevado o grau de visibilidade de alguns setores do executivo, dentre eles, o Ministério do Esporte, pasta exclusiva criada pelo Governo Lula em 2003. Também evidencia o BNDES, e a GECOPA – Grupo Executivo da Copa do Mundo, ambos vinculados ao Poder Executivo. Estes são os principais instrumentos que na prática demonstram de maneira explícita a intervenção estatal na realização da CMF2014. No limite, intervenção da Presidente da República nos processos decisórios do evento. Em última instância, perante a FIFA e ao cenário internacional, é o Estado Brasileiro o responsável pela Lei Geral da Copa, pelo cumprimento do Caderno de Encargos da FIFA através de obras públicas e privadas ligadas à CMF2014, tendo em vista o compromisso firmado através do documento “Garantias Governamentais”, firmado por Lula.

O desafio se torna ainda maior, pois, além deste leque de ações, o Estado não pode deixar de atender as questões sociais relativas ao evento, desde a geração de empregos, acesso, até o cumprimento do Estatuto do Torcedor. Com efeito, é fundamental considerar as declarações da atual Presidente da República Dilma Rousseff e de seu Ministro do Esporte, Aldo Rebelo. E ainda, o poder de utilização de verba pública de nossa presidência:

Segundo alguns estudiosos dos regimes presidenciais, o chefe do Executivo brasileiro é um dos mais fortes do mundo em termos de prerrogativas legislativas (Shugart e Carey, 1992). O presidente brasileiro também comanda um vasto império administrativo, incluindo não apenas os ministérios, mas também o Banco Central, o Banco do Brasil, O BNDES. (AMORIN NETO, 2009, p.141).

Para CMF2014, a linha de crédito é considerável. O ministro do esporte do Governo Lula por ocasião da “validação do modelo de financiamento” para obras de estádios da CMF2014, em 30 de junho de 2009, discursa sobre as condições de financiamentos:

A linha de crédito do BNDES tem um teto de R\$ 400 milhões por estádio. O banco vai financiar até 75% das obras, com três anos de carência e prazo de 12 anos para o pagamento. Os juros serão TLP [Taxa de longo prazo] mais 1,9% ao ano. (SILVA, Orlando<sup>22</sup> apud SANTOS, Mariângela, 2011, p. 113).

Por intermédio do BNDES as empresas e consórcios privados tem acesso a financiamento público na construção de estádios e arenas utilizadas na CMF2014:

Tabela 1 – Estádios e recursos do BNDES

			Contratado	Liberado
<a href="#">Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)</a>	BNDES	Belo Horizonte	400.000.000,00	397.000.000,00
<a href="#">Construção da Arena Multiuso Pantanal</a>	BNDES	Cuiabá	392.952.860,00	174.805.150,65
<a href="#">Reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão)</a>	BNDES	Fortaleza	351.545.150,00	248.909.030,00
<a href="#">Reconstrução da Arena da Amazônia</a>	BNDES	Manaus	400.000.000,00	231.227.280,76
<a href="#">Construção da Arena das Dunas</a>	BNDES	Natal	396.571.000,00	205.120.631,53
<a href="#">Construção da Arena Pernambuco</a>	BNDES	Recife	680.000.000,00	271.717.579,02
<a href="#">Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)</a>	BNDES	Rio de Janeiro	400.000.000,00	360.000.000,00
<a href="#">Reconstrução do Estádio da Fonte Nova</a>	BNDES	Salvador	323.629.000,00	307.266.100,00
<a href="#">Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)</a>	BNDES	Curitiba	131.168.000,00	26.233.600,00

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br>, acessado em: 21 dez 2012.

<sup>22</sup> Orlando Silva foi Ministro do Esporte no governo Lula. Continuou após a eleição de Dilma Rousseff, porém, foi afastado após acusações de corrupção no Programa Primeiro Tempo, de gestão do mesmo ministério.

Segundo informa o 4º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para CMF2014, divulgado em dezembro de 2012 e base de referência até novembro do mesmo ano, o gasto público com o evento ultrapassa os 26 bilhões de reais. (Ministério do Esporte, 2012). Ainda segundo mesmo relatório, o financiamento de estádios é responsável pelo gasto de 3,8 bilhões de reais, 9 bilhões se referem a mobilidade urbana com ênfase no transporte coletivo, 6,8 bilhões para aeroportos e 682 milhões de reais para os portos, correspondem ao denominado primeiro ciclo de planejamento, totalizando 23,6 bilhões de reais. Quanto ao segundo ciclo, no 4º balanço, constam investimentos em turismo, telecomunicações, segurança, energia e promoção, totalizando 2,5 bilhões de reais, além de políticas públicas declaradas “em curso” no relatório cuja potencialidade é exacerbada pela CMF2014, são elas as do setor de energia, hotelaria, promoção e qualificação (Pronatec). Cabe ainda ressaltar as ausências de Brasília que segundo relatório não solicitou financiamento ao BNDES, São Paulo e Porto Alegre, ainda não fizeram uso devido ao estágio das obras e das garantias financeiras.

Cabe destacar que a forte prerrogativa do Poder Executivo não é uma peculiaridade da democracia brasileira. A importância do Executivo, por outro lado, é relevante em várias democracias modernas, pelo caráter de tomada de decisão “dentro do Estado”:

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas. (EVANS, RUESCHMEYER e SKOCPOL, 1985 apud SOUZA, 2006, p.27).

Quanto ao Congresso Nacional a participação no cenário é mais discreta. Basicamente aprovou a Lei Geral da Copa <sup>23</sup>, votado juntamente com o Código Florestal e

---

<sup>23</sup> Depois de mais de cinco meses de discussões, o plenário da Câmara precisou de duas sessões extraordinárias para aprovar o Projeto de Lei Geral da Copa (PL 2.330 de 2011), passando por seis destaques e 66 emendas ao texto do relator Vicente Cândido (PT-SP). A consultoria da Comissão de Constituição e Justiça dará a redação final ao texto e o relator assinará o documento (**confira a íntegra**) que será encaminhado ao Senado ainda nesta quinta-feira (29.03). Segundo o presidente da Câmara, Marco Maia, com a decisão o parlamento referenda o acordo firmado pelo governo brasileiro com a FIFA. “Essa redação é o mínimo que os deputados podiam fazer diante de evento tão importante para o povo brasileiro”, disse. Como era esperado, os embates mais fortes ocorreram em torno da liberação da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. O compromisso consta de acordo assinado pelo governo federal em 2007 com a FIFA, em que garantia o comércio dos produtos de patrocinadores durante o evento, incluindo bebidas e comidas. Para tal, o artigo 67 do texto do relator previu a suspensão do artigo 13A do Estatuto do Torcedor, que tratava do tema. A medida tinha a resistência de deputados das bancadas evangélica e da saúde. A primeira investida contra a venda de bebidas foi um destaque do PSDB, PPS, PV e PSC, que incluía a proibição expressa no texto. Por 237 votos contra, 178 a favor e três abstenções, o destaque foi reprovado. “Não podemos achar que proibir a bebida alcoólica nos estádios durante a Copa será a panaceia que vai resolver todos os males em relação ao consumo de bebida”, defendeu Vicente Cândido. O relator lembrou que uma discussão mais aprofundada do tema deve ser feita, como aconteceu em outras partes do mundo. “Em todas as edições do Mundial houve consumo de bebidas alcoólicas, incluindo o Catar [que receberá a Copa em 2022], com leis que proíbem”, reforçou. O plenário ainda rejeitou outro destaque que buscava retirar o artigo 67 do texto, com 161 votos a favor, 229 contra e 1 abstenção. Um terceiro destaque sobre o mesmo tema, do PSDB, também não conseguiu aprovação. Outro assunto votado à parte pelos deputados foi o capítulo que trata das

que gerou ruídos, quanto à troca de favores para ambas as votações. Mas ele foi aprovado sem grandes resistências<sup>24</sup>. Alguma polêmica ocorreu em torno da decisão sobre a venda de bebidas nos estádios (que por acordo ficou a cargo de cada federação), a questão da meia-entrada vencida pelo Governo junto a FIFA. No Senado foi aprovado sem alterações, apenas 5 itens de redação que não ocasionam a volta do projeto de lei à Câmara. (Portal da Copa, 2012).

Com importância de decisão reduzida em relação ao Executivo, o Poder Judiciário Federal através do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria Geral da União – CGU, além de instâncias estaduais atuam visando a fiscalização dos gastos, desapropriações, licitações e afins, não decidem como ator direto do processo decisório, mas interferem no tempo de execução e realização das ações e condicionam o modo pelo qual licitações e concessões são realizadas.

Vale lembrar que as sedes dos jogos serão nas federações mais representativas dentro do Congresso e mesmo com o número recorde de sedes, 12 no total, ainda ficaram alguns candidatos de fora, como Campo Grande-MS, Florianópolis-SC e Goiânia-GO. Haverá jogos da CMF2014, em Manaus-AM, Cuiabá-MT, Brasília-DF, Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA, Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Curitiba-PR e Porto Alegre-RS.

Os órgãos criados em função da CMF2014 são o Comitê Organizador Local – COL, cujo presidente era Teixeira e agora é José Maria Marin e as SECOPAs (Secretaria da Copa) em instâncias estaduais onde haverá jogos. A princípio não se criou nenhum órgão estatal exclusivo para fiscalizar, ou ainda uma agência *reguladora* exclusiva que exerça o ofício, nem com relação a CMF2014, nem quanto aos esportes no País. Porém criou-se a GECOPA, para gerenciar as ações e principalmente as obras da CMF2014. O documento denominado “Matriz de Responsabilidades” apresenta os valores a serem investidos na Copa do Mundo de 2014. Ela define o papel dos governos, em nível federal, estadual e municipal, bem como a relação estabelecida com os agentes privados, na liberação de recursos e na execução das ações (Governo Brasileiro, 2012), cujo detalhamento está disponível no [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br):

---

responsabilidades civis da União, por ação ou omissão. “É um capítulo bastante polêmico, mas ele está na Constituição. Então, por segurança jurídica, e respeitando todo o diálogo com a FIFA, é mais prudente que o mantenhamos como está”, defendeu Jilmar Tatto (PT-SP). (Portal da Copa, 28 de março 2012).

<sup>24</sup> A única exceção de destaque na Mídia e que tem assumido uma veemente oposição à CBF, é o ex-jogador Romário, atualmente deputado federal pelo PSB-RJ. Foi contratado pela TV Record para comentar os Jogos Pan Americanos de Guadalajara em outubro de 2011 e os Jogos Olímpicos de Londres 2012.

O site Copa 2014 - Transparência em 1º lugar é uma iniciativa do Poder Executivo Federal, por meio da Controladoria-Geral da União, com o objetivo de facilitar o controle social dos recursos públicos que serão investidos na preparação e execução dos jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014 a serem realizados no Brasil. Aqui é possível saber a previsão de investimentos e a fonte dos recursos (privada ou pública, se do governo federal, estadual ou municipal) de cada empreendimento – seja na área de mobilidade urbana ou relativo aos estádios e arenas esportivas. Também é possível saber as datas de início e de término de cada obra. O site disponibiliza ainda a Matriz de Responsabilidades da Copa, além de imagens dos locais de competição, algumas virtuais. A Controladoria-Geral da União irá acompanhar as despesas dos jogos que serão custeadas com recursos Federais. Neste sentido, a medida em que novas despesas forem definidas, as informações relativas a elas também serão publicadas neste site. Tudo para você ajudar a manter a transparência dos investimentos na Copa 2014 no lugar mais alto do pódio! A CGU na Copa 2014. (CGU, 2012).

### 3.1.5 Empresas

Neste capítulo, no tópico 3.1.1, foram mencionadas empresas ligadas a FIFA e no 3.1.2 aquelas ligadas a CBF. Porém, naquilo que se refere a CMF2014 e seu aspecto de projeto público é necessário também destacar as empresas envolvidas nas obras do Projeto, o que significa, principalmente, observar as construções dos estádios que serão utilizados no Torneio e a maneira como estas empresas estão vinculadas às obras.

Para tal, foram abertos processos licitatórios, sob a responsabilidade dos estados e municípios onde ocorrerão os jogos (Portal da Copa, 2014). No acordo firmado entre municípios, estados e união, a Matriz de Responsabilidades de 2010, definiu-se que o governo federal teria o papel de financiamento parcial das obras cujo acompanhamento ficou a cargo dos estados e municípios, bem como das SECOPAs, criadas nos respectivos estados que sediarão o Torneio.

Desta forma, é importante dizer que cada estado, em conjunto com a cidade-sede de jogos da CMF2014, decidiu acerca de como se dariam as construções ou reformas em seus estádios. Alguns estados optaram por PPP- Parceria Público Privada, outros por regime de contrato público e, por fim, alguns por contrato privado. (Matriz de Responsabilidades, 2010; Portal 2014, 12/fev2012 e Agência Brasil, 12/fev 2012).

Sob o regime de PPP<sup>25</sup> estão cinco (5) construções, do Estádio do Mineirão em Belo Horizonte - MG, da Arena Fonte Nova em Salvador – BA, Arena Pernambuco em Recife – PE, Arena das Dunas em Natal – RN e o Estádio do Castelão em Fortaleza – CE. (Portal 2014, 2014).

Sob o regime de contrato público<sup>26</sup> estão quatro (4), o Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro – RJ, o Estádio Nacional de Brasília no DF, a Arena Pantanal em Cuiabá MT, e a Arena Amazônia em Manaus no AM. (Portal 2014, 2014).

E sob o regime de contrato privado<sup>27</sup> estão três (3), o Estádio do Beira Rio em Porto Alegre – RS, a Arena da Baixada em Curitiba – PR e a Arena Corinthians em São Paulo – SP. (Portal 2014, 2014). O quadro abaixo mostra as construtoras envolvidas. Há casos de uma única empresa responsável e há outros onde foi feito consórcio para executar as obras. (Portal 2014, 2014).

---

<sup>25</sup> A Parceria Público-Privada (PPP) é um contrato de prestação de obras ou serviços não inferior a R\$ 20 milhões, com duração mínima de 5 e no máximo 35 anos, firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal. Difere ainda da lei de concessão comum pela forma de remuneração do parceiro privado. Na concessão comum, o pagamento é realizado com base nas tarifas cobradas dos usuários dos serviços concedidos. Já nas PPPs, o agente privado é remunerado exclusivamente pelo governo ou numa combinação de tarifas cobradas dos usuários dos serviços mais recursos públicos. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/setores-da-economia/parceria-publico-privada-ppp>

<sup>26</sup> Realizado entre instâncias públicas, no caso da CMF2014, tratam-se de estádios estaduais, que utilizam recursos federais.

<sup>27</sup> Realizado entre os proprietários privados dos estádios e o governo federal, para o financiamento das obras.

**Quadro 1 - Estádios e Construtoras**

Arena Amazonas - AM	Andrade Gutierrez
Arena Pantanal - MT	Santa Bárbara/ Medes Júnior
Estádio Nacional de Brasília - DF	Andrade Gutierrez/ Via Engenharia
Estádio Castelão - CE	Galvão Serveng/ BWA
Arena das Dunas - RN	OAS
Arena Pernambuco - PE	Odebrecht
Arena Fonte Nova - BA	OAS/ Odebrecht
Estádio do Mineirão - MG	Construcap/ Egesa/ Hap
Estádio do Maracanã - RJ	Odebrecht/ Andrade Gutierrez / Delta
Arena Corinthians - SP	Odebrecht
Arena da Baixada - PR	Engevix (gerenciadora)
Estádio do Beira- Rio RS	Andrade Gutierrez

Fonte: Portal da Copa, Agência Brasil e Portal2014 – Elaboração Própria.

Nota-se a predominância das construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht, unitariamente ou por consórcio, cada uma delas presente em 4 construções. Em seguida aparece a OAS com 2 construções e o restante das empresas com uma construção cada. Cabe ressaltar que as empresas participantes das licitações, necessitaram apresentar juntamente com as propostas, comprovações de aptidão técnica para empreitada, assim como os escritórios de arquitetura responsáveis pelos projetos dos estádios. Os escritórios responsáveis são: GCP Arquitetos, Grupo Stadia, GPA&A, Fernandes Arquitetos Associados, Hype Studio, Castro Mello Arquitetos, Setepla Tecnometal Engenharia, Emop, Viglicca & Associados, Carlos Arcos Arquitetura, Populous e CDCA Arquitetos. (O Empreiteiro, 21/out/2011).<sup>28</sup>

Segundo O “Portal da Copa”, site do governo federal, passam ou passaram por obras (além dos estádios) 12 aeroportos e 5 portos em função da CMF2014. São obras incluídas no PAC.

<sup>28</sup> "O Empreiteiro" é uma publicação técnica mensal, segmentada, em situação controlada, dirigida a todos os segmentos dos setores públicos e privados de Infra-estrutura (obras de, transporte, energia, saneamento, habitação social e telecomunicações), da indústria de Construção Industrial (fábricas, hipermercados, etc) e imobiliário, incluindo as 3 mil maiores indústrias brasileiras e 1000 maiores prefeituras municipais.

## **CAPÍTULO 4 – A COPA DO MUNDO 2014: SEUS DOCUMENTOS E SUA DIMENSÃO PÚBLICA**

Neste capítulo é exposta a relação entre os documentos mais importantes referentes à CMF2014, de modo a traçar um cenário da dinâmica entre as instituições e atores envolvidos. No segundo tópico algumas constatações acerca do tema em diálogo com a teoria abordada no segundo capítulo.

### **4.1 O Cenário a Partir dos Documentos**

Ao observar o Caderno de Encargos (2002), as Garantias Governamentais (2007), a Lei Geral da Copa (2012) e o Estatuto do Torcedor (2003), algumas contradições saltam a percepção. Estes documentos ilustram na instância legal algum conflito de interesses quanto à CMF2014, apesar, de não expressarem totalmente o desenrolar do processo decisório. As “Garantias Governamentais” referem-se aos vistos emitidos pelo Estado Brasileiro para entrada e saída de estrangeiros no Brasil, vistos de trabalho, isenções fiscais quanto aos lucros da FIFA, proteção e segurança ao evento, procedimentos de *check-in na alfândega*, proteção e exploração dos direitos comerciais dos produtos FIFA e de patrocinadores, indenização em caso de catástrofes naturais e fornecimento de infraestrutura de telecomunicações. Estes quesitos constituíram um dos aspectos fundamentais para a aprovação e escolha do País como sede da CMF2014. O documento foi assinado pelo então Presidente Lula e por seus Ministros à época. (Garantias Governamentais, 2007).

A assinatura das “Garantias Governamentais” desencadeia uma série de fatos e episódios exacerbando o conflito de interesses, principalmente entre o Governo Brasileiro, a FIFA e a CBF, muito em função da dimensão legislativa, por excelência, garantidora dos direitos e deveres dos interessados. Importante perceber que o processo decisório não se dá na instância jurídica, mas seus resultados são expressos nas normas e regras estabelecidas em função da CMF2014. É possível compreender as leis referentes à CMF2014 como um resultado das tomadas de decisão, ainda que o debate tenha sido relativamente ameno, porém sem passar despercebido pela imprensa.

O Caderno de Encargos contém tudo aquilo que a FIFA exige e considera ideal para a realização de uma Copa do Mundo. Trata-se de um documento detalhado que especifica desde o ângulo de visão do jogo dentro dos estádios, delimita perímetro onde somente poderão ser comercializados produtos dos patrocinadores FIFA, credencia os jornalistas com acesso ao espaço dos jogos, além de relatar todas as exigências que guiaram a

formulação das Garantias Governamentais por parte do Governo Brasileiro. O documento ainda prevê espaços para anúncios publicitários, heliportos, proximidade dos aeroportos, condições das vias de acesso e do traslado até os estádios, rede hoteleira, shoppings, dentre outros. (Caderno de Encargos, FIFA, 2002).

Em síntese, as exigências da FIFA representaram a necessidade de uma série de obras de infraestrutura, mobilidade urbana, reforma e construção de estádios/arenas, treinamento e recrutamento de profissionais de segurança, tudo atendendo ao “padrão FIFA” (Caderno de Encargos, 2002). Em vista dos princípios e valores que a entidade declara defender (ver seção FIFA item 3.11) é possível sintetizar sua postura da seguinte forma: A FIFA defende valores de universalidade, humanidade e civilidade, e exige as melhores condições de infraestrutura no que se refere aos estádios, mobilidade urbana, rede hoteleira, telecomunicações e segurança para realizar seu principal evento comercial, a CMF. Faz exigências quanto a isenções fiscais, adequações legislativas e proteção das marcas patrocinadoras. (Caderno de Encargos FIFA, 2002; Garantias Governamentais, 2007 e Lei Geral da Copa, 2012). A CMF é realizada perante estas condições, as candidaturas são livres, de acordo com a vontade de cada país e sua confederação nacional de futebol. Em maio de 2012, a Lei Geral é aprovada.

A maior repercussão da aprovação foi concedida ao artigo que suspende, durante a CMF2014 e a CCF2013, o Estatuto do Torcedor, cuja principal dissonância com as exigências FIFA, era a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios e o direito a meia-entrada para idosos, estudantes e professores. A validade da Lei Geral da Copa é até 31 de dezembro de 2014. Foi elaborada pelo Poder Executivo a fim de adequar a legislação brasileira às exigências FIFA e abrir precedentes, mesmo que temporários, durante a execução do evento. Necessitou de tramitação no Congresso Nacional e passou pelo desafio de conciliar as exigências FIFA, Constituição Brasileira e leis Estaduais e Municipais. A Lei busca garantir que as condições de comercialização e realização da CMF2014 serão nos termos FIFA e garantida pela legislação brasileira. A Lei geral da Copa normatiza os procedimentos necessários para a realização da CMF2014 e da CCF2013. É uma lei com prazo de cumprimento e para os governistas trata-se de uma lei transitória. Já para os opositores, uma lei de exceção que beneficia alguns setores privados.

O Estatuto do Torcedor possui elevada convergência com aquilo que a FIFA exige em relação ao atendimento ao público da CMF2014. Porém, quanto à venda de ingressos houve dissonância: Como cumprir O Estatuto que prevê meia-entrada para estudantes idosos e professores nos preços determinados pela FIFA? Ainda há a questão da venda de bebida alcoólica nos estádios, justo quando a proibição se disseminou pelo País amparado pelo Estatuto. Cabe destacar que um dos principais patrocinadores FIFA é a cervejaria Ambev. O Estatuto também estabelece que devam ser divulgados a renda e o público

pagante e não pagante, através do sistema de áudio e do placar eletrônico. Não há menções de que tal procedimento será obrigatório por lei durante a CMF2014. A solução encontrada foi suspender o estatuto durante o período de realização da CCF2013 e CMF2014, através da lei 12.299/10, revogando temporariamente a lei 10.671 que implantou o Estatuto do Torcedor em 2003. (Planalto, 27/jul/2010).

Prevista em acordo entre governo e Fifa, mas hoje vetada no Brasil e rejeitada por congressistas evangélicos, a venda de álcool nos estádios da Copa era o principal obstáculo à votação. De acordo com a Agência Brasil, os deputados rejeitaram por 229 votos contra 161 o destaque que pretendia retirar do projeto o artigo do Estatuto do Torcedor que proíbe as bebidas. Porém, como a liberação não foi explicitada pela lei, líderes partidários decidiram que caberá à Fifa negociar o tema com cada Estado que sediará a Copa. A aprovação da lei era considerada urgente pelo governo, mas vinha sendo barrada por parlamentares da bancada ruralista, que se recusavam a apreciar o tema antes que as alterações ao Código Florestal fossem votadas. Como consequência do impasse, que também tem atrasado a apreciação de outros temas relevantes – como a distribuição dos royalties do petróleo –, congressistas e ONGs ouvidos pela BBC Brasil citam prejuízos ao país. A Lei Geral da Copa é necessária para que a Fifa conclua o plano de marketing do evento. O texto prevê facilidades para que a entidade registre marcas no país e estabeleça critérios para descontos nos ingressos. (BBC em Brasília, 28/03/2012).<sup>29</sup>

Se o Congresso Nacional construiu uma solução para o tema das bebidas, quanto à questão das meias-entradas, a FIFA teve que ceder. Foi criado para a CCF2013 e CMF2014 a inédita categoria 4 em jogos FIFA, que disponibiliza para venda, ingressos pela metade do preço, contemplando o Estatuto do Torcedor, e beneficiários do Programa Bolsa-Família, benefício não previsto no referido estatuto. (Lei Geral da Copa, 2012).

É possível dizer que não houve grandes dificuldades quanto à acomodação do diversos interesses referentes à CMF2014. Em resumo, a lógica da relação entre os documentos perpassa as exigências da FIFA que em alguns casos vai de encontro a documentos e leis nacionais, como é o caso do Estatuto do Torcedor e de algumas leis fiscais. A Lei Geral da Copa pode ser compreendida como “lei de exceção” ou como “regulamentação transitória”, que de fato abrem prerrogativas contingenciais, porém que não podem ser compreendidas como afronta a soberania nacional ou ameaça aos direitos da população nacional.

O debate sobre a legislação que envolve o evento (como quase tudo que a ele se refere) é público e com ampla divulgação na imprensa. Não se verificou uma organização social sólida que faça pressão nas tomadas de decisão, principalmente com relação à

---

<sup>29</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120327\\_basealiada\\_jc\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120327_basealiada_jc_ac.shtml)

elaboração e aprovação da Lei Geral da Copa. Desta forma, parte da imprensa assumiu alguma postura crítica perante o evento, é verdade, recorrentemente impregnada por seu viés conservador. O fato mais objetivo é que não houve até o momento mobilização pública relevante em torno dos grandes temas relativos à CMF2014. A ação da imprensa revela apenas sua prática cotidiana e sintetiza o debate do dia da aprovação da Lei no Congresso nacional:

"Não somos contra a realização da Copa, mas ela não pode ir contra nossa legislação. Não se pode dar cartão vermelho para a legislação que construímos", comentou Randolfe Rodrigues do PSOL-AP, que qualificou o texto de "lei de estado de exceção". "O Brasil apresentou garantias para realizar a Copa do Mundo e no momento de apresentar sua candidatura, o Brasil se comprometeu com a Fifa a cumprir totalmente as exigências do caderno de encargos para organizar o Mundial, disse por sua vez, Anibal Diniz (PT-AC). "A lei geral não é perfeita, mas é resultado de um processo de negociação", disse Lidice Mata (PSB-BA). A oposição no Senado pediu que duas emendas ao projeto introduzidas para evitar a venda de bebidas fossem votadas separadamente, mas a moção foi negada, e os senadores divergentes manifestaram seu desacordo entre gritos. "É um perigo, é um perigo", insistiu José Agripino Maia (DEM-RN). "Imaginem uma final Brasil-Argentina, imaginem a venda de álcool permitida, a violência que vai ser desatada, o papelão que podemos nos prestar", disse. O governo assegura que a suspensão do artigo é uma "medida transitória" que garante a Copa do Mundo ao Brasil. No entanto, a lei não libera de forma expressa a venda de álcool, pelo que a Fifa será obrigada a negociar separadamente com os estados-sedes as permissões para venda de álcool, segundo afirma outro grupo de deputados. Sete das 12 cidades-sedes têm leis regionais que proíbem a venda de bebidas, mas o governo acredita que a disposição - caso sancionada como se aprovou na sexta-feira - será suficiente para cumprir as exigências da Fifa. (UOL, 09/mai/2012).<sup>30</sup>

É possível dizer que em função da pesquisa DataFolha (ver introdução) e o número de trabalhadores voluntários inscritos para a CMF2014 (ver introdução), além das projeções realizadas pela FIFA, quanto à venda de ingressos (FIFA, 2012), a população brasileira aceita e abraça a realização da CMF2014. Parte da imprensa, principalmente, UOL, Folha de São Paulo, ESPN, Diário Lance e Record, os mesmo veículos citados por Ricardo Teixeira em entrevista pra Revista Piauí, além de alguns setores de oposição ao governo no Congresso Nacional, se apresentam, como os únicos segmentos realmente contra a realização da CMF2014 e se manifestaram mais fortemente á época da tramitação da Lei Geral da Copa. A Lei geral da Copa não fere direitos do cidadão brasileiro.

---

<sup>30</sup> Disponível em <http://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/05/09/congresso-aprova-lei-geral-da-copa-de-2014.htm>

## 4.2 A Dimensão Pública

O tema da CMF2014 entrou na agenda pública, principalmente através do Presidente Lula no primeiro semestre de 2006 (ver introdução), o Estado decidiu realizar a CMF2014, ou como diria Dye (1984), decidiu fazer. Por consequência, possibilita um ponto de encontro entre a teoria e a prática, é passível de elaboração acadêmica, como afirmou Laswel (1936) acerca dos estudos sobre políticas públicas.

É possível compreender o projeto CMF2014 composto pelas mesmas etapas de uma política pública. Em 30 de outubro de 2007 o Brasil é anunciado sede da CMF2014. (item 1.1.) A partir daí, se desencadeia uma série de fatos e episódios exacerbando o conflito de interesses. A CMF2014 se torna uma realidade a ser enfrentada. Inicia-se o *processo decisório*, a fase de desenho e elaboração que pode ser compreendido pelo período entre a escolha do Brasil 2007 e a aprovação da Lei Geral da Copa em maio de 2012.

Esta etapa, aflora a busca por informações acerca do tema e o autointeresse dos atores se manifesta, corroborando com o pensamento de Simon (1957). Noutra via, foram inseridos no processo decisório diversos atores e instituições, que reduzem a racionalidade das tomadas de decisão, da elaboração do projeto. (Lindblom, 1959). A realização do Torneio em 12 cidades sedes, por exemplo, é um dos aspectos que expressa uma decisão mais política e menos racional, posto que normalmente os torneio sejam realizados em 8 no máximo 10 sedes.

Dado o contexto de realização da CMF2014, a posição econômica da nação perante o cenário internacional, a necessidade em atingir os resultados esperados, ou seja, que a CMF2014 ocorra sem contratemplos, tal como previsto pelos formuladores e o ambiente interno em que ela foi formulada, enfatiza-se seu caráter sistêmico (Easton, 1965).

Em outras palavras: o Projeto CMF2014 ocorre em um país de economia emergente, entendido como um mercado consumidor atrativo para as multinacionais, que atualmente não passa por crise financeira tão grave quanto em outros países, cujo ambiente nacional é receptivo ao esporte em geral e ao futebol em específico, cujo Presidente à época da candidatura do país à CMF2014 é declaradamente um torcedor que frequentara estádios e a candidata apoiada por ele, se elegeu Presidente, permitindo a manutenção do mesmo partido no Governo.

A este contexto acrescenta-se: país cujo Poder Executivo é forte, onde o Estado se caracteriza historicamente pelo significativo grau de intervenção na economia (ver item 3.1.4) e com trajetória marcante em suas relações com o futebol (ver cap1). Em um país onde a maioria da população apoia e considera importante a realização do torneio a revelia da crença na existência de práticas de corrupção (ver introdução). Acresça-se a isso o significado do futebol para o imaginário nacional.

Além do contexto, foi brasileiro, o presidente da FIFA que revolucionou o futebol mundial em seu aspecto de produto comercial, presidindo a entidade por 24 anos. (ver itens 3.1.1 e 3.1.2).

Em conjunto, todos estes fatores, compõem o ambiente no qual foi formulado o desenho, a elaboração e, decisões foram tomadas acerca do Projeto CMF2014. Estes fatos não podem ser desconsiderados em uma análise que considere aspectos sociais, políticos e econômicos, acerca do tema. É sob este arranjo que se realiza o que se compreende aqui como Projeto Público CMF2014 no Brasil. E é este quadro que condiciona fortemente o resultado último do desenho da política em questão.

Desta maneira, configuram-se duas “etapas” de uma política pública, *agenda e elaboração* da política respectivamente. Quanto à terceira etapa, a implementação, pode ser compreendida a partir da aprovação da Lei Geral da Copa, passando pelo evento “teste de realidade”, a CCF2013, que ocorre um ano antes da CMF2014. Pode-se dizer que a implementação se encerrará ao término do jogo final da CMF2014, portanto, após a premiação dos campeões, momento em que já é possível iniciar avaliações.

Em função das demandas geradas pela realização do evento abre-se uma *janela de oportunidades* para diversos segmentos, alguns temas com mais vigor, outros, menos. Algumas obras de infraestrutura previstas não serão possíveis de ser realizadas a tempo, ainda que estejam incluídas no PAC (item 3.1.5). Contudo, temas como mobilidade urbana, portos e aeroportos ganharam mais exposição. Não há como negar que foi gerado um fluxo de soluções para os problemas, devido à diversidade de atores e instituições, apoiados pelos movimentos da imprensa, tanto em torno do tema da CMF2014, quanto da suposta falta de condições de o País realizá-lo. Fundamental mesmo, por outro lado, parece ter sido o papel do governo.

A autoridade de especialistas por vezes esteve presente nos debates, principalmente na imprensa, porém não é possível inferir que houve uma dura negociação a respeito, como afirma Kingdom (1984). O Governo sempre reconheceu a necessidade de melhorias da infraestrutura, não somente por causa da CMF2014, mas também pela importância dos setores em questão e seus efeitos para o crescimento econômico do País. A tomada de decisões quanto à relação entre especialistas e os principais atores, mostra um arranjo entre decisões técnicas e políticas. Além disso, durante a elaboração do desenho da política, houve a produção de um conjunto de alternativas possíveis, viáveis economicamente, formuladas por conhecimento técnico e pelos interessados. Algumas soluções foram descartadas, outras aprimoradas, algumas combinadas e, ao final da elaboração, algumas alternativas prevaleceram, ratificando a abordagem do autor supracitado.

Outra janela de oportunidade, com boa receptividade por parte do Governo e dos segmentos sociais ligados ao futebol, se deu com relação aos jogadores de futebol

campeões do mundo em 1958, 62 e 70. Estes ganharam o direito à aposentadoria prêmio no texto final da Lei Geral da Copa, este aspecto sim, um dos mais surpreendentes. Seria uma incoerência o Estado gastar quase 30 bilhões com um evento de futebol enquanto “heróis” do passado, do tempo em que as cifras do futebol mal atingiam o milhar, não gozavam de reconhecimento sequer previdenciário. Uma medida de pouca abrangência, de caráter pontual, mas que gerou alguma repercussão positiva, para o próprio governo, reforçando sua preocupação com a erradicação da miséria e com a redução gradativa das desigualdades sociais e com o evidente uso positivo da medida.

É possível observar que o papel estatal no financiamento das obras que viabilizam o evento, combinados com a importância do governo para a regulamentação da execução do Projeto, inclusive das regras de financiamento, consagra o poder regulatório do Estado acerca do projeto CMF2014. Seguindo Lowi (1972), trata-se de uma política fortemente regulatória, mas que não desconsidera aspectos da arena distributiva nas concessões variadas de recursos através de financiamento.

Um dos efeitos não intencionais da *policy* agregada à Copa é a especulação imobiliária em cidades diretamente ligadas ao evento. Quanto às obras em si, não se verifica uma relação conflituosa entre empresas, especialistas e governo. O que houve com relação às obras que merece ser mencionado, além de alguns atrasos nos cronogramas, é a oportunidade que trabalhadores tiveram de reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração, bem como ampliação de benefícios e garantias. Devido à necessidade de cumprimento dos prazos, houve uma oportunidade que influenciou pontualmente as relações entre trabalhadores e patrões do setor, as greves e paralisações foram recorrentes, assim como as vitórias de alguns sindicatos trabalhistas, beneficiados pelas contingências. Conforme noticiado pelo Globoesporte.com, cuja manchete - “Sindicatos ameaçam paralisar as obras dos 12 estádios da Copa em março” - ilustra bem a situação privilegiada que trabalhadores das obras puderam desfrutar quanto às negociações:

Com o cronograma apertado, a preparação da Copa do Mundo de 2014 pode sofrer um duro golpe em março. A Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Sindical Internacional (CSI) e Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada orquestram para o próximo mês uma paralisação geral nas obras dos 12 estádios para o Mundial. A ideia é que os aproximadamente 25 mil operários espalhados pelas cidades-sede (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Cuiabá, Brasília, Natal, Fortaleza, Manaus, Recife e Salvador) cruzem os braços, caso não seja aprovada uma proposta única de piso salarial e benefícios para todos os trabalhadores. A decisão quanto à paralisação ou não deve sair até o dia 15 deste mês, quando as forças sindicais pretendem ir a Brasília para se reunir com o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Entre as principais reivindicações das forças sindicais estão o piso nacional unificado de R\$ 1,1 mil para ajudantes de obras e de R\$ 1,580 para pedreiros e carpinteiros, hora extra com percentual de 100% durante os dias de semana, cesta básica no valor de R\$ 35 e planos de saúde extensível a familiares. (Globoesporte.com, 03/fev/2012).

Quanto à racionalidade das decisões, suas limitações e os mecanismos para maximizar tal racionalidade, conforme enunciadas por Simon (1957), o que se pode dizer é que a elaboração e tomadas de decisão acerca da CMF2014 indicam que as decisões foram permeadas de estudo e pareceres técnicos, principalmente quanto às obras, mas também foram condicionadas por questões políticas entre a União e as cidades sedes do Torneio, sob tentativas de mediação da imprensa e com fraca mobilização de atores mais organizados (como sindicatos e associações). Quanto às cidades-sedes especificamente, não houve reconstruções de grande impacto, houve obras pontuais para atender às demandas da FIFA, caracterizando um processo de reurbanização incremental, de modo que dificilmente se verificará alguma “revolução” quanto à mobilidade urbana ou segurança das cidades. Trata-se da trajetória “confusa” da política, seguindo Lindblon (1959).

Quanto ao papel da imprensa não se tem dúvida que contribui para a repercussão do tema, podendo ser vista como um ator relevante (PIERSON, 2003). Apesar de pouco esclarecedora quanto aos episódios relativos à CMF2014 e, independente da profundidade, da precisão das notícias e da pertinência das análises, a imprensa não deixa de ter papel positivo, para exposição do tema e para o rastreamento, a partir das informações e notícias veiculadas, de informações e fontes com maior credibilidade. A participação da imprensa, tanto em análises de comentaristas, quanto na publicização dos episódios, mesmo que com baixo poder de alteração do cenário, de alguma forma, exerceu pressão perante os tomadores de decisão. Muito mais pela exposição do tema e a popularização do debate do que por capacidade de influenciar a população, foram criadas condições de constrangimentos dos atores, impondo-lhes a necessidade de pronunciarem-se

publicamente sobre as questões relativas ao tema em considerado grau de recorrência. Como exemplo, as declarações públicas utilizadas neste trabalho.

Os veículos de comunicação concedem considerável espaço nos noticiários a temas como desapropriações de casas para reformas do entorno dos estádios e construções de vias. Mudança de escolas de local; tentativa de demolições, como no caso do Museu do Índio, do complexo esportivo Célio de Barros e do Júlio Delamare, todos no entorno do Maracanã. Governos estaduais e prefeitos alegando redução de gastos públicos em setores de direito fundamental como ensino e saúde em função da CMF2014, flexibilização da lei de aditivos nas obras licitadas, utilização do argumento CMF2014 para interferir na discussão de *royalties* da Petrobrás, o sempre abordado tema da corrupção, atraso do cronograma de obras costumeiramente relacionado à incompetência estatal, excesso burocrático e erro de planejamento. São apenas alguns dos reflexos do contexto CMF2014. Onde as notícias ligadas ao evento ganham uma maior repercussão e recorrentemente exigem justificativas e verificação.

A descrição e análise das instituições e atores ilustra a importância da cultura institucional, o cálculo de algumas decisões e a relevância das agências, ou seja, dos indivíduos ocupantes de determinados cargos, além dos pesos das instituições e atores na tomada de decisões. O capítulo anterior (3) contendo o resumo das instituições e seus principais atores, além da análise confrontando os documentos neste capítulo, permite estabelecer alguma direção, tanto do conflito de interesse, quanto da conjuntura do cenário diante do projeto público em questão.

Com efeito, não se verificou um processo decisório com conflito acirrado no plano político estatal, naquilo que se refere aos três (3) poderes da República. O destaque quanto às relações de poder e o processo decisório propriamente dito envolvem especificamente a FIFA, a CBF e o Governo Brasileiro, envolvendo do modelo organizacional das entidades e instituições ao fato temporal agregado ao evento. Até o início de 2012, a FIFA, principalmente na figura de seu secretário geral, assumia uma postura claramente mais ríspida quanto à demora na aprovação da Lei Geral da Copa e quanto aos atrasos no cronograma das obras, inclusive em tom de ameaça de o Brasil perder o direito de sediar o evento. Contudo, após a aprovação da Lei os ânimos se acalmaram e, à medida que o tempo continua passando e a data de realização da CMF2014 se aproxima, a FIFA se demonstra cada vez mais tolerante e compreensiva. A credibilidade da entidade, assim como da CMF, estaria seriamente abalada em caso de uma mudança de sede; colocariam em risco os lucros da entidade, além dos incalculáveis problemas com seus patrocinadores. Cabe lembrar, como citado na introdução, há decisões no passado que constroem decisões futuras e geram resistência nos atores em mudar de direção.

A questão temporal também se relaciona com o tema dos pontos de veto, para lembrar Bachrach e Baratz, (1962); Immergut (1992); e Tsebellis, (1995). As instâncias de decisão e os atores institucionais envolvidos, que em cada caso, configuram diferentes pontos de veto, estão associados também à dimensão temporal, especificamente no caso da CMF2014, pois há prazo inadiável para a conclusão do projeto. Com o passar do tempo, o poder de veto do Executivo Brasileiro aumenta, além de também ampliar os custos de transação para a FIFA, no caso de uma mudança de sede para realização da CMF2014. Estes dois aspectos se combinam de modo a exacerbar o poder de veto do Executivo Brasileiro, por consequência, da Presidente em exercício. Poder que neste caso específico se constitui da precedência do Executivo (item 3.1.4) e sua histórica relação com o futebol (capítulo 1), o contexto e ambiente de realização da CMF2014 (supracitado neste capítulo), a proximidade da data de realização do Torneio e os custos de transação à FIFA.

Há algum tempo, por volta de 1 ano, foi ultrapassado o momento que impede os atores e instituições de voltar atrás, pois, segundo regimento da FIFA, alterações de sede devem ocorrer no mínimo dois anos antes da realização dos torneios. Além da CCF2013 ser confirmada no Brasil, sedes estabelecidas e tabela de jogos divulgada.

Anteriormente a data de oficialização do País como sede em 2014, o Poder Executivo Brasileiro possuía poder de veto restrito, em tese poderia apoiar ou não apoiar a candidatura da CBF junto a FIFA. Não havia como interferir no modo de realizar a CMF em questão, ainda não havia definição da sede, portanto, não havia poder de veto em relação a FIFA ou a CMF em questão. O poder de veto era exclusivo da FIFA, acerca da escolha do país sede.

Após o anúncio do Brasil como sede em 2007, o Poder Executivo passa a ter algum poder de veto, o que não significa que faria uso. À medida que o tempo passa, eventos se sucedem: a escolha das cidades sede do Torneio, a cerimônia de Sorteio dos Jogos Eliminatórios da CMF2014 (Marina da Glória, 2012), o anúncio dos locais dos jogos durante a CMF2014, o estágio das obras em andamento, sem esquecer o custo político e financeiro à FIFA que uma mudança repentina de sede implicaria, além da proximidade da CCF2013. É possível dizer que o risco da CMF2014 não se realizar no Brasil é nulo, possibilidade a cargo do imponderável, mas não em função do cenário atual.

Desta forma, não se ignora a negociação e as concessões inerentes ao processo de decisões, mas também não se ignora o poder de veto crescente do Executivo, desde o anúncio do Brasil como país-sede em 2007. Após a escolha do país, obviamente o poder de veto do Governo Brasileiro começa a ganhar corpo. O meio do ano de 2012 definia de vez a capacidade de veto a favor do Governo, pois se tratava do prazo limite para mudança de país sede por parte da FIFA, segundo seu próprio regulamento. Fato ocorrido uma única vez

<sup>31</sup> na centenária história da FIFA. Este quadro configura o Poder Executivo Brasileiro como o principal ator quanto às tomadas de decisão relativas a quase tudo aquilo que envolve a CMF2014.

Com relação a este projeto público, não há dúvida quanto à supremacia do poder de veto em favor do governo, que foi determinante desde a candidatura, tendo em vista o peso das Garantias Governamentais de 2007 para escolha da FIFA, poder que só se elevou com o decorrer dos episódios.

Cabe dizer que há algum equilíbrio quanto às tomadas de decisão. Mesmo com o peso do governo. A Lei Geral da Copa tramitou e o Governo Brasileiro pouco cedeu à FIFA. Pode-se dizer que o Executivo Brasileiro foi vitorioso quanto as suas principais demandas, a criação inédita dos ingressos de categoria 4, a não concessão desenfreada de vistos para entrada de estrangeiros no País, a manutenção das 12 sedes para a CMF2014 e das 6 sedes para a CCF2013, número considerado elevado pela FIFA e recorde em CMFs e CCFs, além da crescente flexibilidade da FIFA quanto ao atraso das obras. Na contramão, a FIFA teve suas principais demandas contempladas pela Lei Geral da Copa, mas terá que negociar com os estados da federação a autorização para venda de bebida. A proibição de bebidas em estádios no Brasil é recente e a adesão popular é questionável. Quanto ao Congresso Nacional, utilizou a votação da Lei Geral como moeda de troca, para acelerar votações de outros temas.

Importante perceber o peso das ideias no contexto que envolve a CMF2014. Quanto ao Governo Brasileiro, há uma concepção de que a CMF2014 é importante para o crescimento econômico do País e para a repercussão internacional de sua imagem, haja vista, os discursos citados neste trabalho, o financiamento público das obras e a atenção dada pelo Executivo para garantir êxito na realização do Torneio. Cabe lembrar a ampla aceitação do esporte pela população denotando indícios do sucesso de público no evento.

Com a CMF2014, o governo, em tese, ganha prestígio e supostamente promove aquecimento da economia, a FIFA garante lucros e difusão do esporte e, a CBF a chance de consagrar a seleção brasileira campeã em seu próprio país e, obtém lucros, porém, dificilmente terá seu presidente candidato nas próximas eleições da FIFA.

Ao dar ênfase a etapa de elaboração e desenho do projeto público, é possível dizer que o cenário envolve principalmente Governo Brasileiro, CBF e FIFA e, em patamar inferior, mas relevante, a imprensa e as empresas privadas. Não houve constrangimento econômico, nem de acesso às informações necessárias para realização do projeto que conta com dinheiro público, mas também com dinheiro privado. (ver introdução)

---

<sup>31</sup> A CMF1986 deveria ter sido realizada na Colômbia, conforme escolha da própria entidade, porém, a ausência de garantias do governo colombiano e a instabilidade conjuntural que o País vivia na época o impuseram a necessidade de retirar a candidatura aceita. Desta forma a FIFA escolheu o México, pois não seria de bom tom realizar duas CMF seguidas na Europa, a CMF1982 havia sido realizada na Espanha. (levantamento próprio).

A CMF2014 apesar de impulsionar outros setores de infraestrutura (portos aeroportos e mobilidade urbana) se restringe enquanto projeto público à construção e reformas de estádios de futebol, além do projeto pessoal do ex-presidente da CBF Ricardo Teixeira, de se tornar presidente da FIFA em 2015. Após os aparentes insucessos nas tentativas de diálogo com a Presidente Dilma Rousseff e sua renúncia ao cargo de presidente da CBF em março de 2012, suas chances parecem inexistentes.

A iniciativa de realização da CMF2014 no Brasil foi da CBF e posteriormente apoiada pelo governo. Na prática é um projeto restrito a questões futebolísticas, projeto cujo comando é do governo e que pouco interfere ou gera “outras” políticas. Não se verifica em razão da CMF2014 alterações impactantes de infraestrutura, nem mesmo, algo que aponte na direção de melhorias efetivas na qualidade de vida da população em curto e médio prazo. No momento, não é possível perceber possibilidade de legado da CMF2014 que extrapole a dimensão do futebol. Tanto pela etapa de implementação em curso, quanto pelo que se pode inferir das obras contidas no PAC. Com raras exceções no entorno dos estádios, a grande maioria das obras de mobilidade urbana, portos e aeroportos já eram previstas. Porém é necessário que se avalie os possíveis impactos pós CMF2014.

Cabe ressaltar que a verba pública destinada a CMF2014 não foi retirada de nenhum outro setor importante como saúde, educação ou segurança. O País possui condições para realizar o projeto e não preteriu nenhum setor para tal. O gasto com a CMF2014 é de 27 bilhões de reais (ver introdução), sendo 18,2 bilhões de reais somados gastos federais, estaduais e municipais, em 4 anos de investimento, de 2010 a 2014. O dinheiro público utilizado na CMF2014 representa 0,4133% do PIB médio dos últimos 3 anos e 0,1075% do PIB por cada ano de projeto.<sup>32</sup> Deste montante, segundo o 4º balanço (item 3.1.4), apenas 3,8 bilhões foram destinados aos estádios e arenas. Sendo assim, o caso da CMF2014, apesar de se tratar apenas de um “projeto de construção de estádios”, a verba pública utilizada é relativamente inexpressiva.

Se por um lado a CMF2014 dificilmente agrega um legado positivo ao País, por outro o investimento em estádios e arenas é pouco significativo. O fato é que independente da CMF2014, alguma melhoria está sendo realizada no que se refere aos setores “supostamente” atrelados ao Torneio.

A constatação é preocupante no sentido em que descredencia os argumentos mobilizados para legitimar a vontade e a decisão de sediar o evento por parte do governo. Porém, as ações de melhorias ocorrem a despeito da CMF2014 e das Olimpíadas 2016, via

---

<sup>32</sup> PIB 2012 – 4,403 trilhões de reais, IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2329&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2329&id_pagina=1) Acesso em: 11/03/13.  
PIB 2011 – 4,143 trilhões de reais, IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2093](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2093) Acesso em: 11/03/13.  
PIB 2010 – 3,675 trilhões de reais, IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1830](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1830) Acesso em: 11/03/13.

PAC, mesmo em cidades que não estão envolvidas com os megaeventos. O fato do gasto público não comprometer outros setores deveria minimizar a onda de críticas por parte da imprensa, que insiste em noticiar de modo alarmante os gastos com o Torneio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi inspirado pela repercussão da CMF2014 no país, pela possibilidade da abordagem no seu aspecto político, o caráter de política pública que possui e principalmente, no impulso que a realização do evento poderia fornecer a diversos setores de infraestrutura e por consequência, um ganho na qualidade de vida da população, ou seja, a expectativa de um legado positivo.

Paralelo a isso, quanto ao futebol nacional, imaginou-se que devido à popularidade do esporte e a presença exacerbada no debate público associado a questões políticas, constituiriam condições favoráveis para repensar a prática esportiva no país, sua regulação mais efetiva, bem como uma alteração gerencial e administrativa do esporte, sua relação com o Estado e, profissionalizando as agremiações esportivas.

Com a repercussão dada pela imprensa, e sua postura fiscalizadora, principalmente devido ao financiamento público do projeto, as mazelas viriam à tona e conseqüentemente, alterações quanto aos procedimentos em torno do esporte e sua histórica relação com o mundo da política sofreriam alterações. Desta maneira, o principal legado da CMF2014 quanto ao futebol, seria uma reformulação das estruturas administrativas do esporte, a regulação, e talvez, uma política nacional de esporte com maior peso, não somente para o alto rendimento, mas também para a prática amadora e de saúde preventiva, abrangendo diversas faixas etárias.

Do ponto de vista do legado para população e da qualidade de vida, a CMF2014 permitiria uma série de melhorias, principalmente infraestruturais, principalmente nas cidades sedes. O projeto CMF2014 arrastaria consigo uma série de políticas públicas nesta direção.

Mas, o que se verifica ao final do trabalho é que o projeto CMF2014 pode ser compreendido apenas como projeto de reestruturação dos estádios e de construção de novas arenas esportivas. Desta maneira, proporciona uma boa oportunidade para o setor de construção civil, possibilidade e lucros para os organizadores, como é o caso da FIFA e da CBF e seus patrocinadores, além de algumas empresas envolvidas.

Como reflexo da ação estatal e a linha de crédito fornecida, o que se infere é algum aquecimento da economia. As obras de mobilidade urbana, portos e aeroportos são demandas reconhecidamente importantes, independente da realização da CMF2014, tanto que sua maior parcela consta no PAC. Com efeito, não é devido a CMF2014 que tais obras ocorrem, já eram previstas anteriormente a realização do Torneio, algumas poucas foram incorporadas. O máximo que a CMF2014 pode influenciar é com relação aos prazos de execução destas obras. A CMF2014 pode ser interpretada como uma derivação do PAC, uma oportunidade para ampliar as possibilidades de investimento estatal na economia que

funciona como um acelerador da execução de determinadas obras, concentrando-as em um menor período de tempo.

O projeto CMF2014 é apenas um projeto de realização do Torneio. Além de não ser necessário realizá-lo para que as condições de vida da população sofram alterações. Não é responsabilidade de o projeto mudar profundamente o País. Não se trata, sequer, de uma política nacional de esporte que se estenda a população.

Apesar de ser um tanto ingênuo crer no legado do Torneio, ainda sim, após sua realização, é importante que se realize trabalhos de avaliação. Seria virtuoso tentar mensurar os impactos da CMF2014, seja para economia, seja para infraestrutura das cidades, seja para qualidade de vida das cidades sedes do Torneio.

Legado que se confirma mesmo é a queda de Ricardo Teixeira da presidência da CBF e o difícil contexto para atuação do novo Presidente, José Maria Marin. Possibilidade vislumbrada ao início desta pesquisa.

Contudo, sem consulta popular, uma decisão pelo alto, com total apoio governamental, verba estatal e vitória do Executivo quando da aprovação da Lei Geral da Copa no Congresso, é que haverá Copa do Mundo FIFA no Brasil em 2014. O que se verifica é uma manutenção da obscura relação histórica entre o esporte e o mundo da política no Brasil. Mais uma ação sem a iniciativa popular e sem mobilização quanto à exigência de um legado efetivo que faça valer a iniciativa.

**REFERÊNCIAS:**

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 1947.

Disponível em:

<[http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ\\_esp/fil\\_dialetica\\_esclarec.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialetica_esclarec.pdf)>

ALCOCK, P.; ERSKINE, A.& MAY, M. **The Student's Companion to Social Policy**. London: Blackwell, 1998.

JENNINGS, Andrew. **Jogo Sujo - o Mundo Secreto da Fifa**. Panda Books, 2011.

ASSUMPTÃO LOT, SAMPAIO TMV, CAETANO JNN, CAETANO JÚNIOR MA, SILVA JVP. **Temas e questões fundamentais na Sociologia do esporte**. R. bras. Ci. e Mov 2010;18(2):92-99.

Disponível:<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/1154/1680>>

AVELAR, Lúcia. & CINTRA, Octávio. (org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2007.

AZEVEDO, Carlos & REBELO, Aldo. **A corrupção no futebol brasileiro**. 2002.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5923/5436>>

BACHRACH, P. & BARATZ, M. S. **Two faces of power**. In: American Political Science Review, 56, 1962.

CONDÉ, Eduardo Antonio Salomão. **Abrindo a Caixa**.

Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/62590914/conde-politicas-publicas-1>>

Acesso em: 07 de fevereiro de 2013

\_\_\_\_\_ **Diversidade em processo: as políticas públicas em perspectiva**. In: Teoria e Cultura: Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF. v.1, n.1, 2006, pp.75-95.

\_\_\_\_\_ **Um mosaico ladrilhado: Instituições, Institucionalismos e Complementaridades**. In: Cultura e Instituições Sociais. Organizador Gilberto Salgado – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, pp. 43-70.

DHAL, Robert. **The Concept of Power**. In: Behavioral Science, 2:3 (1957:July), 1957.

DRAIBE, Sonia. **Avaliação de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In: BARREIRA, M.C. & CARVALHO, M.C. (orgs.), (2001), Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas Públicas. São Paulo: IEE – PUC SP, pp. 13-42, 2001.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. New York: Longman, 1984.

EASTON, David (Org.) **Modalidades de Análise Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, Ana Leticia Padeski. & MARCHI JUNIOR, Wanderley. **A Constituição da Sociologia do Esporte no Brasil: uma análise do campo acadêmico e científico**. 2011. Disponível em: <[www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com)>

FONSECA, Francisco. **A Mídia contra Democracia**. 2012  
Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1273>

FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASTALDO, Édison. "O país do futebol" mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. **Sociologias n.22 Porto Alegre. jul./dez. 2009**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000200013>>

GUTERMAN, Marcos. **Médicos e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar**. São Paulo, (29) tomo 1, p. 267-279, dez. 2004.  
Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9958/7397>>

GUTERMAN, Marcos. **O Futebol Explica o Brasil – Uma História da Maior Expressão Popular do País**. Editora Contexto, São Paulo, 2009.

HELAL, Ronaldo. **Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil**. 2011.  
Disponível em: <[revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/345/224](http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/345/224)>

IMMERGUT, Elen **As Regras do Jogo: A Lógica da Política de Saúde na França na Suíça e na Suécia**.  
Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_30/rbcs30\\_13.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_13.htm)  
\_\_\_\_\_ **Institutions, Veto Points, and Policy Results**  
Disponível em: [http://sobek.colorado.edu/~bairdv/Immergut\\_vetopoints.pdf](http://sobek.colorado.edu/~bairdv/Immergut_vetopoints.pdf)

KERCHES, Cristiane. **Processo decisório no Brasil O Caso da Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Hucitec, 2011.

KINGDON, J.W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Boston: Little Brown & Co, 1984.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Visibilidade pública e accountability no Brasil: Institucionalização política da mídia ou ilusão panóptica?** In: Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman & Mônica Almeida Kornis, *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.

LINDBLOM, Charles. **The science of "muddling through"**. In *"Public Administration Review"*, vol. 19, n. 1, pp. 79 – 88, 1959.

\_\_\_\_\_ **Still Muddling, Not Yet Through.** Public Administration Review 39: 517-526. 1979.

LOWI, Theodor. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory.** World Politics, 16: 677-715. 1964.

\_\_\_\_\_ **Four Systems of Policy, Politics, and Choice.** Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

MACHADO, Igor José de Renó. **Futebol, Clãs e Nação.** Dados, vol. 43 n.1, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000100006>>

MARCH, J. & OLSEN, J. **Rediscovering institutions: The organizational basis of politics.** Nova York: Free Press, 1989.

PIERSON, Paul. **Increasing Returns, Path Dependence, and the study of politics.** The American Political Science Review, vol.94, n.2, jun 2000, pp.251-267, 2000.

PONTE, William R. A. **Copa do Mundo à Luz das Políticas Públicas.** 2011. Disponível em: < [www6.ufrgs.br/snncp/4SNCP/GT\\_PolitPublicas/WilliamPonte.pdf](http://www6.ufrgs.br/snncp/4SNCP/GT_PolitPublicas/WilliamPonte.pdf)>

\_\_\_\_\_ **Copa do Mundo no Brasil: Processo Decisório e seus aspectos Sociais, Políticos e Econômicos.** 8º Encontro da ABCP, Gramado/RS Área Temática: Política e Economia, 2012.

Disponível em:  
<[http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/26\\_6\\_2012\\_13\\_22\\_17.pdf](http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/26_6_2012_13_22_17.pdf)>

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos.**

Disponível em:  
<[http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas.PDF](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF)>  
Acesso em julho de 2011.

SANTANA, Anthony Fábio Torres. **A alquimia do poder: Lourival Fontes e suas configurações.**

Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT12/GT12-ALDENISE.pdf>>

SANTOS, Daniel de Araujo dos. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol.** 2012.

Disponível em:  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10367/Futebol%20e%20pol%C3%ADtica%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20campeonato%20brasileiro%20de%20clubes%20de%20futebol.pdf?sequence=1>

\_\_\_\_\_ **Urnas e nos gramados – as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil – Militar.** 2011.

Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300668993\\_ARQUIVO\\_CampeonatoBrasileiroeDitaduraCivil.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300668993_ARQUIVO_CampeonatoBrasileiroeDitaduraCivil.pdf)>

SANTOS, Mariângela. **O Futebol na Agenda do Governo Lula: Um salto de modernização (conservadora) rumo a Copa do Mundo FIFA 2014**. Brasília, 2011.

Disponível em:

[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9726/1/2011\\_MariangelaRibeiroSantos.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9726/1/2011_MariangelaRibeiroSantos.pdf)

SILVA, Rafael. **Imprensa esportiva e o pensamento autoritário na obra de Thomaz Mazzoni**. 2012.

Disponível em:

<[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338510194\\_ARQUIVO\\_anpuh.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338510194_ARQUIVO_anpuh.pdf)>

\_\_\_\_\_. **O esporte a serviço da pátria: por Thomaz Mazzoni**. 2010

Disponível em:

<[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276729863\\_ARQUIVO\\_CapituloIIdefinitivo.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276729863_ARQUIVO_CapituloIIdefinitivo.pdf)>

SIMON, H.A. **Administrative Behaviour**. Glencoe, Ill.: Free Press, 1945.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura**, In: *Sociologias*, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, Porto Alegre, p. 20-45, 2006.

TAPIA, Jorge R. B. **Políticas Públicas, aprendizado social e direitos nas sociedades modernas: breves reflexões**. In: *Teoria e Cultura: Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF*. v.1, n.1, 2006, pp.9-34.

TAPIA, Jorge R. B. & GOMES, Eduardo R. **Idéias, interesses e mudanças institucionais**.

Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a12v20n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a12v20n1.pdf)>

THÉRET, Bruno. **As Instituições entre as Estruturas e as Ações**.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a11n58.pdf>>

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Lógicas no Futebol. Dimensões Simbólicas de um Esporte Nacional**. São Paulo: USP, 2000.

Disponível em: <[http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/115801\\_Tese\\_completa.pdf](http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/115801_Tese_completa.pdf)>

TORRES, Sílvio. **Comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar a regularidade do contrato celebrado entre a CBF e a Nike**. 2001.

Disponível em:

<[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinike/notas/cpinike\\_250101.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinike/notas/cpinike_250101.pdf)>

TSEBELIS, George. **Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo**.

Disponível em:

<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_34/rbcs34\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_06.htm)> Acesso em setembro de 2011.

### **Documentos:**

Cadernos de Encargos FIFA, 2002

Disponível em: <http://www.slideshare.net/marcelogreuel/caderno-de-encargos-fifa>

Estatuto do Torcedor, 2003

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.671.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm)

Lei Geral da Copa, 2012

Disponível em: [http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/biblioteca/pl\\_lei-geral-da-copa.pdf](http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/biblioteca/pl_lei-geral-da-copa.pdf)

Matriz de Responsabilidades 2010

Disponível em: [http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12202012\\_anexo2\\_resolucao\\_gecopa.pdf](http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12202012_anexo2_resolucao_gecopa.pdf)

### **Sites:**

[www.bbc.co.uk/](http://www.bbc.co.uk/)

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

[www.camara.gov.br/](http://www.camara.gov.br/)

[www.campeoesdofutebol.com.br](http://www.campeoesdofutebol.com.br)

[www.cbf.com.br](http://www.cbf.com.br)

[www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html](http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html)

[www.copa2014.gov.br/](http://www.copa2014.gov.br/)

[www.espn.com.br](http://www.espn.com.br)

[www.fifa.com](http://www.fifa.com)

[www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com)

[www.lancenet.com](http://www.lancenet.com)

[www.portal2014.org.br/](http://www.portal2014.org.br/)

[www.portaltransparencia.gov.br/copa2014](http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014)

[www.r7.com](http://www.r7.com)

[www.senado.gov.br/](http://www.senado.gov.br/)

[www.sportv.com.br](http://www.sportv.com.br)

[www.torcedores.org.br](http://www.torcedores.org.br)

[www.trivela.com](http://www.trivela.com)

[www.uol.com.br/esportes](http://www.uol.com.br/esportes)